



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS -FFCH
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS
- PÓS-AFRO

CARLA SILVA FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E RAÇA: A EXPERIÊNCIA DAS
MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE VÁRZEA
QUEIMADA NA BAHIA.**

Salvador
Dezembro de 2022.

CARLA SILVA FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E RAÇA: A EXPERIÊNCIA DAS
MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE VÁRZEA
QUEIMADA NA BAHIA.**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de mestra, sob a orientação da professora Dr^a. Cristiane Santos Souza.

Salvador
Dezembro de 2022.

Biblioteca CEAO - UFBA

F383 Ferreira, Carla Silva.

Políticas públicas, gênero e raça: a experiência das mulheres negras quilombolas da comunidade Várzea Queimada na Bahia / Carla Silva Ferreira . - 2022.
102 f.

Orientador^a: Prof^a Dr^a Cristiane Santos Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2022.

1. Mulheres negras. 2. Políticas públicas. 3. Quilombolas. I. Souza, Cristiane Santos.
II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Centro de Estudos Afro - Orientais. III. Título.

CDD - 305.43

CARLA SILVA FERREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E RAÇA: A EXPERIÊNCIA DAS
MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE VÁRZEA
QUEIMADA NA BAHIA.**

APROVADO (A) EM:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiane Santos Souza / UNILAB/POSAFRO-UFBA-Orientadora

Profa. Dra. Claudilene Maria da Silva / UNILAB/POSAFRO-UFBA

Prof. Dra. Matilde Ribeiro / UNILAB

Prof. Dra. Mariléia de Almeida / UNB

Salvador
Dezembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me feliz por finalmente chegar até aqui, porque isso significa a conclusão de um ciclo e, ao mesmo tempo, inquieta por saber que ainda há muito por investigar, descobrir e construir para sedimentar o caminho da libertação, do antirracismo, da equidade de gênero e de uma sociedade mais justa.

Foram muitas descobertas e em cada descoberta novos aprendizados, que se desdobram em novas investigações, e assim o conhecimento segue inacabado para que continuemos crescendo com esses aprendizados, com as pessoas, amigos, familiares e colegas, que sem esses apoios não seria possível caminhar, caminhando.

Agradeço de forma especial, reconhecendo o fruto desta produção, a professora Cristiane Souza, pois não é só uma orientadora, e sim, uma companheira, sensível, solidária, que de forma sábia, com sua paciência pedagógica me incentivou a não desistir e sim persistir, acreditando na minha capacidade firmemente, exercitando a sororidade tão discutida no universo feminista e que nós mulheres negras sabemos bem a enorme diferença que atitudes como essas fazem nas nossas vidas.

Muito grata, com essa banca ancestral de mulheres negras, resistentes e referências para mim neste trabalho na luta antirracista, remeto meus agradecimentos as professoras Dra. Mariléia de Almeida, Dra. Matilde Ribeiro e a professora Dra. Claudilene da Silva que se dispuseram a participar desta banca, em meio às diversas atividades que executam em seus programas de forma solidária e colaborativa.

As pessoas especiais, carinhosamente agradeço (Tio Divaldo, Joselita, Thais, Matheus, Clécia.), sem vocês não teria condições de seguir em frente, muito menos dar continuidade a essa jornada. E de forma especial dedico esse trabalho a minha pequena Ayana Ayô, filha amada que mudou o sentido da minha vida; a minha avó Josefina (*in memória*) que me ensinou com sua sabedoria a ser feminista e a lutar pelos meus sonhos; agradeço a Breno meu sobrinho/filho que amo profundamente. Ao meu companheiro Lima, pela presença em todas as horas e suportar minhas crises e irritações nas inúmeras vezes que me deparava sem saber como avançar.

De forma institucional, quero agradecer aos colegas da CAR, em especial ao Coordenador do Projeto Pró-Semiárido, Cesar Maynart por ter aceitado a flexibilização dos meus horários de forma que eu pudesse cursar as disciplinas do mestrado. Em especial aos amigos Celso Celes, Rejane Maia e Samira Aguiar pelo incentivo, trocas, escuta e

apoio. Lorena Vieira, que nesta reta final, foi minha parceira e apoiadora nas viagens a comunidade.

A Rosi Dias irmã de alma que encontrei na minha caminhada na CAR, um presente do universo na minha vida.

Agradeço imensamente a minha amiga / irmã Graça Paixão, minha referência profissional, feminina, militante desde o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, minha primeira experiência com o meio social, onde me descobrir educadora, uma querida, iluminada que com sua espiritualidade, amor e bondade faz parte da minha história, e sem dúvida, devo parte de quem sou.

Dedico ainda as mulheres, famílias e amigos da Comunidade Quilombola da Várzea Queimada, por aceitar fazer parte desta pesquisa, confiar, disponibilizar tempo e acreditar neste trabalho, na esperança de que ele seja uma ferramenta de fortalecimento da luta das mulheres negras na comunidade e na região, agradeço imensamente a todas as mulheres da comunidade o aprendizado coletivo que foi desenvolver esta pesquisa junto com elas.

Agradeço também ao Pós-Afro e aos meus colegas da turma de 2018.1, em especial a Leidiane, Alenaldo, Alex, Amanda, Marluce, Rayra, Uilson e Larissa que de forma afetuosa, generosa e coletiva me abraçaram neste universo acadêmico tão diverso e desafiador.

A Ayana Ayô, a rara Rosa Negra, que
escolheu florescer no meu jardim.
Te amo filha.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAR	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia
OMS	Organização Mundial da Saúde
FEBA	Faculdade de Educação da Bahia
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
FUNDAC	Fundação da Criança e Adolescente
ONG	Organização Não Governamental
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
M&A	Monitoramento e Avaliação
ONU	Organizações das Nações Unidas
ATER	Assessoria Técnica
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
COOPES	Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina
FCP	Fundação Cultural Palmares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
APAMC	Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Caém
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
CETA	Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados na Bahia
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
MNU	Movimento Negro Unificado
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRQ	Coordenação Regional de Quilombos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PQB	Programa Brasil Quilombola
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia
GIQ	Grupo Intersetorial para Quilombos
PPA	Planejamento Plurianual do Estado

FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza

SPM -Secretaria de Política Estadual para Mulheres

CESPCT -Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais

INESC -Instituto de Estudos Socioeconômicos

PRÓ-SEMIÁRIDO -Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável.

LOA -Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

LGBTQIA+ - Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outras Identidades de Gênero e Orientações Sexuais

MMN – Movimento de Mulheres Negras

DEAM – Delegacia Especial de Atendimento as Mulheres

CMNA – Coletivo de Mulheres Negras da Bahia

MNU – Movimento Negro Unificado

CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades

MMIRDH – Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

SACC – Sistemas de Acompanhamentos de Contratos e Convênios da CAR

SISPLANDI – Sistema de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento e Investimentos

RESUMO

Este trabalho apresenta as análises e reflexões a partir da pesquisa desenvolvida junto às mulheres negras quilombolas, sobre como elas experienciam as políticas públicas, que visam a equidade de gênero e raça no âmbito rural. O estudo foi realizado na Comunidade Quilombola de Várzea Queimada, no município de Caém, localizado aproximadamente a 300 km de Salvador, região norte do Estado da Bahia. O objetivo é refletir como as mulheres negras experienciam políticas públicas, bem como tais políticas interferem em suas vidas e, nas dinâmicas internas de gênero e raça e na produção de suas identidades enquanto mulheres agricultoras. A partir da perspectiva da decolonialidade e do pensamento afrodiaspórico (MALDONATO, 2019), abordo criticamente sobre como as mulheres quilombolas experienciam as políticas públicas em seu tempo, espaço e subjetividades, no contexto rural na Bahia. Enfatizo a importância da militância feminina, a partir do feminismo negro, tendo como referências as concepções de Lelia Gonzalez, Vilma Reis, Luiza Bairros entre outras importantes estudiosas. O grande desafio da política pública está compreender as especificidades das comunidades, promover diálogo e estabelecer parcerias locais e regionais para que o alcance de resultados estruturantes seja uma realidade, trago o monitoramento e avaliação como ferramentas fundamentais para a gestão pública, bem como no aprimoramento e na formulação de novas intervenções políticas e sociais.

Palavras Chaves: Mulheres Negras; Políticas Públicas; Quilombolas; Várzea Queimada; Monitoramento e Avaliação.

ABSTRACT

This work presents analyzes and reflections based on research developed with black quilombola women, on how they experience public policies aimed at gender and race equity in rural areas. The study was carried out in the Quilombola Community of Várzea Queimada, in the municipality of Caém, located approximately 300 km from Salvador, in the northern region of the State of Bahia. The objective is to reflect on how black women experience public policies, as well as how such policies interfere in their lives and in the internal dynamics of gender and race and in the production of their identities as women farmers. From the perspective of decoloniality and Afrodiasporic thinking (MALDONATO, 2019), I critically approach how quilombola women experience public policies in their time, space and subjectivities, in the rural context of Bahia. I emphasize the importance of female militancy, based on black feminism, using as references the conceptions of Lelia Gonzalez, Vilma Reis, Luiza Bairros, among other important scholars. The great challenge of public policy is to understand the specificities of communities, promote dialogue and establish local and regional partnerships so that the achievement of structuring results becomes a reality, I bring monitoring and evaluation as fundamental tools for public management, as well as in the improvement and in the formulation of new political and social interventions.

Keywords: Black Women; Public policy; Quilombolas; Várzea Queimada; Monitoring and Evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do Território de Identidade Piemonte da Diamantina contendo as Comunidades Quilombolas na Região.....	37
Figura 2. Gráfico Chefe de Família.....	43
Figura 3. Mapa Territorial e Ambiental da Comunidade Várzea Queimada.....	51
Figura 4. Reunião Comunidade da Várzea Queimada sobre Associativismo... ..	77
Figura 5. Unidade de beneficiamento de Mandioca e Fábrica de Biscoitos.....	78
Figura 6. Apresentação da produção dos biscoitos de goma, Grupo Tia Likinha.....	79
Figura 7. Quadro de Participantes da Roda de Conversa sobre os Sonhos.....	79
Figura 8. Quintal Produtivo, produção de hortaliças, Várzea Queimada.....	81

Sumário

INTRODUÇÃO	9
<i>Um mosaico no caminho.....</i>	9
<i>Caminhos Teóricos – Metodológicos.....</i>	13
1 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA. 22	
1.1 <i>Monitoramento e Avaliação em Prática</i>	22
1.2 <i>Contextualizando o Monitoramento e Avaliação (M&A)</i>	23
1.3 <i>Minha experiência e aproximação com o M&A em Projetos de Desenvolvimento</i>	25
1.4 <i>Gênero, raça e classe: Desafios para o monitoramento e avaliação no âmbito público.....</i>	30
2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DO ESCRAVISMO AO ACESSO À DIREITOS.....	36
2.1 <i>Comunidade Quilombola da Várzea Queimada: Um Caminhar Coletivo.</i>	36
2.2 <i>Mocambo, Quilombo e Comunidades Remanescentes: Afinal, o que as definem?</i>	47
2.3 <i>A Política de Desenvolvimento Rural e as Comunidades Quilombolas na Bahia.</i>	51
2.2.1 <i>Movimento Social e a Resistência ao Escravismo Moderno.</i>	51
2.4 <i>Políticas Públicas e a Colonialidade.....</i>	56
2.4.3 <i>Programa Brasil Quilombola.....</i>	66
3. MULHERES NEGRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPRESENTAÇÃO OU ILUSÃO?	69
3.1 <i>Da perspectiva de gênero à interseccionalidade.....</i>	69
3.2 <i>O que sonham as mulheres negras quilombolas na Várzea Queimada.</i>	76
3.3 <i>Sonhos e Caminhos</i>	82
3.4 <i>Olhar sobre as políticas para as mulheres no desenvolvimento Rural na Bahia</i>	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
5.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
6.0 ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Um mosaico no caminho

“Caminho se conhece andando, então vez em quando é bom se perder, perdido fica perguntando Vai só procurar. E acha sem saber”¹.

São muitos os caminhos que me trouxeram até aqui na apresentação deste trabalho, chego ao fim desta pesquisa com a certeza de que o caminho não está finalizado, muito pelo contrário, o caminho começa a se sedimentar na medida em que novas perguntas me movem na vontade de persistir nas investigações aqui iniciadas.

Durante a realização deste mergulho na vida das mulheres negras quilombolas, que como eu, sofreram e sofrem os resquícios do racismo e do patriarcado herdado da colonização no Brasil, as inquietações anteriores foram não respondidas, porém contextualizadas no tempo e no espaço na compreensão do significado de tantas ausências, mas por outro lado nem tudo foi respondido, uma vez que lidamos com a vida, na vida e para uma qualidade de vida melhor de todas nós mulheres negras. Aumenta a angústia e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de perceber-se como agente de mudança a partir desse conhecimento construído conjuntamente com essas mulheres.

As perguntas que me moveram ao objeto desta pesquisa foram também uma tentativa de me autocompreender como mulher negra nessa sociedade tão desigual racial e socialmente. Busquei investigar o contexto das mulheres negras quilombolas na comunidade Quilombola de Várzea Queimada, município de Caém- Bahia, a aproximadamente 300km da capital Salvador. Uma vez que na minha trajetória profissional, pessoal como mulher negra as questões aqui trabalhadas foram se desenhando me fizeram olhar mais detidamente para as diversas práticas do Estado, especialmente na implementação de políticas públicas para as mulheres negras quilombolas no âmbito rural, na Bahia.

¹ Composição de Chico César. “Deus me proteja”. Álbum Francisco, forró y frevo, EMI music, 2008.

O principal objetivo desta pesquisa era demonstrar em que medida as políticas públicas implementadas naquela localidade interferem diretamente nas relações sociais de gênero e raça, sobretudo por se tratar de uma ação exógena implementada por uma estrutura estatal.

Porém, a pesquisa tomou um rumo diferente do inicial, por alguns fatores do contexto social no qual estava pessoal e profissional inserida.

Atualmente atuo profissionalmente como Assessora de Monitoria e Avaliação (M&A), no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (Pró-Semiárido), executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (SDR). O Pró-semiárido começou a ser implementado em agosto de 2014 pela CAR, com prazo de execução de 06 anos e encerramento previsto para setembro de 2020. Este projeto possui parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), órgão das Nações Unidas (ONU).

O Pró-semiárido atua em 32 municípios da região Norte do Estado da Bahia, 561² comunidades de agricultores familiares, 13.400 famílias aproximadamente; sendo que do total das comunidades da região 53 comunidades são quilombolas, compreendendo 1.574 famílias.³ Todo trabalho do Programa é desenvolvido em parceria com associações comunitárias e entidades de Assistência Técnica (ATER) que já possuem relação com as comunidades, através de suas ações sociais.

A CAR possui um escopo de projetos voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar na zona rural da Bahia. Como dito anteriormente, a CAR é uma empresa pública, criada em 1983, para atuar nos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do Estado e executar programas e projetos voltadas para a superação da pobreza rural, através de investimentos sociais e produtivos. É neste contexto que a CAR executa o Projeto Pró-semiárido.

Acreditava que trabalhar na CAR seria um fator favorável ao desenvolvimento da pesquisa, em parte, foi. Porém, o ritmo de trabalho, a intensidade e diversidades de atividades que tive que assumir, mesmo com a pesquisa em andamento, me impôs limites que me distanciaram do percurso

² Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sobradinho, Uauá, Curaçá, Campo Alegre de Lourdes, Sento Se, Senhor do Bonfim, Filadélfia, Itiúba, Andorinha, Campo Formoso, Ponto Novo, Queimadas, Pindobaçu, Jaguarari, Caldeirão Grande, Antônio Gonçalves, Miguel Calmon, Várzea Nova, Umburanas, Serrolândia, Saúde, Ourolândia, Mirangaba, Jacobina, Caém, Capim Grosso, Várzea do Poço e Quixabeira.

³ Dados fornecidos pelo setor de monitoria e avaliação do Projeto Pró-Semiárido.

inicialmente traçado, que me fizeram, em alguns momentos, pensar em desistir, uma vez que não pude me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Como a vida é imponderável e com elas as surpresas, o universo me reservou a gestação da minha filha, o que foi algo que mexeu com meu ser mulher. Ser mãe. Ser mãe foi algo mágico, inesperado e muito transformador, tirando-me do eixo e, ao mesmo tempo, me fortalecendo para continuar. As transformações químicas, psíquicas e matrimoniais interferiram diretamente na minha produção acadêmica. Primeiro, me distanciei do trabalho para exercer minha licença maternidade Segundo, o retorno às atividades, confesso que foi bem mais lento do que o entusiasmo que estava no início ao chegar no mestrado.

A Pandemia da Covid-19, na sua forma mais intensa no final de 2019 a maio de 2022⁴, foi o terceiro aspecto que caracterizaram o contexto de produção da pesquisa. A Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades políticas, científicas e sanitárias, estabeleceram orientações recomendando o distanciamento e isolamento social, o que impôs novas formas de interação também nos estudos, assim como em todas as outras dimensões da vida, sendo preciso se reinventar para nos adaptarmos a esta nova forma de produzir, interagir e produzir o conhecimento. Assim a pesquisa de campo teve que ser inicialmente suspensa e, posteriormente reformulada, sendo realizada de forma virtual, através de um questionário *on-line* que permitiu dar início às primeiras análises com dados primários.

Com o processo avançado de vacinação foi possível dar início a observação participante e aos grupos focais com as mulheres da comunidade Quilombola de Várzea Queimada, garantindo todas as condições de segurança preconizadas pelas instituições sanitárias e controle. Assim consegui dar continuidade a pesquisa e seguir com o objetivo da investigação.

Ao retomar os objetivos e estratégias iniciais da pesquisa, pude investigar como as mulheres negras quilombolas experienciaram a implementação das políticas públicas destinadas a equalizar as questões de gênero e raça, no âmbito dos programas do Estado, mais especificamente na CAR.

Essas foram alguns dos desafios enfrentados durante a realização deste trabalho e na minha vivência acadêmica, marcada pela condução articulando os estudos e o trabalho. Vale dizer que essa realidade não era nenhuma novidade, pois fiz isso a minha vida inteira. Entretanto, isso não minimizou as angústias que precisei superar. Mas o combustível que me permitiu seguir foi a

⁴ Fonte: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>, acessado em 17/11/22

certeza da força da coletividade que nos atravessa, enquanto pessoas coletivas. O horizonte que busquei foi na direção de olhar e refletir sobre o processo coletivo de construir conhecimento com os pares, colegas e professores na interação do ambiente acadêmico.

O objetivo alcançado foi abordar de forma exploratória e analítica as políticas públicas que afetam as mulheres negras na comunidade Quilombola da Várzea Queimada, a partir do contexto rural, dialogando com as estratégias, ferramentas que as mulheres possuem para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no âmbito comunitário e familiar, com objetivo de fortalecer suas lutas e segurança territorial assentadas na identidade sociocultural e histórica.

Essa pesquisa pretende colaborar para ampliar as reflexões e proposições sobre ações principalmente governamentais, que busquem maior aproximação com a cultural social, histórica das comunidades quilombolas, para que possam de fato refletir os anseios da população, de forma contextualizada e colaborativa para equalizar questões de gênero e raça e, conseqüentemente para a melhoria das condições de vida das mulheres, através de investimentos produtivos e sociais. Ademais, contribuir de forma reflexiva sobre questões que estruturam a sociedade brasileira, a exemplo das relações desiguais de gênero e raça de forma colaborativa, contribuindo para a elaboração de políticas públicas que de fato estejam comprometidas com mudanças efetivas para a vida das mulheres negras quilombolas no estado da Bahia.

Para tanto, este trabalho está organizado em 3 capítulos que dialogam entre si e visam demonstrar caminhos, possibilidades e ferramentas necessárias as mudanças preconizadas por nós mulheres negras a partir do Movimento Negro de Mulheres⁵.

No capítulo 1, lanço mão da minha experiência na CAR com monitoramento e avaliação de programas e projetos como fonte de pesquisa e análise para refletir sobre a importância desta ação para as políticas públicas, na evidência de resultados e no subsídio a gestão pública que o M&A possibilita para a efetividade, eficiência e eficácia das políticas implementadas, principalmente para aquelas que visam a superação das desigualdades.

No segundo capítulo, de forma reflexiva exploro o papel dos movimentos sociais do campo a partir da organização comunitária, conceitos e abordagens históricas sobre os quilombos no

⁵ Compreendendo o MNM como um coletivo que levou as mulheres negras, a lutar por suas especificidades, diante da desigualdade de gênero e invisibilidade da categoria raça, no movimento feminista. O que promoveu a diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva de gênero e raça.

Brasil. Aproveito essa discussão para apresentar a comunidade quilombola de Várzea Queimada, *locus* empírico da pesquisa, sua luta por reconhecimento e fortalecimento do território.

No terceiro capítulo discorro sobre a perspectiva interseccional como estrutura analítica, o papel do movimento negro de mulheres na visibilidade das pautas das mulheres negras, associando-as os sonhos e anseios das mulheres com as políticas públicas.

Sem esgotar, porém, suscitando o debate e refletindo sobre as construções aqui contidas, nas considerações finais, faço retomo as questões e pontos discutidos com a pesquisa, bem como os aprendizados que a pesquisa me trouxe.

Caminhos Teóricos – Metodológicos

Neste estudo, assumo como orientação teórico-metodológica a relação intrínseca permanente entre teoria e prática, a partir de uma perspectiva interseccional num diálogo afro diaspórico da decolonialidade. Estas orientações me auxiliaram a partir da experiência profissional nos 20 anos em que atuo neste universo social institucional, sedimentando uma visão de mundo mais ampliada e complexa que me permitiram fazer conexões necessárias no desenvolvimento da pesquisa.

Nessa interação com a pesquisa me situo a partir do meu lugar de fala, como mulher negra, periférica, que apesar de urbana, a trajetória profissional se desenvolve e ganha expressão no contexto rural por mais de 20 anos. Lugar de fala entendido aqui como aponta (RIBEIRO, 2017):

O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades. (RIBEIRO, 2017, p. 71)

A pesquisa buscou construir uma abordagem etnográfica, assente nos encontros e relações produzidas a partir dos encontros com as mulheres a partir da observação direta e participante, que permite a compreensão do contexto sócio-histórico e cotidiano das mulheres, que “*se aprimora pelo constante confronto com dados novos*”, (PEIRANO, 2013, p. 381) com as novas experiências de campo articulação dados e informações secundárias que se mostram relevantes para problematizar e refletir com as mulheres suas formas de vida. Ainda de acordo com PEIRANO,

2014, é no “*no refinamento da disciplina que aprimorada permite o confronto de dados teóricos com as experiências do campo de pesquisa*” (Peirano, 2014: 381).

A inserção e construção de vínculos com a comunidade também são tomadas como dados fundamentais para refletir sobre a vida social das mulheres negras quilombolas e agricultoras, no contexto rural, vivenciando de forma consciente a experiência da intersubjetividade, sem perder de vista que como pesquisadora me tornou objeto de observação no processo de interação (LÉVI-STRAUSS, p. 1 a 36), especialmente ao manter uma relação de proximidade com a comunidade, construída a partir das atividades laborais que desenvolvo na localidade com as mulheres. Nesse processo vou me descobrindo e amadurecendo na troca das experiências aqui relatadas.

Acredito que a observação participante é um caminho que possibilita troca, interação e a construção de relações mais simétricas com as mulheres e a comunidade pesquisada, ou seja, entre todos os envolvidos no universo coletivo, especialmente no âmbito rural comunitário, como aponta Otávio Cruz Neto, 2001, sobre a observação participante:

A importância desta técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (NETO, 2001, p. 61)

Nas atividades desenvolvidas na comunidade em que tive a oportunidade de atuar também como pesquisadora pude observar e compreender a maneira como as questões sociais, raciais e de gênero estavam postas no contexto rural e mais ainda numa comunidade quilombola. Observando as mulheres trabalharem em suas produções agrícolas, o cuidado, a dedicação e a força delas na hora da quebra do licuri e na produção da farinhada; a solidariedade e os seus sonhos.

Os primeiros registros etnográficos sobre a comunidade e as mulheres, número de famílias, principal fonte de renda e produção, lazer, atividades culturais e religiosas, possibilitando conhecer mais as mulheres e a comunidade. Mas foi através dos encontros com o grupo de mulheres que produzem o biscoito com a fécula da mandioca, que a interação com elas foi ampliando e com isso minha compreensão sobre suas vidas, o que foi sendo gerado nos momentos da produção dos biscoitos. Esses encontros durante a fabricação dos biscoitos derivados da mandioca proporcionaram informações e trocas instigantes, os quais registro mais especificamente associada a essa observação participante, adotei alguns instrumentos sobre o território, as famílias, os programas e projetos (ver anexo 1. questionário on-line) busquei conhecer mais profundamente o

perfil das famílias e compreender o processo de organização comunitária, processo produtivo, cultural e social. Para aplicação do questionário contei com o apoio em campo de dois jovens da comunidade⁶ (estratégia adotada por conta do período mais crítico da pandemia). O questionário foi aplicado com 32 (trinta e duas) famílias na comunidade da Várzea, num universo de 66 famílias. Ao final, com esses dados tidos pude estabelecer relações entre as questões observadas durante as rodas de conversas com as mulheres.

Pude observar a forma como as mulheres se organizam na luta cotidiana. Trago esses dados no capítulo 2, para apresentar a comunidade.

As Rodas de Conversas as quais me referidas acima foram adotadas em substituição a proposta inicial de construção de grupos focais. A mudança impôs como estratégia coletivamente mais apropriada de diálogo e reflexão direta com as mulheres. Foram realizadas 03 rodas de conversas, conduzidas tendo como referência perguntas norteadoras em alguns momentos. Por outro lado, em outros momentos a roda seguiu e seguiu fluxo próprio estimulado pelo grupo. A quantidade de mulheres nesses encontros para as rodas de conversa era variável, por vezes estavam presentes todas as 15 integrantes do Grupo Produtivo Tia Likinha, em outros momentos os encontros aconteceram com o grupo incompleto.

Durante as rodas de conversas busquei observar e anotar as falas das mulheres, à medida em que ia fazendo as perguntas norteadoras, iam surgindo outros assuntos narrados pelas mulheres que foram sendo registrados no meu caderno de campo.

A ideia não era trabalhar a história de vida das mulheres e sim perceber como elas vivenciam em seu cotidiano as políticas públicas, porém a narrativa que elas trouxeram são construções que fazem parte de sua história de vida, tanto no tempo presente como no passado, conforme a aponta Cristiane Souza, 2013:

“A narrativa é compreendida como referência no tempo presente; ao mesmo tempo, que são também narrativas sobre o passado – construídas a partir de memórias decorrentes de lembranças, de reminiscência do passado, muitas delas vividas e outras contadas por parentes e familiares, como memórias”. (SOUZA, 2013, p.4)

⁶ Agradeço a Janderson da Silva e Joseane Oliveira que colaboraram com essa pesquisa, no levantamento de dados.

Neste sentido, entre trocas de relatos, sorrisos e percepções fomos dialogando sobre temas importantes que permeiam a vida das mulheres e que as fazem ser quem são, na afirmação de sua identidade, ancestralidade e resistência quilombola.

Nesse percurso busquei conduzir os passos na perspectiva de uma ciência libertadora, sustentado no diálogo com as ideias de MARCUSE (2009), tecendo um olhar crítico sobre o papel da ciência para a transformação social e política. Esse horizonte me remete ao compromisso social que tenho com as comunidades com as quais trabalho, incorporando na pesquisa as características de uma ação libertadora, na medida em que se pretende com este trabalho contribuir com a qualidade das intervenções sociais nas comunidades quilombolas e nas vidas humanas, coadunando com a máxima Freiriana de ação-reflexão-ação. (FREIRE, 2005).

Na perspectiva Freiriana, o conhecimento é libertador, pois a partir do “*desenvolvimento das funções intelectuais, o homem desenvolve capacidades e poderá interferir no meio em que atua*” (FREIRE, 2005, p. 52). Assim, compreendo a liberdade como mecanismo para a intervenção social, utilizando a ciência como mecanismo de libertação e não de aprisionamento.

A ciência é androcêntrica, não é neutra, tem uma ideologia e está a serviço de um determinado interesse e de uma visão de mundo que em geral não coaduna, por exemplo, com as práticas emancipadoras, antirracistas e antissexistas. A utilizei com o propósito de difundir conhecimentos sobre as questões aqui apresentadas, sobretudo no fortalecimento da mulher e da cultura negra. Por isso, emprego a perspectiva feminista negra, no contexto rural, o olhar interseccional, para a partir dessa análise, questionar esse padrão científico e contribuir para o diálogo da ciência com a sociedade de forma equitativa e colaborativa do ponto de vista de gênero, raça e classe.

Ainda se faz necessário uma desconstrução em relação ao poder que a ciência forjada na modernidade ocupa nas pesquisas, colocando outros espaços de produção de conhecimento em condição de silenciamento e ou inferioridade, mas o processo de construção e elevação do conhecimento científico é também de transformações e rupturas com ideias universalistas preconizadas ao longo dos séculos, principalmente quando tratamos de temas como os que trago aqui nesta pesquisa.

Nesta minha própria caminhada, me peguei inúmeras vezes questionando-me sobre a minha ciência não acadêmica, ou seja, me questionando até que ponto sou uma acadêmica à medida que julgo não possui mecanismos de uma escrita acadêmica (isso se for tomado um modelo único de escrita acadêmica). A socióloga Patrícia Hill Collins (2016) argumenta sobre a insuficiência das

categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar a realidade das mulheres negras. A questão é que como mulher negra, advogo que necessitamos aprofundar a reflexão e descolonizar o saber, ao invés de termos que reproduzir o *modus operandi* de um fazer as investigações científicas e acadêmicas. É a partir daí que, como mulheres negras, poderemos trazer uma contribuição fundamental para a academia, um olhar multidisciplinar sobre as questões de gênero e raça no nosso país, incluindo a categoria classe como elemento estruturante das relações de gênero e raça no Brasil que nos permitia como mulheres negras fazer parte.

É fundamental que as mulheres negras se posicionem, reinventem conceitos, principalmente sobre seu lugar social, no entanto, ainda é penosa para uma mulher negra como eu, que tento produzir conhecimentos acerca da realidade e das experiências compartilhadas e vivenciada com as mulheres do campo.

As questões de gênero, raça e classe perpassam todas as etapas desta pesquisa e não poderia ser diferente, já que proponho um olhar interseccional para refletir a realidade da mulher negra quilombola e agricultura no interior da Bahia, no acesso às políticas públicas que visam equalizar tais questões.

Quando falamos em política logo nosso imaginário nos leva a pensar na política institucionalizada e partidária, criando muitas vezes uma aversão a palavra, porque de imediato, ela nos remete a *politicagem*, ou seja, as práticas desagradáveis e sempre prejudiciais à sociedade, praticadas por determinados agentes políticos que alimentam o na política, como temos observado nos últimos anos no Brasil. Não por acaso, essas adversidades políticas geram um desinteresse geral das pessoas, principalmente a população mais vulnerável socialmente, assim a *politicagem* continua, sem contudo, a desenvolver de fato um papel colaborativo e transformador na vida das pessoas. Ter conhecimento sobre política e mais ainda a consciência do seu papel como meio para a construção da governabilidade dos espaços e das instituições públicas, a exemplo da *Ágora*⁷ é fundamental.

A participação popular é o cerne de toda construção de políticas públicas, pois nada mais significativo, que a principal parte interessada, que inclusive sofrerá mudanças em sua vida, a população, conhecedora de seus anseios desejos e necessidades participe da formulação de políticas públicas, portanto a construção de políticas públicas devem ser de baixo para cima, e não

⁷ **Ágora** (ἀγορά; "assembleia", "lugar de reunião", derivada de ἀγείρω, "reunir") é um termo grego que significa a reunião de qualquer natureza, geralmente empregada por Homero como uma reunião geral de pessoas. A ágora parece ter sido uma parte essencial da constituição dos primeiros estados gregos.

ao contrário, como em alguns casos acontecem principalmente em se tratando de comunidades rurais, sobre gênero e raça, o diálogo nem sempre é priorizado e é justamente aí que acredito que a pesquisa auxiliará as mulheres a ter mais conhecimentos sobre seus direitos para buscar maior participação e escuta na formulação das políticas ditas para as mulheres negras.

Não existe uma definição única para política, particularmente, utilizo a ideia de Johannes Althusius⁸, filósofo alemão: “*A política é a arte por meio da qual os homens se associam com o objetivo de instaurar, cultivar e conservar entre si a vida social.*” Neste sentido, tudo que fazemos é política, a associação de pessoas, sejam homens, mulheres, jovens, com identidades com interesses coletivos que visem o acesso a direitos, a vida em comunidade é política.

Ao tratarmos de políticas públicas, o conceito surge ampliado, abrangendo o papel do Estado como produtor das políticas públicas. Como mostra a cientista política Celina Souza (2006), ao afirmar que as políticas públicas surgiram nos EUA, engendrando formas de estudos que focalizam nas produções dos governos:

(...) na Europa, a área de políticas públicas vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado, e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo – produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2006, p.22).

Diante desses pensamentos podemos definir políticas públicas como conjunto de ações de governo que geram efeitos sobre a sociedade, um grupo social, a população, seus direitos e interesses, a soma das atividades governamentais que influenciam a vida dos cidadãos e cidadãs.

As políticas identitárias visam atender os anseios, necessidades de um determinado grupo social, com características próprias e posições políticas sobre sua condição social e cultura. Neste trabalho é esse tipo de política é que vamos focar para compreender quais os tipos de mudanças tais políticas geram na vida das mulheres negras, agricultoras e quilombolas.

Com essa orientação, neste sentido investiguei o acesso às políticas públicas, mas que isso, queria entender como é o que esses serviços geram de qualidade na vida das mulheres quilombolas no sentido da qualidade e acessibilidade às políticas públicas, como propõe Sueli Carneiro:

⁸ Coleção dos Pensadores. História da Filosofia. Ed. Nova Cultura Ltda. SP. (1999).

Uma estratégia global que leve em conta as dimensões políticas, econômicas e culturais do problema, com vistas a alterar, efetivamente, as condições de vida das populações afro-brasileiras e as integrasse ao processo de desenvolvimento, já que não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil (CARNEIRO, 2011, p. 60).

A luta pela formulação e implementação de políticas públicas dialogadas com a realidade e necessidade do povo quilombola, se configura como estratégia importante no processo de desenvolvimento das comunidades negras, sobretudo para as mulheres que assumem papéis diversos no processo de desenvolvimento comunitário, a exemplo da participação como membro da associação, representar a comunidades em espaços de atuação política, desenvolver ação produtiva, organizar os espaços das reuniões, representar a comunidade dentro dos projetos de inclusão, etc. É nessa perspectiva que a participação ainda na agenda da política a implementação ao monitoramento e avaliação da mesma deve se constituir.

É preciso romper com o pensamento de comunidade estanque e atrasada que de forma generalizada se tem, quando se fala de população e comunidade quilombola. É enxergar a população, sobretudo as mulheres negras como agentes de seu próprio desenvolvimento, dissociada da ideia de passado e sim numa perspectiva atual de vida comunitária alicerçada numa identidade cultural, como bem diz HALL, (2005):

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo” sempre sendo formada. (HALL, 2005, p., 38)

Nesta perspectiva de Stuart Hall (2005), compreende-se que há um processo contínuo de construção da identidade cultural principalmente na perspectiva coletiva, onde a dinâmica sociocultural é uma das responsáveis pela construção da identidade.

A partir da perspectiva da colonialidade e do pensamento afro diaspórico visto como um processo de produção de um projeto coletivo e em movimento contínuo pela construção de outra sociedade que rompe com a lógica dominante colonial do poder, do ser e do saber que segrega, como afirma MALDONADO, (2019, p., 29), “*a decolonialidade como uma luta viva que no meio de visões e maneiras competitivas de experienciar o tempo, o espaço e outras coordenadas básicas da subjetividade e sociabilidade humana, precisa de uma abordagem diferente*”.

É a partir dessa abordagem sugerida por MALDONATO (2019), que analisei criticamente sobre como as mulheres quilombolas experienciam as políticas públicas em seu tempo, espaço e subjetividades, sobretudo no contexto do Brasil a partir do interior da Bahia, visto nas bases políticas e sociais em que as políticas públicas estão sustentadas.

Além da orientação teórica dos estudos da decolonialidade e do pensamento afrodiaspórico, tomo como referência as colaborações do feminismo negro, que visa também visibilizar um processo de exploração e opressão as quais as mulheres negras vivem em suas realidades, como é anunciado nas concepções de bell hooks (2019), a análise retrospectiva da mulher negra oprimida e escravizada, *“sexismo revela-se tão forte quanto o racismo como força opressiva na vida das mulheres negras”*. (hooks, 2019, p., 37). É essa orientação teórica que permeia toda a pesquisa visto que a mesma não está dissociada de uma contribuição efetiva e colaborativa no espaço feminino no âmbito comunitário, uma vez que as mulheres são figuras centrais no desenvolvimento de suas comunidades, inclusive no acesso a crédito, programas e projetos de investimentos produtivos e sociais.

Neste campo das contribuições teóricas oriundas das colaborações do pensamento afrodiaspórico ressalto o trabalho de Lélia Gonzalez (1988, p. 138) no qual chama atenção para *“a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder para desmascarar as estruturas de dominação da sociedade”*. Abordo com mais ênfase no capítulo 3 sobre essa questão. Neste sentido é necessário perceber e analisar como essas questões de subordinação, discriminação racial e de gênero são efetivamente tratadas e enfrentadas no processo de implementação das políticas públicas, voltadas para as mulheres negras. Porque como nos mostrou Gonzalez (1988, p., 138), *“o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”*.

E mais ainda, de que maneira essas políticas são formuladas para interferirem na vida das mulheres, quais são as bases, pois a partir da abordagem de Gonzalez, só haverá mudanças estruturais se houver a descolonização e desconstrução das estruturas do poder que mantém a colonialidade do saber e isso é possível a partir da resistência com as práticas culturais, sociais e políticas do povo negro.

A luta feminina no movimento social foi e continua sendo fundamental para uma maior articulação das mulheres negras, principalmente nas comunidades quilombolas, que possuem

especificidades ambientais, culturais, sociais, políticas e econômicas que precisam ser consideradas e respeitadas pelas instituições públicas e privadas.

E nessa luta as mulheres quilombolas tendem a fortalecer coletivos de mulheres já existentes na região e colaboraram com o surgimento de outras redes de articulação de políticas para as mulheres, principalmente mobilizando as mais jovens ao engajamento, com observamos em nossa experiência prática de pesquisa e na leitura e análise de muitos trabalhos trabalho nesse campo de estudos que sinalizam ser a prática e o legado do movimento de mulheres em diversas regiões do Estado.

1 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PRÁTICA NECESSÁRIA.

Neste capítulo ressalto a importância do processo de monitoramento e avaliação para a gestão pública, a tomada de decisão no campo dos investimentos e a geração de aprendizagens a partir dos mecanismos de avaliação.

1.1 Monitoramento e Avaliação em Prática

Dentro do ciclo das políticas públicas, o conjunto das etapas devem ser cumpridas a partir de um problema ou demanda social. Primeiro se inicia com a inclusão da questão na agenda política, seguida da elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação

A elevação das potencialidades nacionais, dependem de instrumentos que viabilizem a ação pública, neste sentido, a partir da Constituição Federal de 1988, especialmente com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), como instrumentos governamentais de planejamento estratégicos, auxiliam o Governo a atuar de forma estratégica para o alcance dos principais objetivos público.

Aqui ressalvo, que além de instrumentos de planejamento estratégicos, são também instrumentos políticos, efetivos que decidem, planejam, o que será prioridade materializando a execução e gestão das políticas públicas.

Do ponto de vista do monitoramento, é centrado no alcance das metas prioritárias de cada programa dentro do PPA, que prioriza as entregas estabelecidas no PPA e na execução orçamentária. Uma prática centrada na execução física e financeira.

Aqui o monitoramento ocupa um papel central no alcance de resultados quantitativos/numéricos no tange a entrega dos bens e serviços à população. Reafirmando, como dito anteriormente, o monitoramento na prática, diz respeito ao processo de execução e gestão das ações de governo. Porém, se bem implementado com as equipes e levado a sério, pode gerar aprendizagens importantes para a tomada de decisão. Uma atividade meio⁹, que apesar de não tão enfatizada na ação pública, interfere diretamente na efetividade e eficiência das ações finalísticas.

⁹Entende-se como atividade meio em Projetos Sociais, as ações que não estão intrinsecamente relacionadas com a atividade principal, finalística, mas que cumpre um papel importante em todo o processo para resultado final, como por exemplo; o financeiro, a área de aquisições, monitoria, etc.

A finalidade da avaliação de políticas públicas é verificar, analisar a eficiência, eficácia e efetividade dos recursos públicos, por meio de um processo sistemático e institucionalizado de avaliação. Neste sentido, a avaliação envolve os aspectos principais da política pública, o planejamento, a execução e o controle orçamentário e financeiro, medindo o orçado e executado.

De caráter geral, o Estado opera por meio do balanceamento das ações e orçamento estabelecidos no PPA, em consonância com os orçamentos estabelecidos, analisando o alcance dos resultados por meio das entregas e execução financeira.

Quando se trata de Projetos especiais, programas cofinanciados com a cooperação internacional, a prática avaliativa, além de mais intensa, utiliza-se de metodologias e instrumentos que em geral estabelecem uma relação causal entre o planejado X executado, associado ao processo de escuta dos principais beneficiários de determinado projeto ou programa. O que faz com que o Estado implemente mecanismos mais efetivos de avaliação que não só garantam a eficácia, mas também o bem estar e satisfação das pessoas em relação ao implementado.

Ainda há muito o que intensificar no que tange o monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil, é preciso ser uma prática para além do quantitativo, e sim ter como elemento principal o bem estar e a qualidade de vida das pessoas, assim como o alcance da superação das desigualdades.

1.2 Contextualizando o Monitoramento e Avaliação (M&A)

As mudanças preconizadas principalmente pelos movimentos sociais e a crescente inserção da cooperação internacional no fomento de ações governamentais voltadas para a superação das desigualdades sociais, combate à pobreza e garantia dos direitos humanos, passa a exigir do Estado brasileiro mais eficiência na execução das políticas públicas, em especial na região do Nordeste do Brasil. Essa conjuntura torna o papel do monitoramento e da avaliação (M&A), essencial na gestão e no aperfeiçoamento da ação pública. A evidência de resultados, efeitos e impactos, passa a ser um elemento primordial, inclusive na mobilização de recursos, exigindo da ação governamental um esforço sistemático no aprimoramento das práticas de gestão.

Monitorar e avaliar são elementos fundamentais na defesa da gestão e execução das políticas públicas, estabelecendo as prioridades, mitigando cortes orçamentários em áreas consideradas essenciais da ação pública.

Para tanto, a prática de monitoramento deve estar associada de forma intrínseca a um processo de avaliação sistemática para que as questões relacionadas a determinada política sejam verificadas de forma confiável e contribua para a continuidade, reformulação ou não, da política pública em questão, favorecendo a tomada de decisão.

Não existe uma definição única para os termos monitoramento e avaliação, o que existem são conceitos diversos que se complementam, aqui escolhi um conceito que coaduna com a minha experiência no projeto de desenvolvimento rural. Trata-se do conceito difundido pela Organização WWF do Brasil, criada em 1996 e uma das instituições pioneiras na disseminação de práticas de M&A, principalmente na área de degradação socioambiental. Dito isso, entende-se por monitoramento:

O acompanhamento físico, financeiro e analítico das atividades ou ações executadas; dos produtos, resultados e impactos gerados, do processo de sua execução; do contexto em que ele se realizou ou de qualquer outra dimensão que se queira acompanhar (WWF do Brasil, 2000. p.,16).

A partir desse entendimento de monitoramento, são visíveis duas principais dimensões de um sistema de monitoramento, a primeira está associada ao processo de gestão de forma integralizada e a segunda, é um exercício contínuo com a prática de coletar, analisar, armazenar e utilizar as informações obtidas para o gerenciamento de determinada ação, projeto ou programa público e/ou privado.

A característica principal do monitoramento é que se refere a um processo em andamento e não algo finalizado. Por isso, o monitoramento exige uma dinâmica intensa de acompanhamento, elaboração de materiais e ferramentas que facilitem o registro do andamento das ações e este possa subsidiar as avaliações sejam processuais e/ou finais.

No caso da avaliação, ela não é parte integral da ação, ou da administração, ela é periódica e está relacionada com o desempenho, eficiência, eficácia e impacto no contexto em que a intervenção pública, seja por projeto ou programa, ocorre.

A avaliação vai justamente se preocupar com o que aconteceu e o porquê, é nesse trâmite que muitos profissionais confundem avaliação com o monitoramento. Por isso, é importante ressaltar que a avaliação estará preocupada em fornecer explicações para os resultados constatados no final ou durante a execução da ação. De forma conceitual:

A avaliação é a análise dos produtos gerados pelas atividades executadas, do alcance dos objetivos específicos e metas estabelecidas, e dos impactos de um projeto. Esta análise pode ser a partir de parâmetros pré-definidos ou não quando avaliação é focada para situações pouco conhecidas”. (WWF do Brasil, 2000. p. 17).

A questão é que monitorar e avaliar exige uma prática sistemática, responsável e comprometida com a causa, que vai além dos dados numéricos e de instrumentos de coleta de dados, planilhas, etc. É preciso interpretar esses dados, sabendo-se que é de suma importância fazer uma observação e ter uma escuta comprometida, criteriosa e imparcial do que está acontecendo em relação ao que se pretende alcançar a luz dos objetivos do Projeto.

O que nos leva a concluir que um sistema efetivo de monitoramento e avaliação deve municiar a avaliação com um registro contínuo, ou seja, a avaliação depende do sistema de monitoramento que fornecerá as bases para avaliação.

Diante da complexa e relevante atuação de combate à pobreza, por meio da superação das desigualdades sociais, cresce a demanda por eficiência, transparência e resultados da ação pública. Há uma exigência sistemática de aprimoramento e esforço de aprimoramento das práticas de gestão do Estado, tornando o monitoramento e avaliação (M&A) fundamentais na gestão pública, sobretudo, nas ações sociais que nem sempre seus avanços são verificados apenas com os números.

1.3 Minha experiência e aproximação com o M&A em Projetos de Desenvolvimento

O M&A entra na minha vida em 2005 a partir da minha atuação profissional na Cáritas Brasileira NE3, que apesar de atuar como assessora de Projetos, assumia com uma pequena equipe o papel de organizar os elementos de monitoramento e avaliação, muito em função da cobrança da instituição de fomento dos Projetos. Ao adentrar a CAR, em 2008, fui atuar no interior do estado, como assessora de monitoramento e avaliação no Projeto de Desenvolvimento Rural, que tinha como objetivo reduzir a pobreza em 36 municípios de uma das regiões mais pobres da Bahia, a região Nordeste do Estado.

Nesse momento, percebi como se estabelecia a relação M&A, e como era tão importante quanto às atividades finalísticas, apesar de ser uma área pouco valorizada pelas equipes técnicas, entendi o quanto de responsabilidade e ao mesmo de poder no que tange acesso às informações o M&A exercia.

Ao longo desses 14 anos atuando com monitoramento e avaliação, aperfeiçoei-me e me fiz especialista na área, por intermédio dos processos formativos promovidos pela CAR, e também pela prática implementada no Projeto em que atuei.

Projetos de Desenvolvimento são aqueles que buscam equacionar um conjunto de questões sociais, culturais, políticas, ambientais, etc., que possuem financiamento de Agências Internacionais, a exemplo, do Banco Mundial e o do FIDA que comumente tem sido parceiros do Estado na gestão pública tendo como objetivo melhorar as condições de vida da população.

Como podemos ver no conceito de SOSA e ZEBALLOS (2007, p.17), que coaduna com nossa experiência na Bahia:

Entendemos a los proyectos de desarrollo como propuestas de transformación que, partiendo de una determinada concepción del cambio social, intervienen en ámbitos o dimensiones específicas de la realidad para mejorarla y, con ello, beneficiar directa o indirectamente a poblaciones que por lo general pueden ser ubicadas territorialmente.

Nesta perspectiva, há muitos investimentos por parte dos Projetos em gestão e difusão do conhecimento construído e apreendido com as experiências vivenciadas na execução junto ao público e comunidades beneficiadas, para que inclusive as experiências sejam replicadas posteriormente.

Na Bahia, o FIDA agência especializada no desenvolvimento rural, mantém uma parceria com o Estado há 25 anos aproximadamente, no cofinanciamento de Projetos no âmbito das comunidades rurais, dada a importância deste tipo de intervenção para a população, e o seu compromisso de apoiar ações sustentáveis para o crescimento da zona rural.

Neste aspecto, a medição da efetividade de um Projeto, requer um sistema estruturado e adequado de monitoramento e avaliação, tendo em vista o público beneficiário, os objetivos do Projeto, a área de execução, entre outras questões relevantes que subsidiem o M&A com lições importantes para sua aferição. Importante enfatizar a necessidade de um sistema mínimo, porém efetivo na produção e gestão de dados que permitam ao Estado e a seus Parceiros, o entendimento seguro sobre os resultados, efeitos e impactos gerados a partir da intervenção que vem sendo executada e apoiada.

Continuo atuando no M&A, como expressado no capítulo 1, no O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (Pró-semiárido), como

assessora de M&A. O Pró-Semiárido é cofinanciado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) trata-se de um fundo multilateral, ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), especializado no tema da agricultura familiar e desenvolvimento rural, com operações financeiras em mais de 90 países na América Latina, Ásia, África e Oriente Médio.

Atualmente no Brasil, o FIDA apoia a execução de 06 (seis) Projetos no Nordeste¹⁰ do Brasil, com objetivos comuns de reduzir a pobreza e extrema pobreza, por meio de investimentos que promovam a melhoria e aumento da produção agrícola, aumento da renda dos agricultores familiares e acesso a políticas públicas.

Para o FIDA o monitoramento e avaliação, é condição *sine qua non* na execução dos Projetos, já que os investimentos possuem propósitos bem definidos que visam alcançar mudanças significativas e sustentáveis para a população do meio rural.

A eficiência na aplicabilidade desses recursos é essencial para o alcance de seus resultados, e no impacto positivo na melhoria das condições de vida da população beneficiária. Neste sentido, os investimentos em M&A têm sido uma prática constante do FIDA junto às equipes responsáveis pelo monitoramento e avaliação dentro dos Projetos.

Estes investimentos vão desde a criação de parâmetros e ferramentas que permitem ao FIDA e aos coordenadores medir e acompanhar os resultados dos Projetos, como capacitações diversas para que as equipes de M&A possam trocar experiências e qualificar sua prática cotidiana no fazer pedagógico de monitoramento e avaliação.

Para o Pró-Semiárido o FIDA tem sido um parceiro importante na disseminação e no aprimoramento da prática de monitoramento e avaliação dentro do Projeto e de forma extensiva na CAR e nas instituições parceiras que utilizam as informações do sistema de M&A de forma contributiva ao seu acompanhamento, a exemplo do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP), Casa Civil, entre outros.

Vale ressaltar que é prática das agências co-financiadoras exigir a formulação dos indicadores, ainda na fase de desenho dos Projetos, nesta fase ainda conhece-se pouco da dinâmica e da realidade em que o projeto será operacionalizado, mesmo com os estudos e diagnósticos realizados antes do início do Projeto, como por exemplo, a avaliação *ex-ante*¹¹ o conhecimento efetivo acontece durante a execução e na relação cotidiana com as comunidades e as pessoas.

¹⁰ Piauí, Bahia, Paraíba, Sergipe, Ceará e Dom Helder Câmara, projetos apoiados pelo FIDA na região Nordeste do Brasil.

¹¹ É uma avaliação que se faz antes da execução do Projeto, com o objetivo de identificar a relevância e coerência da

Neste caso, os indicadores do Pró-semiárido passaram por revisões processuais e reformulações para atender as especificidades do mesmo e das comunidades atendidas, tais mudanças nos indicadores e marco lógico do Projeto, foram confirmadas na avaliação de Meio Termo¹².

O sistema de M&A do Pró-semiárido tem como escopo principal gerar informações relevantes para o andamento do projeto incluindo procedimentos de coleta, processamento, análise e uso de informações sobre as mudanças evidenciadas tanto junto ao público quanto às estruturas e investimentos comunitários.

A partir dos referenciais de M&A apresentados pelo FIDA, a equipe de M&A do Pró-Semiárido construiu um processo sistemático que atendesse tanto às expectativas do FIDA, quanto aos interesses do Governo, dialogando com as ferramentas já existentes na CAR. O Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios da CAR (SACC) que de forma operacional permite acompanhar o fluxo de execução, e operações, além emitir relatórios de avanços físicos e financeiros junto às associações comunitárias e instituições parceiras. O Sistema de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento e Investimentos (SISPLANDI) que além de conter todas as informações sobre os planos de desenvolvimento comunitário, é a ferramenta que permite o monitoramento da assistência técnica às famílias beneficiadas, já o sistema de registro de beneficiários que foi concebido para atender as especificidades de registro do público do Pró-Semiárido, e se tornou uma ferramenta fundamental no monitoramento do perfil dos beneficiários.

Assim, temos o conjunto de mecanismos que integram o sistema de M&A do Pró-semiárido que através de seu registro contínuo subsidia a elaboração dos relatórios, informes gerenciais para apoio a gestão, como a realização das avaliações qualitativas de acordo com as necessidades do Projeto e seu estágio.

A base diagnóstica para as avaliações processuais, intermediária e final são os estudos de linhas de base, que foi realizado de forma amostral na região do projeto e que permite a comparação da situação inicial do Projeto com a situação final.

O processo de avaliação no Pró-Semiárido contempla desde metodologias simplificadas como as avaliações rápidas e grupos focais, que contam com a participação direta dos beneficiários, bem como as de maior complexidade como avaliação de meio-termo (03 anos após o início oficial da

implementação de um Projeto.

¹² Avaliação que se faz na metade da execução do Projeto, com o objetivo de avaliar suas ações e direcionamento até o momento, é nesta fase que se faz alterações e propõe mudanças inclusive no desenho se for preciso.

execução Projeto), relatório de encerramento do projeto e avaliação de desempenho e impacto (ao final do Projeto) ¹³.

Avaliações de meio termo, e avaliações de desempenho e impacto envolvem um contingente grande de profissionais que atuaram na execução e são mais demoradas, uma vez que os profissionais precisam debater com profundidade, responsabilidades o desenho estratégico da avaliação e seus resultados. É importante avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de ações realizadas com foco e segurança de que esses resultados estão balizados com parâmetros sólidos de avaliação.

Além dos sistemas de registro periódico de informações, o Pró-semiárido conta com os relatórios analíticos elaborados pelo corpo técnico do Projeto, com temporalidade trimestral, semestral e anual que possibilita um olhar qualitativo sobre os dados registrados explicando determinado resultado que porventura não tenha ocorrido como planejado, e também colhendo as lições aprendidas para gestão do conhecimento e disseminação do apreendido para o âmbito institucional.

Com minha experiência, tenho visto o Governo investir em monitoramento e avaliação para a gestão pública, por meios de capacitações de seus servidores, na aquisição de sistemas de M&A e no exercício prático no cotidiano, muito tencionado pelas agências de fomento que tem auxiliado os Governos no aprimoramento da prática de M&A na gestão pública com vistas aos resultados.

Tenho visto avanços na sensibilização da equipe técnica, no reconhecimento da importância do M&A e abertura para o exercício cotidiano, esse reconhecimento cresce a cada fase do Projeto, na medida em que o M&A vai mostrando sua responsabilidade com a gestão dos resultados, e de fato propiciando informações relevantes na execução para dentro e fora do Projeto. Ainda que o foco maior tenha priorizado a execução, é evidente o crescimento do interesse de profissionais das áreas técnicas em monitoramento e avaliação.

Apesar desse avanço, ainda é um desafio, envolver um número maior de pessoas da área técnica, numa prática cotidiana de M&A, ou seja, uma ação mais conscientizada de cada um/a sobre a factual relevância do M&A para seu próprio trabalho.

Outra questão, de forma geral ainda no âmbito das ações governamentais, constata-se pouca apropriação dos dados e informações produzidas, impedindo o efetivo uso desta ferramenta como suporte nas tomadas de decisão na esfera pública.

¹³ Conforme consta no Manual de Implementação do Projeto – MIP, 2017. Item *Unidade de Monitoria e Avaliação*.

Na Bahia, Projetos cofinanciados, a exemplo, do Pró-Semiárido, possuem em seus quadros equipe específica para tratar de monitoramento e avaliação, dada a seriedade e relevância que o M&A possui para ambos, o Governo e a Agência. Esse avanço surge da necessidade de ter pessoas especializadas em M&A nos Projetos, com conhecimentos da teoria e prática, para que estes possam integrar-se na esfera pública, e a partir daí, trocar experiências, contribuindo para o aprimoramento dos mecanismos de M&A, favorecendo ao processo de aprendizagem, bem como o fortalecimento da gestão pública.

Comumente a construção do sistema de M&A parte do desenho do projeto, esse desenho é pré-definido por uma equipe mínima que participa da elaboração do mesmo, na maioria dos casos a equipe é escolhida de forma meritocrática, sem, contudo, considerar o enredamento dos temas que serão tratados. É um desafio definir uma equipe multidisciplinar que seja escolhida considerando a heterogeneidade das questões que se pretende equalizar ou suprimir, para obter um desenho não só mais factível, mas sim contextualizado com o público, e a situação que se deseja enfrentar, numa perspectiva interseccional.

Ainda há de forma geral, uma grande preocupação com técnicas e ferramentas, modelos que possam ser seguidos para ter uma efetiva prática de M&A, mas para além das ferramentas e técnicas, é preciso investir justamente nas pessoas e na compreensão da multiplicidade dos temas propostos nos Projetos de Desenvolvimento e sua importância para o bem-estar público.

Ao longo da execução do Projeto Pró-Semiárido, foram realizadas 04 grandes avaliações, sendo que 03 fazem parte de um ciclo do Projeto, avaliação ex-ant¹⁴ que se faz antes da execução, avaliação de meio termo que geralmente ocorre no meio do Projeto, 03 anos após sua existência, avaliação de efeitos para avaliar os indicadores de efeitos, a avaliação de impacto que se faz ao final do Projeto, e durante esse processo diversas avaliações processuais sem muito rigor metodológico, porém efetiva para mensurar o andamento do Projeto.

4.4 Gênero, raça e classe: Desafios para o monitoramento e avaliação no âmbito público

Vimos anteriormente que apesar de alguns avanços a importância dada às práticas de monitoramento e avaliação, não é algo sólido no âmbito público.

¹⁴ Avaliação ex ant é realizada antes da intervenção de um Projeto, levantando as expectativas e onde se quer chegar no o Projeto. Esse tipo de avaliação, geralmente, é realizada em Projetos com apoio de cooperação internacional.

Quando tratamos das questões étnico-racial, a coisa é bem menos sólida. Uma vez que em muitos casos, as questões ditas específicas para as mulheres, os negros/as e os pobres são universalistas, pouco estruturais e em ofertadas a estes seguimentos, sem, contudo, ter um processo de escuta.

No caminho da igualdade Sueli Carneiro (2011), aponta que não há outra conclusão para a população negra no Brasil se não a necessidade de torná-la como agente prioritário das políticas públicas. CARNEIRO propõe:

Uma estratégia global que levasse em conta as dimensões políticas, econômicas e culturais do problema com vistas a alterar, efetivamente, as condições de vida da população afro-brasileira e as integrasse ao processo de desenvolvimento, já que, como não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil (CARNEIRO, 2011, p., 60)

Essa estratégia global é necessária, porém, depende de uma grande vontade política, e maior envolvimento da população negra, em todas as fases do ciclo das políticas públicas.

Comumente a construção do sistema de M&A, parte do desenho do projeto, esse desenho é pré-definido por uma equipe mínima que participa da elaboração do mesmo, na maioria dos casos a equipe é escolhida de forma meritocrática, sem, contudo, considerar o enredamento dos temas que serão tratados. O ideal era ter uma equipe multidisciplinar que fosse escolhida considerando a heterogeneidade das questões para obter um desenho não só mais factível, mas contextualizado com o público, e a situação que se deseja enfrentar. Karla Akotirene, em “o que é interseccionalidade?” (2018), nos ensina que:

É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres negras e as “mulheres de cor” na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (AKOTIRENE, 2018, p., 43).

É nesta perspectiva interseccional que as políticas públicas devem ser formuladas e atuar, o monitoramento e avaliação devem ser desenhadas considerando esse contexto, pois uma questão tem a ver com a outra, a raça explica a classe, que revela as questões de gênero e ambas explicam uma à outra, no contexto brasileiro, portanto, devem ser consideradas analiticamente de forma combinadas, conforme já apontou AKOTIRENE (2018).

Mas, infelizmente, em meus 14 anos trabalhando com monitoramento e avaliação em projetos sociais de desenvolvimento, a prática do monitoramento tem sido meramente quantitativa,

e pouco qualitativa, não que não haja um investimento nessa perspectiva, há uma grande preocupação com técnica e ferramentas qualitativas de M&A, mas como já afirmei acima, para além das ferramentas e técnicas se faz necessário humanizar o M&A, é preciso investir justamente nas pessoas e na compreensão da multiplicidade dos temas propostos e mais ainda, é preciso entender que há uma exigência ética de compromisso com as temáticas trabalhadas, e com a população mais vulnerável socialmente desde país.

A preocupação com a avaliação, principalmente avaliação de impacto é maior em relação ao monitoramento, apesar da avaliação depender intrinsecamente do monitoramento. Para o Banco Mundial¹⁵:

O foco nos resultados está sendo usado não apenas para definir e monitorar metas nacionais e internacionais, mas os resultados estão, cada vez mais, sendo usados e exigidos por gestores de programas para aperfeiçoar a prestação de contas, determinar a alocação orçamentária e orientar o modelo dos programas e as decisões relacionadas às políticas.

É nessa perspectiva que os resultados direcionam os investimentos e decisões estratégicas dos gestores, que a avaliação deve ser vista como algo que nos auxilia a evidenciar o que é camuflado há décadas, ou o que não se quer enxergar no que tange às desigualdades raciais de gênero e de classe.

Avaliar a eficiência, eficácia e efetividade de ações que visam equilibrar questões enraizadas há séculos no país, não é tarefa simplória e exige uma responsabilidade para com os princípios étnicos, feministas e emancipatórios.

Apesar de várias ações formativas e encontros de sensibilização para tratar das questões identitárias, culturais e históricas das comunidades negras, de pessoas negras e mulheres, ainda é muito forte a resistência à compreensão por parte de algumas pessoas em relação à necessidade de superação das desigualdades. Por isso, é importante que os projetos não se restrinjam a investimentos apenas produtivos com fins econômicos, e não apenas que a população negra, indígena e as mulheres sejam público prioritário, mas que isso, sejam sujeitos de direitos, no amplo debate sobre as origens, o processo histórico e cultural deste público, além da situação de negação e exclusão social, política, econômica e cultural.

¹⁵ <http://documents.worldbank.org/curated/pt/551591524130557481/pdf/59998-PORTUGESE-PUBLIC.pdf> acessado em 20 de julho de 2021.

Os desafios que se apresentam de forma necessária e urgente para o monitoramento e a avaliação são os mesmos para as equipes de profissionais dos projetos e programas, o conhecimento e a compreensão dos processos históricos de subordinação, de ausências de direitos, do feminismo compreendendo que a categoria “mulher” não dar conta de falar de todas as mulheres, ainda mais quando se trata de resultados, que de fato não atingem a todas de forma igual, como bem fala a socióloga Djamila Ribeiro (2017, p.23):

A universalização da categoria mulher não dá conta da diversidade das mulheres negras, indígenas, da mulher latino-americana, uma vez que a opressão racial sofrida pelas mulheres dos países colonizados não é considerada.

As questões de gênero no M&A devem ir muito mais além do que apenas quantificar o número de mulheres participando das atividades de um projeto, por exemplo, ter um número de mulheres significativo participando de algo, não significa relações equitativas de gênero, sem contudo, observar como essa mulher participa efetivamente destes espaços.

O desafio de compreender, por exemplo, que no Brasil não houve a segregação racial instituída, porém como aponta Abdias do Nascimento, em “*O Quilombismo*” de 1980, o Brasil “*pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta ou encoberta*”. O autor ressalta ainda que este processo leva negros/as ao processo de baixa-estima, dado o poder de descrença muitas vezes em si mesmo que o racismo possui: “um racismo que leva a um estado de frustração do negro, lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho”. (NASCIMENTO, 1980, P. 44).

Está constatação do autor, perpetua até os dias atuais, principalmente de forma institucionalizada, o racismo tem um efeito paralisante, que leva as pessoas muitas vezes a ter vergonha, a não aceitar suas origens e negando sua descendência africana.

Pois, como monitorar e avaliar uma questão como posta acima, sem um olhar sensível e conhecimento, sem a compreender que apesar de haver mudanças significativas de consciência negra, principalmente no que tange a juventude, que vem cada vez mais se autoafirmando enquanto negro e negra, na zona urbana e rural, ainda há muito que enfrentar para se alcançar uma sociedade sem racismo e mais socialmente justa.

No caso das questões de gênero, raça, etnia e classe, em muitos casos as práticas de M&A caem numa visão universalista reforçando preconceitos e estereótipos racistas, classistas e

machistas, sem com que se deem conta disso, como por exemplo, um projeto que visa “empoderamento de mulheres”, um dos resultados esperados é a participação de mulheres nas instâncias de poder, ou seja, assumindo cargos diretivos nas associações comunitárias, só que o fato dessa mulher assumir cargos em organizações comunitárias, não garante que ela esteja “empoderada”, já que é preciso avaliar o impacto dessa ação em sua vida, entre outras coisas, se essa mulher é ouvida pelos demais membros, se este cargo não gera uma sobrecarga para a mulher, pois muitas delas, às vezes tem que acordar às 4:00 horas da manhã para realizar os afazeres domésticos como cozinhar e limpar a casa, uma vez que na divisão sexual do trabalho, os afazeres domésticos continuam sendo papel da mulher, para ir exercer seu trabalho comunitário, ela não conta com apoio masculino, outra questão observável é se os homens por exemplo, a respeita como presidente da associação e etc.

É indispensável um conhecimento aprofundado dos conteúdos históricos e sociais que tange às questões de raça, gênero, etnia e classe no Brasil, que possibilitem interpretar os resultados e atribuí-los a intervenção realizada parcial ou totalmente. E que fato alcance os objetivos propostos para estas temáticas.

Como monitorar a redução do racismo, por exemplo, diante da complexidade moral, social e os elementos estruturantes que o envolve? Extremamente difícil, não direi impossível porque acredito numa mudança revolucionária que romperá com as entranhas do racismo e machismo. Mas para um projeto com recursos e tempo limitados talvez seja sim impossível.

Então, como atuar no enfrentamento das desigualdades raciais, de gênero e de classe e monitorar esses resultados? Essa é a grande questão para projetos que se propõem a este objetivo, sem minimamente compreender de fato os engendramentos dessas desigualdades, a partir do contexto sócio-histórico e político.

A estadunidense Nancy Fraser, em seu texto sobre *redistribuição e reconhecimento* (2001), propõe remédios para superar as injustiças sociais, culturais e econômicas no que tange às questões de gênero, raça e classe. Para Fraser, um amplo processo de redistribuição socioeconômica e o reconhecimento cultural repararia as injustiças acometidas ao longo da história.

Ocorre que é exatamente nesta lógica, que muitos Projetos e Programas públicos operam, acreditando serem “remédios” e que vai com ações pontuais superar questões complexas, sem, contudo, pensar em ações estruturais.

Busquei trazer os elementos que tornaria o M&A mais realístico e colaborativo com as questões de desigualdades que enfrentamos no nosso país, pois, ao confortar os dados e minha experiência analisadas, percebo no M&A uma grande possibilidade de mudança de paradigmas em relação à naturalização que se dá aos debates sobre as desigualdades raciais, de gênero e de classe no âmbito dos projetos.

Acredito que através dos mecanismos de M&A e com um profundo conhecimento sobre os temas aqui apresentados, teríamos como explicitar resultados positivos e negativos, comportamentos e de fato extrair lições aprendidas acerca de como atuar para a mudança, para a conquista de direitos, para a igualdade, através de que? e por onde? Assim teríamos um monitoramento vivo, contextualizado e colaborativo, ou seja, um recurso de apoio à construção da soberania popular.

Importante conhecer o debate sobre a identidade étnica, que segundo POUTIGNAT e STREIFF-FENART (2011), o que diferencia a identidade étnica das outras identidades é o fato dela ser orientada para o passado. A ideia justamente de ancestralidade que aqui está inserida, ainda que seja construída e transformada na interação social com os demais grupos étnicos.

O discurso de fortalecer a identidade étnica é encontrado na maioria dos projetos de desenvolvimento hoje na Bahia, porém ainda numa de que as identidades são estáticas, e essa visão se multiplica entre os membros dos projetos, fortalecendo uma visão totalmente homogênea principalmente das comunidades tradicionais.

Talvez seja sim, possível monitorar, por exemplo, uma mudança de comportamento em relação ao racismo, mas para que isso ocorra como já mencionei, é preciso um exército de pessoas comungando dos mesmos objetivos, e que apenas não estejam interessadas em receber seu o salário no final do mês, mas que realmente tenha compromisso com a transformação social que nós mulheres negras, nordestinas e periféricas acreditamos e queremos. Os projetos e programas podem ir mais além, podem de fato colaborar no caminho da igualdade, porém necessitamos das pessoas, vontade política, conhecer a verdadeira história do povo negro, e utilizar as ferramentas que dispomos com competência e compromisso.

2. COMUNIDADES QUILOMBOLAS: DO ESCRAVISMO AO ACESSO À DIREITOS

No intuito de apresentar, sem querer esgotar, todos os elementos importantes que caracterizam a comunidade Quilombola da Várzea Queimada. Neste capítulo busco evidenciar sua trajetória histórica e política de luta, resistência e representatividade na região do Norte da Bahia, no Território Piemonte da Diamantina.

2.1 Comunidade Quilombola da Várzea Queimada: Um Caminhar Coletivo.

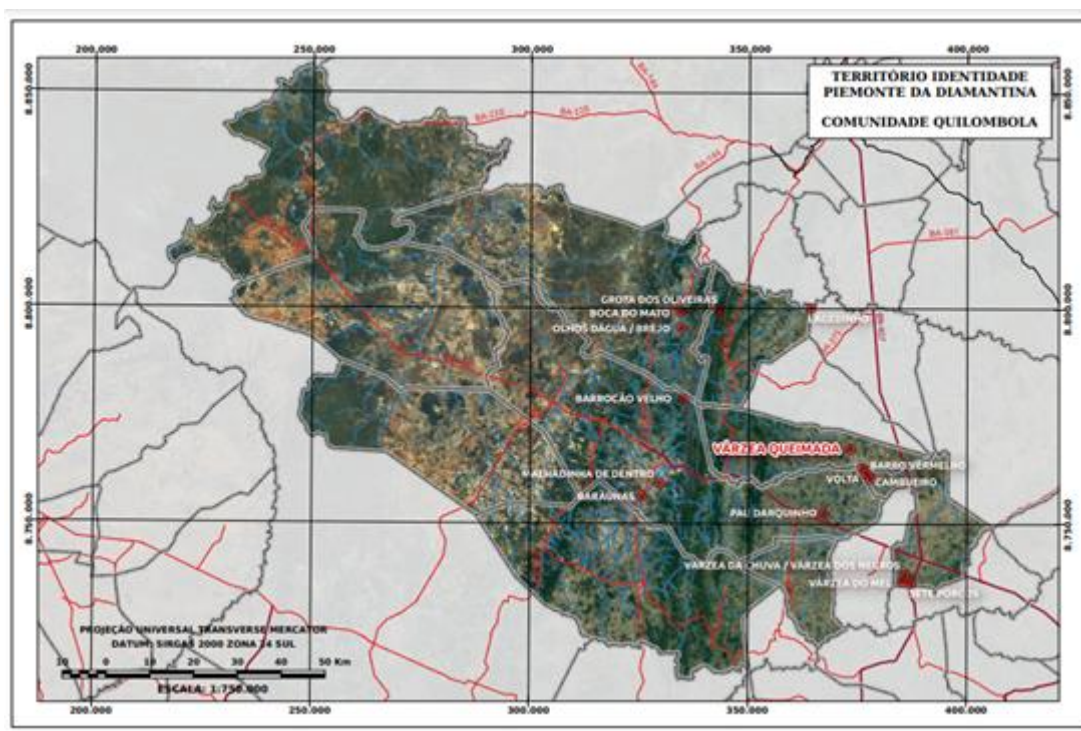
Não há dúvida que durante o processo de escravização dos negros/as africanos/as e dos nascidos no Brasil, os quilombos eram símbolos de resistência ao regime escravocrata. Atualmente essa representação possui uma conotação muito mais ampla, com o surgimento de comunidades negras e remanescentes de quilombos na Bahia, que representa uma ameaça aos interesses dos grandes latifundiários, ao agronegócio e mais recente, a indústria de energia eólica nesta região, todas visam a exploração das áreas quilombolas.

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas no Quilombo da Várzea Queimada, pelas ausências, negação e omissão do Estado, a comunidade se mantém firme e resistente de forma coletiva, política e organizada para a garantia de sua cidadania, alicerçada na identidade cultural, social e histórica.

Antes um “*espaço de homens e mulheres egressos da escravidão colonial, como um sistema alternativo de sobrevivência*”. (NASCIMENTO, 1985, p. 121). Hoje é fruto de um processo social de interação e dinâmica, que ao longo dos anos foi se desenvolvendo e redefinindo, de acordo com suas necessidades, a delimitação geográfica e sua diversidade.

A comunidade Quilombola de Várzea Queimada está localizada no município de Caém, na microrregião Centro Norte da Bahia, Território de Identidade Piemonte da Diamantina, faz limite com os municípios de Caldeirão Grande, Jacobina, Saúde e Capim Grosso. Localizada a 298 km de Salvador, capital baiana, e a 55 km da sede do município.

Figura 1 - Mapa do Território de Identidade Piemonte da Diamantina e as Comunidades Quilombolas na Região



Fonte: Pró-Semiárido, abril de 2015.

Na década de 1960, iniciou-se um movimento eclesial – católico, chamado *Teologia da Libertação*¹⁶, que através da crítica social, e diante do sofrimento das pessoas oprimidas, buscou auxiliar as comunidades na luta contra desigualdades e acesso a direitos na zona rural. Neste contexto, a Comunidade de Várzea Queimada passou a ser assessorada, acompanhada pela ação da Diocese de Bonfim, Paróquia de Caém, por intermédio do Padre italiano Luiz Tonetto. É a partir da igreja que a comunidade se insere na discussão política, social organizada de luta pela terra, junto com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Dar-se início a um movimento de organização política, social e comunitária que favorece a construção das institucionalidades para o acesso a direitos e ao conhecimento alicerçado na teoria sócio-histórica do país, sobretudo na zona rural no Nordeste brasileiro.

¹⁶A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. In https://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_liberta%C3%A7%C3%A3o

Para o Teólogo e assessor das Comunidades Eclesiais de Base, Frei Beto, esse movimento da igreja foi caracterizado por uma escolha pelos oprimidos, seguindo os passos de Jesus. Porém para isso a igreja precisou romper com a burguesia que obviamente não coadunava com a ascensão dos povos marginalizados.

Conforme sua missão específica e revelando em sua presença a comunhão de Deus com o seu povo, é necessário que ela esteja comprometida com as classes populares, o que implica numa ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes (BETO, 1986, p. 05).

Aqui a igreja engaja-se no processo de luta pela libertação dos povos oprimidos, através das Comunidades Eclesiais de Base, apoiando-se no Evangelho, conformando um processo sistemático de severas críticas ao modo de produção capitalista e a sua ideologia. Para atuar nesta expressiva luta contra o sistema de opressão e enfrentamento das desigualdades, a organização comunitária é fundamental. Nessa perspectiva foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Caém (APAMC), criada em agosto de 2012, que hoje possui no quadro de 65 sócios entre homens, mulheres e jovens.

A APAMC desenvolve projetos por meio de parcerias com órgãos públicos, a exemplo de Convênios com a CAR – Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional, com os Projetos Pró-Semiárido e Bahia Produtiva, além da parceria com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Ademais, representa a comunidade nos espaços de atuação política, a exemplo do Conselho do Território e da Rede Quilombola do Piemonte da Diamantina.

Destaco que o processo organizativo na comunidade no âmbito da associação comunitária, tem sua centralidade nas figuras masculinas. Apesar de uma forte participação feminina, a opressão de gênero neste espaço é uma realidade nitidamente observada, e confirmada pelas mulheres que, sem dúvida, são a mola propulsora que sustenta as bases sociais, culturais, ambientais e históricas na comunidade, sem, contudo, ser reconhecidas por isso. Aprofundaremos essas questões mais à frente, no capítulo 3 deste trabalho.

As reuniões ordinárias da Associação ocorrem uma vez por mês com a presença de todos os membros, com o objetivo de refletir sobre a gestão dos recursos, resultados e prestação de contas. A prática associativa é o principal ponto para manter a organização política e social da comunidade, inclusive para a garantia definitiva do território quilombola que tem sido o principal objetivo da comunidade.

Além disso, por meio da Associação, surge o sujeito político representativo que segundo Nilma Gomes (2017), o movimento negro. Aqui estou enfatizando a organização comunitária e esses projetos de emancipação e transformação social:

A emancipação entendida como a transformação social e cultural, como libertação do ser humano, esteve presente nas ações da comunidade negra organizada, com todas as tensões e contradições próprias desse processo, tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. (GOMES, 2017, p. 49)

Ainda de acordo com Nilma Gomes (2017), o fato desse povo ter um passado, uma história e cultura desenvolvidos no contexto de exploração, escravidão, desigualdades, persiste pautando suas lutas, com questões para os diversos setores da educação, saúde etc., podem sim ser visto como processo emancipatório das lutas e organização política.

Atualmente em Várzea Queimada residem aproximadamente 80 famílias, com uma população em torno de 450 pessoas. Além disso, existem pessoas que saíram da comunidade por não compartilharem a identidade quilombola. Essas pessoas vivem no povoado próximo a comunidade chamada Piabas. Em média 10% dos moradores que vivem na Várzea, não se autodenominam como quilombolas.

Apesar das pessoas terem saído da Comunidade por não se reconhecerem como quilombola, existe uma relação de compadrio e amizade, entre alguns moradores/as de Piabas com outros/as da Várzea Queimada. Um fato significativo, porém, é que mesmo não querendo ser reconhecidos/as como quilombolas de forma “oficial” existem pessoas que para acessar alguns serviços públicos, saúde, educação, assistência social, junto ao município, dão o endereço da Várzea Queimada, dizendo morar no quilombo já que existe a relação de parentesco com algumas dos moradores.

Essa questão me faz lembrar do que o antropólogo Roberto da Matta (2001), nos informa em “O que faz o Brasil, Brasil” (2001), ao demonstrar que diante de algumas situações formais, as pessoas admitem dá um “jeitinho” para ter acesso a determinadas questões, ainda que não se assumam e/ou se posicionem frente a construção de sua identidade. Segundo Damatta (2001, p. 17), “*A construção de uma identidade social, é feita de afirmativas e negativas diante de certas questões*”. Em outros termos, observamos aqui uma estratégia adotada por essa parcela da

população que evocam momentos específicos de busca por serviços, o recurso da afirmação identitária.

Essa “negação”, não reconhecimento de si como quilombolas é também uma das facetas das experiências do racismo que atravessa a sociedade, afinal para muitos aceitaram essa identidade é também aceitar o peso de tudo de “negativo” a ela associado. Inclusive porque este fato, de não conhecer e não reconhecer de fato, quem são, não permitem as pessoas viver sua coletividade cultural e histórica de forma livre e segura o que impede um despertar para libertação do próprio sistema. Melhor negar para continuar dando o “jeitinho” de viver neste contexto e até usufruir de determinadas benéficas, sem, contudo, comprometer-se com tal identidade e coletividade.

Não foi possível durante a pesquisa identificar quais fatores específicos levaram os moradores/as a não se autodenominarem, reconhecerem, e mudarem da comunidade, mas sabemos que ao assumir tal posição social, cultural e histórica o povo quilombola enfrenta todas as formas de preconceitos e ausências impostas pela negação e omissão da sociedade brasileira em relação às comunidades quilombolas, sobretudo no meio rural. E assim, no sistema perverso em que as pessoas são obrigadas a seguir a lógica hegemônica do capital, muitos se veem levados a permanecer alimentando a lógica colonial do sistema que enfrenta.

Porém, ainda assim, os quilombolas da Várzea Queimada trava o enfrentamento diário de carregar essa identidade de forma declarada. Há relatos de maus tratos, discriminação inclusive em serviços públicos.

A pesquisa foi desenvolvida com as 60 famílias associadas da APAMC, conforme dito acima. Destas, foi realizada a entrevista direta, através de questionário pré-formatado, em 23 famílias, ou seja, 38,33% do público atendido pela Associação na comunidade. A pesquisa direta com as famílias, baseou-se no levantamento etnográfico que favoreceu um olhar sensível a realidade, permitindo o conhecimento do cotidiano e de elementos importantes inerentes às análises necessárias para a compreensão da vida social, econômica, política e cultural das famílias que se propuseram a participar da pesquisa e contribuir com as análises aqui levantadas.

Para além da descrição quantitativa das famílias, foi empreendida a observação participante que favoreceu o processo de compreensão do contexto sócio-histórico das famílias e principalmente das mulheres quilombolas, já sinalizado. Nesta lógica, a experiência da observação participante foi um caminho que possibilitou a troca, a interação e a construção de relações

democráticas com as mulheres (interlocutoras), a comunidade pesquisada e a pesquisadora que se despiu do seu olhar pré-formatado sobre a comunidade, para permitir não só a troca do conhecimento, como vivenciar de fato, a experiência de estar ali no meio, no cotidiano, na vida das mulheres crescendo coletivamente e praticando conhecimento tácito.

No universo coletivo da pesquisa, especialmente no âmbito rural comunitário, como aponta Otávio Cruz Neto (2001), sobre a observação participante:

A importância desta técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (NETO, 2001, p. 61).

Em relação à composição das unidades familiares, em média é composta por 5 a 6 pessoas entre homens, mulheres, idosos e crianças. Em 65% das unidades familiares pesquisadas, a média de idade dos moradores é de 24 a 40 anos, sendo que dos 35% restantes há uma variação entre idade inferior a 5 anos e superior a 60 anos.

Importante destacar que em muitos casos existem duas ou três famílias numa mesma unidade familiar. Essa é uma realidade muito comum no contexto rural, jovens que se casam e continuam morando com seus companheiros/as na casa dos pais, até construir suas casas, seu próprio caminhar na jornada da vida.

Nos 82% das unidades familiares possuem estudantes, entre crianças e jovens, entre os jovens foi observado que a faculdade se tornou uma realidade para a maioria. Esse fato é analisado como resultado fruto das mudanças implementadas durante o período de 2003 a 2010 no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que implementou alterações significativas nas políticas educacionais, compreendendo um ciclo educacional de modo integral, desde a educação básica ao nível superior e promoveu entre as políticas dirigidas a cada nível, etapa ou modalidade a organização de ferramentas disponíveis para garantir a coerência entre educação básica, superior, tecnológica e alfabetização. Essas transformações e conexões permitiram que o acesso ao nível superior se ampliasse principalmente no campo.

As políticas afirmativas de acesso e permanência dos alunos nas Universidades são responsáveis pelas transformações também no campo, tendo em conta o aumento de jovens quilombolas e indígenas que estão hoje nas comunidades atuando de forma política e conscientes

de seu papel social para o desenvolvimento comunitário que de fato, seja praticado e implementado por quem é do campo, e não por agentes exógenos como historicamente vinha ocorrendo.

Entre as principais políticas que contribuíram para o acesso dos jovens da zona rural, e das comunidades quilombolas, estão o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio, implementado em 1998 com o objetivo principal de avaliar as competências adquiridas ao final da educação básica), e que a partir de 2009 passou a ser usado como instrumento de seleção para as instituições públicas de ensino superior que aderissem ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Outra política fundamental foi o Programa Bolsa-Permanência lançado em 2013, que tinha por objetivo atenuar as desigualdades étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino superior. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estabelecia procedimentos para o pagamento de auxílio financeiro a estudantes de baixa renda das instituições federais de educação superior integrantes do programa Bolsa-Permanência. Principalmente estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação dessas instituições eram contemplados. Infelizmente no atual Governo Bolsonaro, não há uma continuidade dessas políticas, além de falta de recursos e investimentos na educação superior. Há uma prática de desmonte total de todas as iniciativas de acesso, fortalecimento e permanência de jovens homens e mulheres no ensino superior de forma geral.

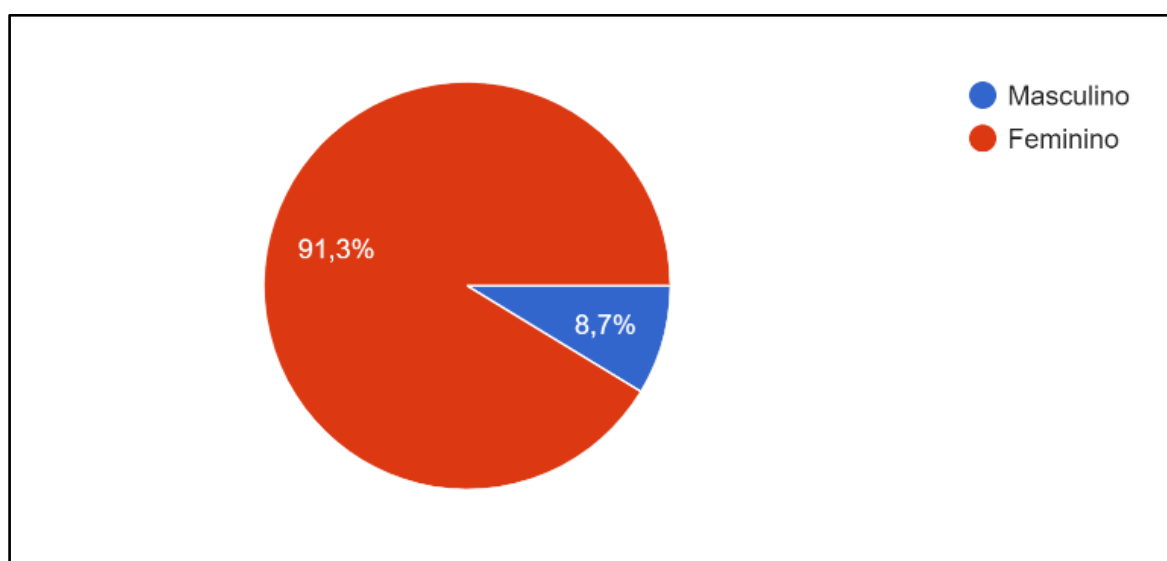
Como resultado das mudanças preconizadas em 2013, em relação às políticas educacionais, esses jovens alimentam a esperança de melhores condições de vida, já que a educação é o caminho necessário à transformação, e que a partir do acesso ao conhecimento, esses jovens buscam melhorar sua realidade, e agir como um sujeito político e transformador do contexto em que vivem. Neste sentido, há um crescente movimento de permanência de jovens graduados, que voltam para as comunidades, após se formarem, que tenho chamado de movimento contra êxodo rural.

É possível afirmar que essa questão está ligada com o processo de desenvolvimento rural, que com acesso a algumas infraestruturas como transporte, internet e implementos agrícolas e não agrícolas, vêm possibilitando cada vez mais oportunidades de trabalho, formação e informação para as famílias da zona rural em diversos municípios da Bahia. Porém, estudar ainda é um desafio grande. Na comunidade só tem uma unidade escolar de ensino fundamental, e para acessar a Faculdade, os jovens precisam se deslocar para as sedes dos municípios próximos, geralmente Jacobina, Senhor do Bonfim e Capim Grosso.

Ao perguntarmos sobre chefia de família em qualquer reunião, pesquisa ou levantamento de dados, a resposta é imediatamente direcionada para a figura masculina, ainda que ele não seja o mantenedor financeiro da casa. No caso desta pesquisa, foi percebido ao contrário, e reflete a realidade da maioria das comunidades rurais, não só quilombolas, mais da metade dos domicílios na Comunidade da Várzea Queimada, é chefiado por mulheres.

Sem dúvida, a mulher negra quilombola, é a força motriz que movimenta, protege, luta e resiste às dificuldades na luta por sobrevivência e dignidade. As famílias residentes na comunidade majoritariamente são chefiadas por mulheres, como mostra o gráfico abaixo.

Figura 02 - Gráfico Chefe de Família:



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Ser mulher negra é vivenciar histórias coletivas de vida, luta e esperança. Na Várzea Queimada, 90% das unidades domésticas são chefiadas por elas. Uma realidade que ocorre por vários fatores; a saber: abandono de seus companheiros, por morte em conflitos pela terra, falta de trabalho que os levam a migrar para outras cidades fora e dentro do Estado, entre outros motivos. Seja qualquer um deles, o fato é que as mulheres assumem a família e toda a carga que essa situação traz de forma solitária e árdua, com muito trabalho e dificuldades.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no último censo demográfico realizado em 2010, cerca de 87% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e

81% dos lares na região Nordeste possuem mulheres chefes de famílias. Porém, isso não significa que elas deixaram de acumular tarefas domésticas, além de trabalharem fora de casa, ou na propriedade familiar. Ao contrário, acumulam tarefas diversas na dinâmica cotidiana de ser a principal responsável não só pelo sustento da família, mas também pela própria sobrevivência familiar.

Carregam um fardo como forma de resistir à opressão, as desigualdades, e ausências impostas pelo patriarcalismo, racismo e sexismo. As mulheres negras escolhem lutar, perseverar na afirmação da sua identidade de mulher negra, quilombola acreditando na transformação que poderá vir com a luta.

Nesta perspectiva, *a interseccionalidade nos permite enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos oprimidos* (AKOTIRENE, 2018, p. 39). Destaca-se aqui a importância da interseccionalidade na compressão crítica e política das identidades que historicamente são impostas a preconceitos, de raça, gênero, classe. Assim como a matriz colonial estrutura que as mantém.

Na comunidade da Várzea Queimada, as mulheres negras unem-se numa busca coletiva de ser valorizadas, vistas, respeitadas, lutando contra a própria realidade que vivem em decorrência das ausências ou da presença repressiva do Estado. Trata-se de criar alternativas para o enfrentamento constante.

Portanto, levar em consideração esses aspectos na realidade das mulheres quilombolas é fundamental porque:

São esses elementos somados que influenciam a construção de uma identidade racial e de gênero no quilombo e acabam por ordenar bandeiras de lutas e estratégias de enfrentamento para determinadas questões. (SILVA, 2020. P. 55).

A certificação junto a Fundação Cultural Palmares é datada em 19 de agosto de 2014, Portaria nº 93, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 016, Registro nº 2.110, fl.129 - Processo nº 01420.002194/2013-22. Esse processo da certificação durou 08 anos de reuniões, estudos e convencimento das pessoas, que apesar de reconhecer a identidade histórica da comunidade, de seus ancestrais, tinham receio da certificação, por acreditarem que iam perder o pouco que já tinham em relação aos direitos de produção, organização e sua cultura.

Em relação às atividades culturais e religiosas, a comunidade mantém práticas que julgam ser importantes e necessárias à defesa e manutenção da identidade cultural. Se dizem defensores das suas tradições, tais como reisado, caruru, artesanatos, roda de samba e atividades religiosas, etc., praticando as atividades culturais de acordo um calendário festivo religioso que faz parte da história da comunidade.

O crescimento do protestantismo, ameaça a comunidade, alimentando o discurso de ódio, já que as práticas religiosas dentro da comunidade quilombola, estão sendo intimidadas, uma vez que os frequentadores do Candomblé, em alguns casos, precisam esconder que frequentam o terreiro.

Infelizmente isso comprova que pouco se avança no diálogo inter-religioso no Brasil, na verdade a intolerância religiosa tem aumentado e a perseguição aos candomblés e outras religiões de matriz africana e seus praticantes têm sido cada vez mais presentes e violentos.

Pensar na ancestralidade africana, principalmente a partir do contexto das religiões de matriz africana, é promover uma aproximação com as origens ancestrais, no desenvolvimento da prática cultural voltadas para a manutenção de atitudes que promovem o respeito às diferenças, o conhecimento da história dos negros no Brasil para além da escravização, defesa do meio ambiente, e acima de tudo um referencial de resistência, memória e identidade.

A representatividade religiosa está associada à ancestralidade, *a renovação com o cosmo e a purificação da alma para superar os desafios do mundo material*. MARCUSSI (2015, p.147), fala sobre do Calundu que constituía “*um complexo centro-africano de regeneração espiritual que buscava reparar as fissuras provocadas pelo escravismo no tecido da ancestralidade africana*”.

É muito forte a dimensão religiosa na Várzea Queimada. Mas infelizmente o relato das mulheres que frequentam o Candomblé é sobre a violência que enfrentam e xingamentos que ouvem ao dirigir-se ao Terreiro:

“Quando passamos para ir ao terreiro, somos chamadas de macumbeiras, falam: lá vai as macumbeiras para a casa do diabo, e isso nos aborrece, tem gente que vai escondido aqui”. Doralice, entrevista realizada em 04/08/2022.

“O que dói é que essas mesmas pessoas, andavam com a gente e eram frequentadoras, mas as ideias delas, hoje são outras”. Analice, entrevista realizada em 04/08/2022.

“Mas aqui o candomblé é forte, não deixamos cair não, quanto mais falamos, mas o batuque é forte”.

Vanda, entrevista realizada em 04/08/2022.

A luta das mulheres é contra o estigma de que a religião de matriz africana traz consigo a negatividade, propagada pelo racismo, preconceito, avanço das igrejas neopentecostais, o catolicismo e principalmente pela intolerância (racismo) religiosa que tem sido cada vez mais forte nos centros urbanos e também na zona rural, sobretudo nas comunidades quilombolas que têm sido “invadidas” pelas igrejas evangélicas e estas reforçam a ideia de inferioridade da religião de matriz africana, associando-a a práticas diabólicas e demoníacas.

A prática cultural se mostra firme e muito importante na prática de manter viva a ancestralidade das comunidades quilombolas, entendendo que a cultura não é algo estático, nem inato nas comunidades e que ela se transforma e é ressignificada como aponta PRICE e MINTZ (2003), aborda a cultura como *“intimamente ligada às formas institucionais que a articulam”*, ou seja, o contexto é transformado a partir dos indivíduos heterogêneos que trocam e no processo constante de mudança e interação mudam uns com os outros.

Do ponto de vista econômico produtivo, a principal atividade produtiva é a agricultura familiar, que garante alimentos para a família, e uma renda extra com a venda dos excedentes na feira local. A agricultura não é a principal fonte de renda. De acordo com a pesquisa, 90% das entrevistadas viviam do programa de transferência de renda do governo federal, Bolsa Família, que atualmente foi reformulado pelo atual governo e passou a se chamar Auxílio Brasil.

Além da luta cotidiana para sobreviver de forma digna com garantias de direitos e respeito. O quilombo hoje, briga pela regularização fundiária, pelo direito ao seu território. Cujo processo foi encaminhado ao órgão responsável na época INCRA, que com as mudanças realizadas pelo atual Governo, esse processo passou para o Ministério da Agricultura e Abastecimento, que não deu continuidade ao processo.

Como aponta Diosmar Filho (2018, p. 71), a questão territorial brasileira apresenta *“a complexidade dos interesses do poder político e econômico que por sua vez estão representados na centralidade e no patriarcalismo”*. É essa estrutura de poder que faz com que a população negra precise lutar, tensionar e enfrentar diversos conflitos para garantia de seu território. Numa

correlação de forças desleal e injusta para com aqueles que tiveram sua cidadania negada no território nacional.

2.2 Mocambo, Quilombo e Comunidades Remanescentes: Afinal, o que as definem?

Vários estudiosos se dedicaram a abordar a origem e a etimologia da palavra quilombo e seu uso no Brasil. Mas como aponta Gomes (2015, p.11) pouco se sabe como os negros fugitivos da escravidão se autodenominavam e menos ainda porque os termos africanos *mocambos / quilombos* se difundiram tanto no Brasil. Uma explicação, segundo Flávio Gomes (2015, p. 11) seria a disseminação dessas terminologias a partir da administração Portuguesa. A palavra seria usada para caracterizar tanto as estratégias militares, a exemplo dos acampamentos, quanto na África pré-colonial como aquelas da resistência à escravidão na América Portuguesa. Em todo caso, o termo *quilombo* só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia utilizada era *mocambo*. E ao longo do passar do tempo, *mocambos* (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em *quilombos* (acampamentos).

É fato que os quilombos e mocambos foram constituídos quase sempre a partir das pessoas escravizadas fugitivas. Porém, *nem toda a fuga gerava um quilombo e nem todo fugitivo planejava ir em direção àqueles já existentes*, segundo Gomes (2015, p. 15). Fugir em muitos casos, de acordo com afirma Gomes, era um ato planejado, não significando apenas uma ação desesperada diante dos castigos.

Após o período colonial, a palavra quilombo reaparece na Constituição Federal de 1988, por via do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que expressa: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que esteja ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado demitir-lhes os títulos respectivos*”.

No entanto, a utilização do termo *remanescentes das comunidades dos quilombos*, pela Constituinte 1988, suscitou um vasto debate teórico sobre a hegemonia da territorialidade como estratégia política na garantia de direitos, fortalecendo a ideia da indivisibilidade entre a construção da identidade e as práticas e relações culturais, sociais, econômicas e políticas do povo quilombola.

As comunidades remanescentes de quilombos são frutos de um processo social não estático que foi se transformando a partir das intervenções sociais, políticas, econômicas e culturais, que enfrentam desafios exponenciais para garantir seus direitos, identidades e territórios. A diferença

dos mocambos e quilombos coloniais é que hoje não há um processo de escravidão instituído no Brasil. Como aponta Clóvis Moura (2020), o quilombo como uma forma fundamental de resistência numa sociedade dialética entre escravizados e escravizadores provocou uma mudança abrupta no sentido da palavra. A dimensão culturalista propagada pelos teóricos coloniais, a exemplo de Arthur Ramos (1934), deixa de ser o foco principal, passando o quilombo a ser uma forma de resistência do trabalhador escravizado. Como tratou Beatriz do Nascimento (1985) o quilombo como um sistema alternativo organizado pelos negros, como uma reação ao regime escravista. (RATTS, 2021)

A questão aqui é que as comunidades têm que enfrentar um sistema excludente conformado nas mesmas bases da época do escravismo, sob o discurso de que todos têm direitos garantidos, o que torna a opressão mais perversa ainda, já que apesar de ter seus direitos garantidos pela constituição Federal de 1988, efetivamente tais direitos não são materializados nas comunidades. O que dificulta ainda mais a luta das comunidades quilombolas, visto que elas ainda precisam enfrentar as mazelas do racismo, desigualdades e as ausências estruturais que permeiam as comunidades rurais na Bahia.

O escravismo no Brasil apresentou peculiaridades substanciais em relação aos demais países. Percorreu um período de quase quatrocentos anos, mantendo sua estrutura no território brasileiro durante todo esse tempo. Segundo Clovis Moura (2020, p. 14), o sistema escravista aqui se estruturou e a escravidão em toda extensão territorial do que hoje se constitui a nação brasileira, marcando a existência de um modo de produção específico, o que para Moura se caracteriza como o escravismo moderno. Para Moura:

O trabalho escravo modelou a sociedade brasileira durante esse período, deu-lhe ethos dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura da sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classe, após a Abolição. (Moura, 2020, p. 16)

O trabalho escravo formou a sociedade brasileira durante o período da escravidão e estabeleceu as relações de produção fundamentais que direciona até os dias atuais não só o tipo de desenvolvimento, como também a estrutura da sociedade brasileira que pressupõe a inferioridade dos negros, a subordinação das mulheres e a exploração territorial, alimentando a Colonialidade que sustenta todo o sistema capitalista.

As mais variadas formas de resistências por parte dos negros e negras na época da escravidão se traduzem na ascensão das comunidades quilombolas no Brasil contra o sistema repressor, contra o aparelho do Estado que se valia da violência e poder para reprimir e manter seu sistema de escravidão.

O surgimento dos mocambos e/ou quilombos tinha esse propósito político, social e econômico de romper com a lógica escravista, com a negação de um sistema excludente e repressor por parte dos próprios oprimidos.

Os quilombos representavam uma forma contínua de resistência ao escravismo. Uma expressão da luta de classe, que se instaurou neste sistema opressor e contra a dominação. Por tanto, antes mesmo de pensar numa única definição de quilombos, é preciso enxergá-lo para além de um local físico, onde as pessoas pobres e negras se escondiam. É necessário compreender toda a materialização de luta, sobrevivência, enfrentamento para a conquista da liberdade e do direito a ter direito, coisa que para o povo preto daquela época, era negado.

Falar dos quilombos como espaço de negros fugidos da escravidão tão somente, é inferiorizar a representatividade, a força e o poder que os quilombos tinham na época, além da capacidade de aglutinar e mobilizar não só os negros e negras, mas todos os oprimidos que buscavam melhores condições de vida, sobrevivência e acesso a direitos.

Interessante ressaltar que os quilombos foram uma das diversas formas de resistência a escravidão no Brasil, outra as exemplo de guerrilhas e as insurreições urbanas, como aponta Moura (2020, p. 24), são exemplos de outras formas de resistência que se alastraram por todo o período. Porém, conforme ressalta esse mesmo autor: “*o quilombo foi a unidade básica de resistência*”.

Nesses espaços as pessoas de origem africana de diferentes etnias conviviam com suas diferenças e criavam laços de solidariedade, recriando culturas. No século XVIII, o quilombo já era definido como a agrupação de cinco ou mais escravizados fugidos e agrupados em sítio despovoado. Isso fez com que o número de quilombos existentes no Brasil fosse amplificado, porém representavam mais que isso, como podemos ver em REIS (1996):

Se não figuravam como ameaça efetiva à escravidão, eles passariam a representar uma ameaça simbólica importante, povoando o pesadelo de senhores e funcionários coloniais, além de conseguir fustigar com insistência desconcertante o regime escravista (REIS, 1995, 1996, p.18).

Uma questão importante que Reis (1995, 1996) traz é que o imaginário de que os quilombos eram comunidades isoladas, constituídas de apenas pessoas negras, não correspondia à realidade. Ainda que tenha havido casos de quilombos isolados, em sua maioria existia uma intensa relação entre quilombolas e outros grupos sociais do entorno. Beatriz Nascimento (1985, in RATTTS, 2006) coloca que é no final do século XIX que o quilombo se configura em instrumento ideológico contra diversas formas de opressão. Ela acrescenta que:

É enquanto caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX. Tendo findado o antigo regime, com ele foi-se o estabelecimento como resistência à escravidão. Mas justamente por ter sido durante três séculos concretamente uma instituição livre, paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional. (NASCIMENTO, 1985., in RATTTS, 2006).

Comumente, o objetivo da maioria dos quilombolas não era acabar com a escravidão, e sim sobreviver em suas fronteiras de forma livre e autônoma. Segundo Reis (1996), não procede também a ideia de que as pessoas escravizadas fugiam para recriar a África no Brasil. Lógico que mantiveram práticas, tradições e identidades de origem africana, mas isso não se deu apenas nos quilombos, ocorreu também nas senzalas. Em ambos os espaços, prevaleceu o conhecimento, o encontro, a composição, a experiência, a disputa e a reinvenção entre modos de perceber e estar no mundo trazidos pelos diversos povos africanos e os elementos aqui encontrados e praticados por pessoas de múltiplas etnias indígenas, e a população branca.

As comunidades quilombos se constituíram a partir de seus processos históricos, sociais e políticos, porém foi se reinventando de acordo com as dinâmicas sociais e políticas, como bem aponta CUNHA (1986). Através da relação comunitária e suas simbologias reais ou imaginadas os membros das comunidades quilombolas, mantêm e preservam seus processos identitários de forma ideológica e política.

Beatriz Nascimento (1985), nos mostra que a partir do final do século XIX, os quilombos recebem uma conotação ideológica contra as formas de opressão, visto que sua ação alimenta os sonhos de liberdade de milhares de pessoas escravizadas, passando a ser um símbolo de resistência. É nesta perspectiva que os quilombos passaram a ser sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade, *“passando a ser sede interior e exterior de todas as formas de resistência cultural”* (NASCIMENTO, 1985, p. 124).

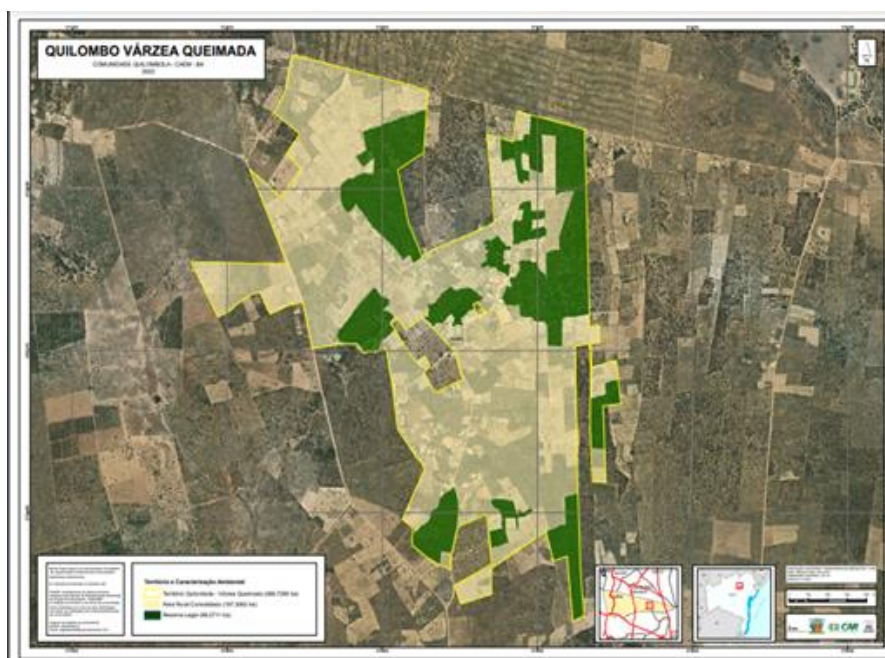
No Brasil não houve processos de segregação racial instituído, a exemplo do Apartheid na África do Sul. Porém, há uma evidente separação racial quando se trata de serviços públicos de qualidade, acesso à educação, saúde e necessidades básicas para uma vida digna entre a população negra, que demanda desde tempos muito pretéritos mudanças estruturais, políticas e sociais para superar anos de negação e segregação racial “à brasileira”, pois apesar de não instituído, há uma forte separação e segregação racial, no país, basta olharmos para as periferias urbanas e as comunidades rurais negras. Infelizmente ainda hoje persiste a ideia de lugar atrasado, e/ou uma visão universalista de local isolado, habitado apenas por pessoas negras que vivem como se o tempo não tivesse passado.

As comunidades quilombolas são dinâmicas, interativas e se transformaram e continuam se transformando no processo de interação social, mantendo sua identidade sócio-histórica, e construindo novas identidades coletivas e individuais com outros grupos e territórios, nada é estático.

2.3 A Política de Desenvolvimento Rural e as Comunidades Quilombolas na Bahia.

2.2.1 Movimento Social e a Resistência ao Escravismo Moderno.

Figura 3 - Mapa Territorial e Ambiental da Comunidade Várzea Queimada.



Fonte: Pró-Semiárido, novembro de 2022.

O campo brasileiro sempre foi um espaço de apropriação e exploração do capital, desde a época da colonização. A partir da ideia de acumulação de riqueza, com o apoio do Estado brasileiro para manter a lógica capitalista mundial, foram sendo e ainda são construídas as bases para o aprofundamento das desigualdades no campo e, conseqüentemente, os conflitos sociais, ambientais e políticos.

Para garantir o domínio e a apropriação da natureza no espaço agrário brasileiro, os setores dominantes da época elaboraram e aprovaram a Lei de Terras de 1850, Lei nº 601, com o regime de concessão e sesmarias, tratando a terra como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada. Segundo Stédile (2013), a referida lei foi a consolidação do latifúndio no Brasil que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural no país que vigora e se fortalece até os dias de hoje.

As condições histórico-sociais que regularam a ocupação do espaço do campo brasileiro conformaram uma estrutura agrária com alta concentração de terras, resultando, assim, em conflitos e resistências por parte de diversos povos e segmentos organizados do campo (GERMANI, 2006).

É neste cenário de concentração de riquezas, desigualdades sociais, raciais, ambientais e políticas que os movimentos sociais no campo se organizaram para o enfrentamento e garantir os direitos da população. Uma das principais bandeiras de luta dos movimentos foi e é a reforma agrária, a regularização fundiária de comunidades tradicionais¹⁷, o combate ao avanço do agronegócio e a monocultura e o acesso a políticas públicas de inclusão produtiva e social, através de ações coletivas que possuem um papel ativo na luta por direitos e políticas públicas no meio rural eficazes e comprometidas com os valores da vida camponesa.

Segundo Gohn (2008), os movimentos sociais do campo constituíram-se historicamente a partir de duas principais frentes: As Ligas Camponesas, entre as décadas de 1940 a 1960, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado na década de 1980. Os movimentos sociais passam a ser a principal ferramenta de enfrentamento contra a exploração do trabalho no

¹⁷ De acordo com o Decreto 6040,07 de fevereiro de 2007, Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

campo, a expansão do agronegócio e a manutenção do domínio da ocupação das terras e acesso a direitos.

Martins (2004) enfatiza que essa situação histórica proporcionou mudanças na estruturação social, principalmente na exploração do trabalho, e na produção do capital que passam a ser favorecidas por outros meios jurídicos e políticos.

Essa configuração espacial gerou duas realidades antagônicas no campo brasileiro, na atualidade: uma é a realidade do agronegócio e a outra é a realidade dos povos do campo e comunidades quilombolas. Uma disputa que se baseia por seu caráter político, ideológico, social e, sobretudo, pela expressão concreta da luta de classe no campo brasileiro.

A pesquisa mostra que a partir desse período foram criados vários movimentos de luta no campo, com pautas identitárias que se figuram nas ligas camponesas, principalmente a Via Campesina¹⁸, a exemplo do Movimento dos Pequenos Produtores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados na Bahia (CETA); Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), entre outros, inclusive associados a igreja, a exemplo da Pastoral Rural.

Todos esses movimentos atuam com as ações e estratégias coletivas de resistências rurais, oportunizando a condição para que as demandas sociais, econômicas, produtivas, organizacionais, entre outras do campesinato, sejam visibilizadas tornando-as pauta das instâncias decisórias do Estado brasileiro, inserindo-o as demandas dos produtores rurais na agenda política e executiva dos entes federativos.

É importante ressaltar que dentro dos movimentos existem princípios e compromissos com as demais lutas identitárias e sociais de gênero, raça e etnia, soberania alimentar, educação contextualizada, acesso aos direitos humanos, para além da sua principal bandeira que é a luta pela terra. O que nos leva a afirmar que os movimentos sociais trazem em sua essência, a característica de afrontar a realidade em que estão inseridos, e através da organização e da ação coletiva buscam promover a ruptura com a situação de ausência de direitos e a exclusão social.

Salientar a capacidade e habilidade dos movimentos sociais de associar uma diversidade de questões que combinadas geram a situação de vulnerabilidade social e desigualdade em que as populações do meio rural estão inseridas, sobretudo na região nordeste, é fundamental para

¹⁸Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais e organizações de todo o mundo. A organização visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível internacional.

compreensão da relevância da organização social para o enfrentamento das desigualdades históricas que se acentuaram no campo nordestino.

A intensificação do acesso à terra é fundamental para garantir os direitos humanos, uma vez que o acesso à terra é a base para a alimentação, moradia e desenvolvimento. Porém, infelizmente os dados demonstram que o processo de regularização fundiária no Brasil, em pouco avançou nos últimos anos. Além dessa intensificação, os movimentos sociais rurais têm acentuado a sua participação no controle social das políticas públicas no campo, a participação política de homens, mulheres e jovens na defesa e no fortalecimento da agricultura familiar. Um exemplo dessa articulação é a Lei nº 13. 572 de 30 de agosto de 2016, que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, que definem os princípios, diretrizes, mecanismos de financiamento, gestão, e de monitoramento e avaliação como componentes estratégicos do desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia.

No artigo 6º observância sobre a terra, mostra a importância desta lei para a garantia do acesso à terra para a população do meio rural, sobretudo as comunidades quilombolas, compreendidas aí, como comunidades tradicionais, apesar de não serem explicitamente citadas:

I - promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, do apoio à reforma agrária e à regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais.

Com essa regulamentação, a Lei de Convivência com o Semiárido, de agosto de 2016, reconhece e preserva a riqueza de bens naturais, culturais e sociais existentes no semiárido baiano, visando o uso sustentável destes recursos, assim como, o acesso democrático aos direitos (terra, água, educação, habitação, assistência técnica, etc), sobretudo, valorizando o meio ambiente, os modos de produção de base agroecológica e melhorias das condições de vida das pessoas que vivem no campo.

A manutenção e elevação do campesinato, suas várias formas de manifestações; culturais, sociais, econômicas e produtivas aponta para um processo de desenvolvimento que vai na contramão do sistema hegemônico atual, configurando a resistência do campo aos pacotes tecnológicos da monocultura propagada pelo capitalismo e também a valorização e resiliência da identidade camponesa como aponta Santos (2010):

Para além da existência real do campesinato, o termo camponês se imprimiu, também, como a reafirmação de uma questão de ordem política e ideológica, para enfatizar as lutas e organizações de luta pela terra no país. Antes, outras denominações como caíçara, caipira, caboclo, entre outras, eram usadas para descrever e localizar esses sujeitos sociais. Nessa perspectiva, acredita-se que pela diversidade de sujeitos que atuaram e atuam no campo do país este termo consiga abarcar tanto sua dimensão histórica quanto a sua dimensão política. (SANTOS, 2010, p. 17).

Neste sentido, reforça a ideia de que as identidades de classe social, raça e gênero não devem ser vistas como antagônicas, já que estes elementos fazem parte da própria formação do camponês no Brasil, bem como reforçar as condições de reprodução da vida das comunidades quilombolas.

Nas últimas décadas do século passado os movimentos sociais rurais têm se posicionado mais próximo do cotidiano, utilizando práticas e concepções que mais coadunam com os anseios, praxes e aspirações dos povos que vivem do campo, desde a agricultura familiar, extrativismo, pesca, mariscagem, etc.

A partir das transformações do século XX, os movimentos sociais emergem na história brasileira como fenômenos sociais abrangentes. Apesar da extensão territorial do Brasil, os movimentos sociais alcançaram uma grande unidade (Gohn, 1995, p. 18) no período, aglutinando forças sociais – às vezes com interesses discrepantes ou mesmo antagônicos – em torno de lutas comuns. Tais movimentos abrangiam zonas rurais e urbanas.

Desse modo, algumas entidades sociais se alinham a luta quilombola e passam a apoiá-la na busca por direitos, como o Movimento Negro Unificado (MNU), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Negra dentre outras entidades que buscaram uma articulação nacional numa perspectiva estratégica de criar a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em maio de 1995, o Movimento Estadual de Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas (CETA), em 2000, possibilita a incorporação de comunidades em seus quadros na CONAQ, em 2004; a Coordenação Regional de Quilombos (CRQ), passa a representar a luta das comunidades quilombolas na região do Rio São Francisco.

Assim, a luta quilombola passa a contar com articulações importantes na Bahia e no Brasil para a luta organizada que se amplia com a formação e participação política que possibilita às pessoas das comunidades um olhar analítico e crítico sobre aquilo que se deseja e necessita para o desenvolvimento local, exigindo dos movimentos justamente essa mudança de visão e prática.

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades, pois traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento das sociedades. Permitem olhar mais do que as carências, necessidades percebidas e demandas interpostas; eles favorecem o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam com os grupos, setores e comunidades, cujas feridas se tornam, por meio das ações e reivindicações, visíveis.

As estratégias difundidas e articuladas pelo movimento social no campo, se caracterizam como ferramentas fundamentais na luta coletiva contra o sistema de exclusão e exploração que o povo do campo tem que enfrentar para garantir seus direitos, sobrevivência e cidadania identitária.

2.4 Políticas Públicas e a Colonialidade.

2.4.1 O Movimento Decolonial e as Políticas Públicas

O conceito da decolonialidade desempenha um significativo papel nas reflexões teóricas e práticas acerca da manutenção das ideias e padrões coloniais observadas em diferentes dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais etc. Movimento que se opõe à colonização moderna, ainda que não formal, mas que imprime uma na sociedade que Maldonado Torres, 2019 chama de *universalismo abstrato*.

Entender o movimento decolonial é fundamental para o processo de libertação e valorização das experiências vividas, pelas populações negras, e assim efetivamente construir mecanismos, políticas públicas e ferramentas que permitam a virada da chave para o *universalismo concreto*, fundamental para valorização das experiências vivenciadas, da marcha histórica que constituem a população negra, sobretudo as comunidades quilombolas.

Torres, 2019 mostra que enquanto universalismo abstrato, é um “*tipo de particularismo que se estabelece como hegemônico*”, invisibilizando as experiências das populações negras e os tirando do comando de suas próprias histórias. O universalismo concreto, “*não esconde seu lugar de anunciação, suas influências corpo-política e geopolíticas*” (p.15). Para Torres, esse universalismo permite a coexistência das particularidades, sem que com isso precise esconder-se atrás de uma ideia abstrata ou desincorporada, este propõe interações, relações e principalmente diálogos horizontais.

Ao compreender esses conceitos, percebe-se como a existência histórica das comunidades quilombolas principalmente, foram desprezadas pela modernidade. O mais assustador é que essa mesma sociedade moderna assume um papel de formulador de políticas públicas para essa população historicamente excluída e dominada pelos colonizadores que naturaliza, mantém e legitima as desigualdades.

“*Na América, o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade*”. (Quijano, 2005, p., 119). Com essa afirmação o autor, mostra que desta ideia deriva todas as questões relacionadas aos povos indígenas, africanos e afrodescendentes, principalmente as desigualdades, sustentadas na diferença étnica sustentada nas bases do eurocentrismo e modernidade. Para Quijano, a América se constituiu como o primeiro espaço/tempo de padrão de poder de vocação mundial. Isso implicou na codificação das diferenças entre conquistados e conquistadores. Forjando a ideia da raça como elemento constitutivo para as relações de dominação, “*o que a conquista exigia*” (Quijano, 2005, p. 10). A conquista do continente americano coaduna com a modernidade e a organização colonial do mundo, que segundo Mignolo, “*simultaneamente inicia-se a constituição colonial dos saberes, linguagens, da memória*”. (Mignolo, 1995, p. 328).

Os colonizadores assumiram a raça como principal elemento de dominação, associando-as a lugares, papéis sociais e atividades diferentes que se impunha tendo como critério principal as questões étnicas e assim, configurando toda a prática de dominação, sendo que a identidade étnica passou a ser principal elemento classificador da sociedade. Para Quijano, 2005:

A ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p., 118).

E assim esse modelo/prática demonstrou ser o mais eficiente instrumento de dominação visto que os conquistados foram postos numa situação natural de inferioridade, que infelizmente perdura até os dias atuais. Essa naturalização da dominação, que de forma cruel impacta na luta por direitos, políticas públicas já que conquistados não fazem parte das esferas políticas, públicas e jurídicas para inferir no sistema que historicamente legitima e compactua com a exclusão.

O movimento decolonial propõe mudanças estruturais no pensamento e nas estruturas de poder deste mundo moderno/colonial e eurocentrista. Compreendendo numa necessidade urgente e necessária de diálogos com vistas ao conhecimento e valorização das experiências, tradições dos povos que foram marginalizados e subalternizados na modernidade colonial.

No campo das políticas públicas, não é possível pensar na formulação sem, contudo, construir esse diálogo de forma horizontal e que favoreça a existência e o conhecimento dos povos africanos e seus descendentes. Para Torres, 2019, p. 19 “*A partir da atitude decolonial, o condenado emerge como um pensador, um criador e um ativista a fim de construir um novo mundo onde outros mundos também sejam possíveis*”.

Para Torres (2019) a noção de mundo no pensamento afrodiaspórico é alicerçado na tematização dos fluxos, nas experiências vividas do negro no mundo afrodiaspórico e suas respostas ao racismo e a colonialidade do ser, saber e do poder e essa questão passa pelo compartilhamento das experiências vividas dialogadas entre autores e pensadores negros a partir de seu lugar “*político-epistêmico em que vivem e observam o mundo*” (TORRES, 2019, p. 34).

O movimento decolonial nos permite compreender duas grandes questões estruturantes. A primeira como afirmou Quijano, 2015, a manutenção da colonização em suas várias dimensões, e a segunda como afirma Torres, 2019 a constatação de que o colonialismo continua existindo mesmo com seu fim formal, mesmo com a independência política e econômica. E as políticas públicas ainda que em algumas experiências surjam das necessidades dos colonizados, a partir de suas lutas e resistência, ainda são formulados pelos colonizadores, com suas bases e práticas coloniais. Que evidenciam a “*forma moderna de colonização*”. (Torres, 2019, p. 36)

2.4.2 Políticas Públicas e Quilombolas: Um construto que urge por (re)construção.

Ao avaliarmos historicamente a formulação das políticas públicas no Brasil para a população negra, é explícita a manutenção da lógica colonial dominante, baseada na ideia de continuidade da prática do colonialismo, pois não há um olhar voltado para a independência política, econômica do povo negro, sobretudo os quilombolas no que tange sua principal fonte de sobrevivência, o seu território.

A partir da luta pela eficácia, eficiência e democratização dos Direitos Humanos surge na mesma ocasião em que se constitui alguns direitos como fundamentais e inalienáveis a todos os

seres humanos, sem distinção, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em um cenário mundial marcado pela truculência de duas grandes guerras.

Neste contexto, o discurso dos direitos humanos passa a fazer parte dos meios jurídicos, sociais e políticos. É com esse aparecimento, que surge a busca por ferramentas e estratégias capazes de colocar em prática a garantia dos direitos fundamentais assegurados na declaração universal dos direitos humanos. O que se constata é que apesar dessas garantias a realidade revela-se muito cruel para a população negra, sobretudo as comunidades quilombolas.

De modo geral, as políticas públicas para as comunidades e territórios quilombolas, visam desenvolver ações utilizando como parâmetros, a posse da certidão de autorreconhecimento emitida pela FCP, a localização nos locais mais vulneráveis seja no rural ou urbano, essas ações são realizadas por intermédio das secretarias estaduais, prefeituras e na maioria das vezes, com organizações da sociedade civil. Porém, o que se constata é que essas ações e articulações do Estado, desconsideram as complexidades, historicidade que envolvem todo o contexto quilombola, para que de fato, desenvolvam ações articuladas e contextualizadas que promovam junto ao povo quilombola o seu desenvolvimento.

Diosmar Filho, 2018, aponta algumas questões que estão alicerçadas no modelo de organização do Estado moderno pensando numa centralidade e verticalidade do poder político. Sendo o Estado aparelhado para que seja operacional em suas ações de forma a atender seus objetivos e seus interesses:

Para que seja efetivo o desenvolvimento dos territórios quilombolas, é preciso atenta para os seguintes pontos: a) a vontade e o desejo da gestão estatal, em realizar a política, além da garantia do direito, sendo uma espécie de reparação ao tempo social e histórico de vida da população negra quilombola no Brasil; b) o reconhecimento de que já existe uma territorialização quilombola em curso, no território institucionalizado que precisa ser alcançado; e c) a visão de trabalhar por meio da intersetorialidade, para que possa atender os objetivos da política que se estabelece, o que deverá ser reforçado na centralidade da política do estado. (FILHO, 2018, p. 210).

E aqui a observância da prática colonial do Estado em garantir seus interesses, em manter a normatização das relações, evitando conflito social e garantindo a uma falsa ideia de “*paz interna, através da sua força e no exercício monopolítico do poder*” (FILHO, 2018, apud CASTRO, 2011, p. 126).

Não à toa, que para falar sobre acesso a políticas públicas para a população negra no Brasil, é de extrema necessidade observar e retomar o processo histórico e retornarmos ao 13 de maio de 1888. Dia em que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea (3353/1888) que decretava o fim da escravidão no país. Ao extinguir formalmente a escravidão no Brasil a Lei Áurea, não garantiu nenhum direito as pessoas escravizadas. Nenhuma estratégia política social ou compensatória que permitisse aos “libertos” acesso a políticas públicas, a cidadania Brasileira, acesso à terra, documentos etc., ou seja, as milhares de pessoas que foram trazidas de forma absurda e perversa para serem escravizadas, estavam sem condições de sobrevivência, após a tal liberdade.

Apesar dos negros abolicionistas, terem um Projeto para o Brasil, inclusive que previa distribuição de terras, acesso a políticas públicas, para a população negra pós abolição, as propostas de lideranças negras foram deixadas de lado, levando a população negra ao que Wlamyra de Albuquerque (2009), chama de *subcidadania* e exclusão, ainda que a república Brasileira, não tenha deixado essas intenções explícitas.

A exemplo, da primeira Lei de Terras no Brasil de 1850, por exemplo, proibiam aos recém libertos a comprar terras devolutas do Estado, por não serem considerados brasileiros, mantendo o conservadorismo fundiário, visto que as terras devolutas deveriam ser compradas e com valores absurdos, inacessível para os negros e negras escravizados. Com a Constituição Federal de 1988 é que reaparece o conceito e as discussões sobre as comunidades quilombolas, no Artigo 68. Porém só em 2003 com o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que as discussões em torno da problemática quilombola, ganha força e abre um longo processo de reflexão sobre políticas públicas para as comunidades quilombolas e remanescentes.

É salutar retomarmos o processo histórico para compreensão das questões que versam sobre a efetivação de direitos quilombolas, no que tange ao acesso principalmente ao território, verifica-se a falta de engajamento do poder público em um determinado momento de Governo, e a omissão de outro.

Apesar da constituinte de 1988 versar sobre os direitos da população quilombola, ao longo do Artigo 68. O decreto 3.912 de setembro de 2001, editado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, restringia a regulamentação das terras quilombolas ao artigo 68. O decreto determinava que somente seriam contempladas pelo Artigo 68, as terras que foram ocupadas por quilombos em 1888 e as remanescentes que estavam ocupadas de 05 de outubro de 1888. Ou seja, restringia

absurdamente os beneficiários, com uma ação que nada se coadunava com a própria Constituinte de 1988.

Atendendo às reivindicações da população quilombola, o governo do ex-presidente Lula, em 20 de novembro de 2003, editou o Decreto nº 4.887 de 2003. A norma criou condições para a retomada das titulações; abordando uma conceituação adequada de comunidade e de terra quilombola com o critério de “autoatribuição” ou autoidentificação. Além de instituir a possibilidade de desapropriação de propriedades em terras quilombolas quando necessário. Outra questão importante deste decreto, foi a atribuição ao INCRA para a condução do processo de regularização fundiária.

Nesse período o Brasil avançou na criação de marcos regulatórios jurídicos, na elaboração de políticas reconhecendo a diversidade sociocultural das comunidades quilombolas, bem como as múltiplas dimensões que deveriam ser compreendidas na formulação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Porém apesar de muitos avanços, neste período dado o processo histórico de ausências, negligência e descaso do Estado Brasileiro em relação às comunidades quilombolas, Felipe Imidio Santos, 2020, afirma:

Nota-se que o desafio para implementação do direito aos territórios quilombolas são complexos. Apesar de ter havido significativos avanços em termos dos marcos regulatórios voltados a sua efetivação em conformidade com as disposições contidas no Art. 68 da CF/1988, principalmente em torno da compreensão de remanescentes de quilombos ligados à identidade e territorialidade étnica, a efetivação da titulação de terras quilombolas tem sido muito aquém das expectativas para se efetivar a consecução do direito e efetivar parte da reparação histórica com esses povos, revelando a falta de vontade política de governantes nos diferentes níveis federativos. (SANTOS, 2020, p. 130)

Principalmente no que se refere a regularização de terras quilombolas, ainda há muito por fazer, questões burocráticas, administrativas e a falta de recursos dificultam esse acesso, além da falta de vontade política, que não se compromete a questão. Evidenciando a colonialidade do poder, uma vez que o território quilombola é um espaço liberdade que representa uma prática decolonial, já que “*quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista*” (GOMES, 2015 p. 23). Tudo o que os quilombos atuais representam ao Estado, força e resistência.

As mudanças políticas ocorridas a partir das eleições de 2018 mudaram definitivamente a configuração do processo que vinha sendo implementado nos governos anteriores Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011- 2016). Com o golpe parlamentar de 2016, mudanças que caracterizavam o desmonte das políticas públicas e sociais para as minorias foram sendo efetivadas.

O decreto 9.667/2019, editado pelo Presidente Jair Bolsonaro, estabelece que o INCRA ficará vinculado ao Ministério da Agricultura, Produção e Abastecimento, sendo a oficialização da titulação das terras quilombolas passa a ser atribuída à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários daquele ministério compete formular, coordenar e supervisionar as ações e diretrizes sobre identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos e licenciamento ambiental nas terras quilombolas, em conjunto com os órgãos competentes. Dessa forma, a responsabilidade de licenciamento ambiental em terras quilombolas deixa de ser da Fundação Cultural Palmares.

Anteriormente o orçamento quilombola era composto pelos programas: Gestão e Política de Desenvolvimento Agrário, Cultura Afro-brasileira, Comunidades Tradicionais e o Programa Brasil Quilombola, conforme o Portal SIGA Brasil, do Senado Federal. Retomarei mais especificamente sobre o PBQ nas linhas mais adiante. O cerne da questão é que todos esses programas foram extintos no governo atual, sem, contudo, oferecer alternativa e/ou condição de continuidade do que vinha sendo construído no âmbito das comunidades quilombolas e rurais no Brasil.

Além disso, segundo o INESC (2019)¹⁹, o Governo Federal contingenciou R \$31 bilhões de programas e políticas voltadas para as comunidades quilombolas, favorecendo setores privilegiados historicamente, como o judiciário e legislativo, em detrimento dos setores ligados à garantia dos direitos humanos e sociais. O contingenciamento de despesas, aparentemente visa, “*a contenção de despesas, mas, no fundo, não passa de um estratagema para gastar em outros setores que não os previstos no orçamento*”, Kiyoshi Harada (2010). Ou seja, é a forma que o governo utiliza para não só burlar a vontade popular, como promover o favoritismo de setores que eles tenham interesse, geralmente setores dominantes.

Além da não aplicação dos recursos, dos fortes cortes que as ações e programas destinados a este setor sofreram, outros fatores importantes interferem na não materialização dos direitos e políticas públicas destinadas a população rural quilombola:

¹⁹Ver <https://www.inesc.org.br/> acessado em 20 de novembro de 2020.

Falta de acesso à informação pelos quilombolas, entraves burocráticos (exigência de documentação que a comunidade não possui), problemas operacionais (setorização e fragmentação), falta de recurso humano qualificado, falta de interlocução entre instâncias de governo, recursos demoram a chegar no quilombo, baixa execução orçamentária e, considerando-se que são políticas recentes, requerem constante ajuste e monitoramento. (CANTO, 2008)

Aqui percebe-se que a garantia dos direitos, dos dispositivos constitutivos que dão às comunidades quilombolas legalmente o direito de ter acesso aos direitos não significa que consigam efetivamente acessá-los. Inclusive a observância da não compreensão do próprio governo sobre o significado, o conceito e história das comunidades quilombolas no Brasil. Conforma uma imagem negativa das mesmas, cultuada por um discurso dominante e propagado pela grande mídia, que as comunidades quilombolas são comunidades negras isoladas, remetendo a uma ideia do passado de que são originárias, necessariamente, de escravos fugidos.

Deste modo, as pessoas que são membros de comunidades quilombolas reconhecem sua história, mas ainda desconhecem seus direitos, sendo desincentivados a acessá-los para que continuem a marginalizados e sem a possibilidade de garantias de seus direitos, para Imidio Santos, 2020:

Uma possível compreensão desse cenário reside justamente no conflito existente entre o modelo de desenvolvimento neoliberal em curso, que pode ser lido como a face atual da colonialidade do poder, e a existência de sociedades distintas a esta, que sobrevivem a partir de processos de territorialização, que confrontam a lógica e exclusividade de jurisdição dos colonos (SANTOS, 2020, p. 132).

Apesar dos mais de 130 anos da abolição da escravatura, a formalização dos direitos quilombolas se efetiva a partir da Constituição de 1988, decorrente principalmente da luta dos movimentos negros para acessar direitos constitucionalmente garantidos, dando maior visibilidade as comunidades quilombolas. Essas comunidades passam a ser contempladas por dispositivos legais específicos importantes, que abrange desde a Constituição Federal de 1988 com o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Decreto 4887/2003 (que determina os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas). Os artigos 215 e 216, CF/88, que tratam dos direitos culturais; Tratados Internacionais, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante às comunidades tradicionais o direito de se autodefinirem; artigos específicos nas

Constituições dos Estados; Instruções Normativas nos órgãos que tratam da Questão Quilombola. Como o Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária (INCRA), a Fundação Cultural Palmares, a SEPPIR, além da Resolução 34, do Ministério das Cidades, 5º, II, que prevê, para os municípios obrigados ao Plano Diretor (com mais de 20 mil habitantes), a demarcação dos territórios ocupados por comunidades tradicionais, como os quilombolas, no município. Todos os estes significam avanços importantes na luta por políticas públicas identitárias, que valorizam o processo histórico e a identidade²⁰ cultural das comunidades.

No Brasil, há 2.709²¹ certidões expedidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), este que é o primeiro órgão público a ser acessado para a garantia desse direito, a titulação das terras quilombolas através da autoatribuição. No Estado da Bahia, dados da FCP, apontam 661 comunidades remanescentes de quilombos com certidões. A FCP estima que existam mais de 3 mil comunidades remanescentes de quilombos em todo o território brasileiro, mas a mesma instituição aponta que segundo outras fontes, este número pode chegar a 5 mil comunidades.

Infelizmente com o desmonte das políticas públicas, a partir das mudanças preconizadas pelo Governo Bolsonaro, a ação da FCP tem sido incipiente no que tange a emissão de novas certidões, dados da própria instituição, demonstra que nenhuma comunidade quilombola foi certificada nos últimos 04 anos.

A percepção geral em relação às comunidades negras rurais e remanescentes de quilombos tem como base uma narrativa pautada no processo histórico, pouco contemporâneo sustentado na ideia de nação construída numa lógica de invisibilizar as comunidades de pessoas que fugiram da escravidão e que produzem suas histórias, baseados nos saberes de seus antepassados e uso coletivo das terras. No entanto, seu desenvolvimento é muito complexo, na busca da cidadania quilombola, acesso a políticas públicas e identidade, ou seja, liberdade para viver e desenvolver seus modos de vida e produção.

A partir da década de 1980, o avanço no campo das políticas públicas se constituiu na medida em que a concepção entre orçamento e receita precisa manter-se equilibrada, a questão do ajuste fiscal. Neste mesmo período, a conotação dada ao campo das políticas públicas ganha uma

²⁰ Como mostra Kabengele Munanga (2009, p., 9), a respeito da dificuldade em se estabelecer o conceito de identidade: “recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, envolvendo fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, políticos, ideológicos e raciais”.

²¹Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://dados.cultura.gov.br/dataset/0c2ae988-73a5-4576-bac5-27de54ce4e2f/resource/67ff2615-1a7f-483a-a1f0-ec814c1f9e0b/download/planihacertificadas.xlsx> Acessado 06/11/2020.

outra visão, uma vez que o desafio era e ainda é desenhar políticas capazes de impulsionar o desenvolvimento e ao mesmo tempo superar as desigualdades sociais.

De acordo com a cientista política, Celina Souza (2006, p. 26), entre as mais diversas formulações que existem sobre o conceito de políticas públicas, pode-se afirmar que:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Porém, para promover as mudanças e resultados neste mundo real, é preciso que o processo de formulação de políticas públicas dialogue com as bases locais, sociedade, movimentos sociais e grupos que defendem suas pautas identitárias.

Neste processo de organização, união e luta por direitos, a população quilombola tem no Decreto Lei 4.887/2003 a implementação da política de Regularização das Terras Quilombolas. Um reconhecimento do Estado, através da Fundação Cultural Palmares, com a emissão da certificação, como dito. O referido decreto se configura como instrumento legal acerca do processo de regulamentação das terras quilombolas, uma vez que versa sobre os procedimentos legais para a regulamentação de terras quilombolas no Brasil. Esta política garante a certificação da comunidade como remanescente de quilombos, legítima a origem do território e garante o acesso às políticas de desenvolvimento social e cultural das famílias e comunidade na superação das desigualdades sociais e raciais.

Neste sentido, podemos dizer que o Decreto Lei 4.887/2003, foi um avanço na esfera federal na busca por mudanças no âmbito das comunidades quilombolas, apesar que o decreto vem para possibilitar aos remanescentes de quilombos o seu direito de acesso à terra, garantido na constituição de 1988. O que se observa neste contexto, é que para as comunidades quilombolas no Brasil, não tem sido fácil efetivar tais direitos. Passados os quase 20 anos do Decreto, ainda nas comunidades quilombolas, pouco se conhece sobre seus direitos e sobre o próprio decreto, principalmente como instrumento de luta. Uma vez que a própria FCP aponta a existência de prováveis 5 mil comunidades quilombolas no Brasil.

No âmbito rural as desigualdades se acentuam ainda mais, tendo em vista o histórico de ausência das políticas públicas nestas localidades, a situação destas populações sempre aparece de forma inferiorizada e desigual em relação às outras comunidades rurais e populações brasileiras.

2.4.3 Programa Brasil Quilombola

Um avanço importante na implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas foi a elaboração do Programa Brasil Quilombola (PQB), em 2004, que uniu entes federativos coordenados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) para uma reparação histórica de ausências das políticas públicas em comunidades quilombolas do país, uma vez que o documento guia reúne passos para o acesso das comunidades e famílias às políticas públicas, numa tentativa de minimizar as diferenças e desigualdades raciais nestas localidades, pois:

Estabelece uma metodologia pautada em um conjunto de ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com suas especialidades históricas e contemporâneas, garantindo direitos à titulação e à permanência na terra. (Brasil, 2004, p., 13)

O Programa Brasil Quilombola foi fundamental para o avanço das políticas estaduais e municipais, por exemplo, na Bahia a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia (SEPROMI), em 2006, com o objetivo de planejar, executar e articular ações voltadas para as questões de raça e gênero especificamente no Estado da Bahia. Com a finalidade de possibilitar a integração das ações, o governo da Bahia em 2009, com o Decreto 11.850 de 20 de novembro de 2009, estabelece a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, a partir do Grupo Intersetorial para Quilombos (GIQ) que dispõe da identificação, demarcação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado para essas comunidades.

A criação da SEPROMI proporcionou ações especificamente voltadas para as comunidades quilombolas no Planejamento Plurianual do Estado (PPA). Ações importantes de regularização fundiária, inclusão produtiva, organização, acesso à saúde, educação, além de equidade de gênero e raça são temas tratados como transversais em todas as demais ações.

Uma série de programas importantes que foram executados a partir de 2007, possibilitou melhores condições de vida da população na zona rural, a exemplo do Programa Luz para Todos,

que possibilitou eletrificação rural; Programa Água para Todos, priorizando a água para uso doméstico, dentre outros. Ainda do ponto de vista da inclusão produtiva, o Programa Vida Melhor, executado pela Casa Civil, articula e monitora as ações voltadas para as comunidades Quilombolas. O Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (FUNCEP), destina 40% dos recursos para investimentos produtivos em comunidades tradicionais. Esses recursos são importantes para o avanço da inclusão produtiva de homens, mulheres e jovens nas comunidades.

A criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM – Bahia), em 04 de maio de 2011, através da Lei 12.212, foi um passo importante na luta feminista e dos movimentos de mulheres no Estado da Bahia. Mas com uma ação orçamentária baixa, a SPM avançou pouco na consolidação das políticas públicas para as mulheres, principalmente no meio rural.

É importante ressaltar que apesar dos avanços apontados e da criação de políticas específicas para comunidades quilombolas nos últimos anos, no país e no Estado, ainda há muito por fazer e desenvolver junto às comunidades, principalmente no que tange às reais necessidades do povo quilombola, a exemplo de mais diálogo e sensibilidade por parte da gestão pública.

Atuar e trabalhar com os quilombolas requer o entendimento da diversidade étnica, além de uma prática que promova um diálogo entre um passado de luta histórico e social de uma sociedade escravocrata, e que ainda há uma luta permanente contra essa mesma sociedade individualista, capitalista pautada nos preceitos coloniais, que além de não querer, não compreende a luta quilombola, que inclusive conflita com os interesses hegemônicos. Principalmente os interesses dos latifundiários, que o próprio Estado Brasileiro fortalece na medida em que os processos burocráticos de titulação das terras, ratifica a omissão e a opressão da população negra do campo.

No que se refere às políticas públicas para a população quilombola, compreende que o PBQ, teve por objetivo concentrar, articular e concretizar políticas específicas para as comunidades, mais não chegou a alcançar avanços peculiares ao povo quilombola, pois estes processos dependem de a população ter mais voz ativa, perante uma sociedade preconceituosa e marcada por uma “cultura (prática) Branca”. Para Imidio Santos, 2020:

O desenvolvimento de políticas focadas na realidade quilombola é central para se pensar arranjos estatais comprometidos com a luta pela soberania alimentar no contexto quilombola. Em que se pese o notório avanço em termos de acolhimento e tratamento de demandas quilombolas envolvidos com o exercício de sua soberania alimentar, nesse momento político em que o

governo federal assumiu um compromisso ativo no combate ao racismo e na inclusão da questão quilombola na agenda pública, os desafios para implementação de políticas públicas às comunidades quilombolas estiveram relacionados com resistências diversas (SANTOS, 2020, p. 136)

A concretização do direito fundamental à terra é urgente e necessária, uma vez que a relação das comunidades quilombolas com a terra são cruciais para a construção da cidadania quilombola. Sendo a regularização fundiária o principal caminho, pois permitirá segurança jurídica, devendo ser construída com a implementação de políticas públicas de forma concomitantemente para a superação das desigualdades.

A questão racial no Brasil, possui diversas facetas e múltiplas dimensões, de fato é importante compreender que a negritude se constitui como um dos elementos mais representativos, identitários e histórico no país, porém invisibilidade impostas a população negra em prol de uma modernidade branca, capitalista privilegiada impedem o avanço desta população.

Por essa questão fundamental, a importância da negritude em todos os segmentos, que a formulação das políticas públicas, devem considerar as tradições, culturas e expressões raciais, sem, contudo, ser pautada em políticas brancas pré-estabelecidas que visam a manutenção da sua prática colonial.

3. MULHERES NEGRAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: REPRESENTAÇÃO OU ILUSÃO?

Neste capítulo discorro sobre a perspectiva interseccional como estrutura analítica, o papel do movimento negro feminista na visibilidade das pautas das mulheres negras, associando-as os sonhos e anseios das mulheres com as políticas públicas.

3.1 Da perspectiva de gênero à interseccionalidade.

A situação das mulheres mudou de forma significativa a partir do século XX e muitos direitos foram conquistados. Porém, o caminho ainda não se consolidou na sua completude, porque ainda existem inúmeras diferenças sociais, econômicas, políticas, entre outras que demonstram exatamente as desigualdades de direitos para as mulheres.

Patrícia Branco (2008), traz a reflexão sobre o processo histórico de luta feminista, que pode ser dividido em dois grandes períodos: o primeiro buscou alcançar a igualdade social, política, econômica, jurídica e educacional entre mulheres e homens, já o segundo se preocupou no reconhecimento político e jurídico das identidades e diferenças, a partir do final do século XX e início do XXI. Quando de fato, o olhar de gênero passa a intersecção abarcando outras categorias (raça e classe), que não devem estar dissociadas das análises sobre gênero.

O entendimento da categoria gênero, no nosso contexto para a compreensão da mudança, numa perspectiva interseccional é extremamente relevante e necessária. Não tem como falar de homens e mulheres sem falarmos das categorias construídas e solidificadas na estrutura da sociedade patriarcal e racista que historicamente reproduz as relações desiguais de gênero e raça sobre o prisma da subordinação das mulheres e, em particular, as mulheres negras.

A partir dessa ideia, a visão global e universal de mundo é que existem dois grupos, sendo que um exerce o poder sobre o outro, o dos homens que exerce o poder sobre o grupo das mulheres, configurando a mentalidade sociocultural misógina nos discursos subjacentes sobre as mulheres.

Para Ana Alice Costa (1998), “*os problemas ligados a questões de poder tem sido um entrave nos processos de desenvolvimento de mulheres, bem como sua incorporação nos espaços públicos e nas esferas de decisões*”. Ainda de acordo com COSTA (2009), mesmo hoje, pese todas as mudanças já efetuadas na condição feminina, muitas mulheres não podem decidir sobre

suas vidas, não se constituem enquanto sujeitas, não exercem o poder, *mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder.* (COSTA, 1998, p. 10).

De maneira geral, o que é entendido como conceito de gênero tem sua origem na diferença biológica, ou seja, a partir do sexo (feminino ou masculino), uma distinção clássica, que Vera Soares (2004), destrincha entre sexo e gênero, enquanto sexo diz respeito às diferenças biológicas entre homens e mulheres, o conceito de gênero está diretamente associado a construção social da identidade sexual, construção essa que atribuía ambos os sexos diferentes papéis, direitos e oportunidades.

O conceito de gênero começou a ser utilizado por volta da década de 1970 do século passado. Marta Farah (2004), referindo-se à construção social e cultural que atribui papéis, valores, comportamentos e valores dos homens e das mulheres, e desse construto histórico deriva-se as práticas de relações desiguais, sociais e de dominação e de poder que não só se manifesta, mas interfere em todos os espaços institucionais, sociais, políticos, jurídicos e educacionais.

Compreendo o feminismo como um movimento sociopolítico que busca o rompimento e libertação das ideias patriarcais na sociedade, por meio da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Neste contexto, as mulheres negras começaram a perceber a ausência de suas especificidades como mulher negra na luta do movimento feminista. Sueli Carneiro (2010), afirma que a luta das mulheres negras exige a superação de ideologias dominantes que se complementam no sistema de opressão que envolve raça, classe, no cotidiano de hegemonia masculina. Uma especificidade além das ideias do movimento feminista, que se pautava na dominação masculina sob as mulheres.

Os questionamentos das mulheres negras ao movimento feminista, geram um movimento próprio que se pauta nas demandas e nas especificidades das mulheres negras. O movimento feminista negro, visa atender os referenciais étnico raciais que não podem ser considerados universais, como afirma Sueli Carneiro:

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.10).

Trata-se de evidenciar a dupla discriminação que a mulher negra experiencia na sociedade brasileira, que as coloca numa posição de inferioridade a partir das desvantagens sociais, econômicas e políticas que devem ser superadas. É a partir do movimento feminista negro, que as mulheres negras começam a questionar o lugar de subalternidade em que elas sempre estiveram submetidas, pautando estratégias de enfrentamento, evidenciando as diferenças da categoria mulher, já que a luta feminista não representava os anseios de todas as mulheres de forma universal, muito menos a mulher negra se sentia inserida.

Tendo como mola impulsadora do femismo negro a estadunidense bell hooks (2019), numa perspectiva de olhar frente ao racismo, sexismo e a luta de classe:

Como grupo, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque nosso *status* social é inferior a qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe. Ao mesmo tempo, somos um grupo que não foi instituído socialmente para assumir o papel de explorador/opressor. (hooks, 2019, p. 45)

Neste contexto, os movimentos negros feministas são fundamentais para a luta e o combate na correlação de forças de dominação feminina, racista e classista. Promove um permanente debate teórico político de enfrentamento a base hegemônica que reconfigura e operacionaliza a prática de oprimir as mulheres negras e pobres, principalmente atualmente que temos um cenário político desfavorável a luta feminista, tem sido os movimentos negros feminista, atuantes no enfrentamento das práticas de perseguição, hostilidade e violência sofridas pelas mulheres, sobretudo as mulheres negras, a população preta, pobre e LFBTQIA+.

Esse processo de combate tem ocorrido através dos vários mecanismos legais e institucionais de enfrentamento, por exemplo na Bahia; A Coletiva de Mulheres Negras Abayomi – CMNA, o Coletivo de Mulheres Negras da Bahia, o Instituto da Mulher Negra (Odara), a Rede de Mulheres Negras da Bahia, entre outros espaços. Legalmente, a lei Maria da Penha, as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs), Estatuto Racial da Igualdade, Centro de referência de Combate ao Racismo e a Intolerância Nelson Mandela, instituído no âmbito da SEPRMI, e de forma pioneira, desde 2018, o Ministério Público da Bahia lançou o aplicativo chamado “*mapa do racismo e da intolerância religiosa*”, de forma rápida e segura, as pessoas podem contribuir denunciando casos de racismo e de intolerância religiosa. Medidas que não só

contribuem com a luta antirracista, sexista como também favorece os espaços de militância e luta por direitos e dignidade.

Uma das principais contribuições do Movimento de Mulheres Negras (MMN) é a desconstrução da universalização da categoria *mulher* como uma ideia que pretere as mulheres negras, diante das vivências cotidianas apenas por mulheres brancas que são das classes dominantes. Decorrente da não compreensão das peculiaridades das mulheres negras pelas demais vertentes do feminismo, tomando como exemplo, as sufragistas e a luta pela emancipação financeira feminina.

Neste sentido, o MMN tem contribuído, para conquistas importantes das mulheres negras, desempenhando uma função substancial na luta para a construção da ressignificação da identidade feminina negra, de forma coletiva promovendo uma ação de mobilização de direitos humanos e emancipação da população negra feminina.

De maneira geral, as mulheres e ativistas negras pautam suas ações em espaços nos quais as pessoas enfrentam diversas formas de vulnerabilidade; racial, social, cultural e política, por essa razão o acesso e a inserção de mulheres negras em espaços de poder, valorização e reconhecimento da identidade negra, como uma ação não só de emancipação, mas de reparação dos direitos do povo negro, historicamente negado, tem feito parte da luta dos movimentos negros feministas em todo o país.

Aqui no Brasil Lelia Gonzalez umas das percussoras na luta feminista negra, uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), afirmou que *“a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial”*. Indicando como luta prioritária o combate ao racismo e todas as suas formas de manifestação. A partir de suas experiências de mulher negra, denunciou a opressão e discriminação vivenciadas na sociedade brasileira, atuou como ativista, em prol da liberdade, autonomia e emancipação das mulheres negras.

Lelia Gonzalez, intelectual, negra, com contribuições imensas a consolidação do pensamento e atuação política das mulheres negras, referência para a militância e no meio acadêmico, interpretou o Brasil, de forma relacional a partir dos marcadores de gênero, raça, classe, numa época em que as categorias eram analisadas isoladamente, enfatizando a interseccionalidade. Lelia vai além ao propor uma reflexão analítica da sociedade brasileira, compreendendo a relação e proximidade com a América Latina e África a partir do pertencimento étnico. Para a autora *“aqueles que do ponto de vista étnico são os testemunhos vivos da ladinoamefricanidade*

denegada”. (Gonzalez Apud Bairros, 2000, p. 22), Conceitualmente a amefricanidade é entendida como:

Um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretação, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. [O valor metodológico desta categoria] está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. (GONZALEZ APUD BAIRROS, 2000, p. 22)

Neste pensamento, a essência da *amefricanidade* é a *cultura negra*, tendo como referência todo o cotidiano, as práticas e jeito de sermos quem somos, atuando de tal maneira que não tomamos consciência de quem somos, sobretudo nós mulheres negras, que a partir do nosso ser, mantemos viva a cultura do nosso povo. Segundo a autora, parte da nossa ancestralidade mítica, estão referenciadas nas práticas quilombolas no Brasil, um dos pilares da amefricanidade.

Gonzalez (2010), ao centralizar suas análises em torno dos conceitos do capital e do patriarcado, evidenciou as bases materiais simbólicas do sistema de opressão, que para ela se constitui como contribuição crucial para a formulação das estratégias de enfrentamento da luta feminista. Segundo Lelia:

Ao esclarecer a articulação entre as categorias de raça, classe, gênero e poder, o movimento negro feminista desmascara as estruturas de dominação de uma sociedade e de um estado que veem como “natural” o fato de que quatro quinto da força de trabalho negra são mantidos presos em uma espécie de cinturão socioeconômico que lhes “oferece a oportunidade” de trabalho manual e não qualificado (Gonzalez, 2010, p. 138)

A luta feminina no movimento negro foi, e agora mais ainda, continua sendo fundamental para uma maior articulação das mulheres negras, principalmente nas comunidades quilombolas, que possuem especificidades; ambientais, culturais, sociais, políticas e econômicas que precisam ser consideradas e respeitadas pelas instituições públicas e privadas, porém estão vendo seu território e identidade ameaçados.

Mover as estruturas para que outras mulheres não brancas, ocupem espaços públicos e privados, daquilo que é o lugar de vida, de luta de militância e que historicamente foram vozes

inaudíveis nas estruturas de poder hegemônico, é papel do movimento negro feminista também, neste sentido pontua Sueli Carneiro:

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. (CARNEIRO, 2003, p.3).

O movimento negro feminista, ao posicionar-se com suas agendas, além de denunciar os privilégios desmonta a farsa por traz da ideia de igualdade, que na verdade apenas garante a manutenção do poderio branco, no sentido de silenciar as mulheres negras. Como aponta Vilma Reis, quando diz:

No campo das contra narrativas contamos com os fatores da instabilidade, da incerteza e da interdisciplinaridade, como elementos que jogam fundamentalmente no campo da complexidade, tão importante como regra para os novos sistemas de representações, marcados pelo reconhecimento das identidades, para além do fato de admiti-las. Aqui consideramos contradiscursos como novos lugares de produção discursiva daqueles sujeitos que, segundo Foucault, ao serem ouvidos, mostram serem portadores de teorias, a exemplo dos prisioneiros, os chamados delinquentes, sujeitos que tinham muito a dizer sobre a prisão, as medidas de segurança do Estado e seu poder de conter milhares encarcerados sob os argumentos discursivamente legítimos da segurança da sociedade. O mesmo ocorre com as mulheres, os negros e os homossexuais, quando esses sujeitos reagem à produção de discursos sobre si e instauram outros a partir de suas próprias vozes”. (REIS, 2001, p. 27-28)

Neste ângulo, no ambiente acadêmico existem pesquisadoras que seu lugar de fala negra, e em suas pesquisas constroem análises sobre experiências vivenciadas em seu cotidiano, como lideranças comunitárias, na atuação militante, na ação laboral, no movimento social, entre outros espaços. Contribuindo de forma constante para o movimento de mulheres negras, estabelecendo as premissas da luta feminista para a sua principal vertente a redução das desigualdades de gênero e raça.

Luiza Bairros, pesquisadora, intelectual negra, militante e integrante do Movimento Negro Unificado, foi uma das fundadoras do MNU aqui em Salvador, em 1981, dedicou sua trajetória pela emancipação e fortalecimento do coletivo “*Anônimas guerreiras brasileiras*”, sua luta contra o racismo, sexismo é basilar para a compreensão do que chamou das “*insidiosas estruturas do racismo no Brasil*”.

Bairros trouxe grandes contribuições para a desconstrução da ideia de democracia racial, propagada no Brasil, para esconder as mazelas do racismo, sexismo e classismo em que a sociedade brasileira se estruturou a partir do patriarcado e da escravização das pessoas negras.

Ao integrar, em 1998, o Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da UFBA, Luiza articulou questões fundamentais para a produção de uma agenda política nacional que incluísse a questão negra com uma responsabilidade nacional, coordenando debates e pesquisas com esse propósito, para a autora “*ou a questão racial era tratada como uma questão nacional; ou nada seria efetivo na luta contra o racismo*”.

A partir de suas pesquisas sobre o mundo social do trabalho, Luiza Bairros desenvolveu contribuições inestimáveis para a consolidação do nosso pensamento e atuação política, neste âmbito. Contribuindo com reflexões sobre a participação do negro/a na força de trabalho e as desigualdades de gênero, raça e classe, uma *estrutura hierárquica* que se valia da subordinação históricas dos trabalhadores/as.

O olhar interseccional de Luiza Bairros traz uma abordagem de trabalho para negros/as incorporando-os/as como sujeitos/as produtivos do mundo do trabalho livre e não apenas no âmbito da cultura, para a autora:

É importante observar que a circunscrição do negro a essa esfera [da cultura] tem representado uma forma nem sempre sutil de discriminação. Determinados elementos da cultura popular são erigidos em símbolos válidos para o conjunto da sociedade; no entanto, não se reconhecem seus criadores fora desse contexto. [...] O fato de a sociedade usar a cultura negra em seu benefício oculta, entre outras violências, um estado de dominação e preconceito racial. (BAIROS, 1988, p. 292)

A perspectiva interseccional, conceito forjado no campo dos estudos feministas negros aqui no Brasil, por Lelia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, e no norte global pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), Coaduna com os pensamentos negros feministas na medida em que associa as múltiplas formas de subordinação sofridas pelas mulheres negras, na perspectiva de evidenciar como ao longo da história o patriarcado, o racismo e a opressão de classe está intrinsicamente articuladas e desta forma incidem na vida dessas mulheres, e mais ainda como se reproduzem no cotidiano nos dias atuais.

Segundo Crenshaw (2020, p. 177), esses sistemas de subordinação se cruzam e se sobrepõem criando intersecções complexas: *As mulheres racializadas frequentemente estão*

posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas as suas vidas.

O olhar interseccional que se revela os danos e as consequências causados na vida dessas mulheres negras e mais ainda como elas driblam a tripla discriminação em que estão submetidas para alcançar melhores condições de vida e elevar sua autoestima a luz da autonomia para a superação dessas desigualdades.

No pensamento de Beatriz do Nascimento, os quilombos representavam e representam até hoje, uma forma contínua de resistência ao escravismo. Uma expressão da luta de classe, que se instaurou neste sistema opressor e contra a dominação. No contexto quilombola, as pessoas e o território são constitutivos um do outro, inseparáveis através de um mecanismo auto-organizado, onde cada um se reconhece e é integrado no horizonte de realidade mais vasta e profunda compartilhando suas vivências.

Neste sentido, a luta epistêmica travada pelos movimentos negros feministas é essencial para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade, desigualdade e acesso a direito e da colonialidade a partir da organização social, epistemológica e estrutural dos movimentos.

Por tanto, é preciso enxergar o quilombo para além de um local físico, onde as pessoas pobres e negras se escondiam. É necessário compreender toda a materialização da luta, da sobrevivência, do enfrentamento para a conquista da liberdade e do direito a ter direito. Com sua representatividade, força e poder que os quilombos têm até hoje com sua coletividade e ancestralidade.

3.2 O que sonham as mulheres negras quilombolas na Várzea Queimada.

Com o intuito de ouvir as mulheres, no que diz respeito aos seus sonhos e anseios, seja de cunho pessoal ou social, construímos um momento lúdico de troca de experiências, de interação e escuta coletiva, conforme apresentado brevemente acima.

Para aproximar mais as/os leitoras/es desta experiência de diálogo e partilhamento das mulheres da comunidade, que me receberam de braços abertos, sorridentes e esperançosas da vida, no dia 04 de agosto de 2022, diferente dos outros momentos de encontros, esse foi específico para sorrirmos, lembrar e partilhar conjuntamente nossos sonhos e perspectiva de vida.

Nos reunimos na sede da associação comunitária, fizemos uma roda e a conversa começa antes mesmo que eu começar a inserir qualquer técnica, elas mesmas começaram a falar sobre a semana e a partir daí aproveito para anotar e observar as falas e a interação grupal.

Figura 4. Reunião com a comunidade da Várzea Queimada sobre Associativismo



Fonte: Acervo Projeto Pró-Semiárido, março de 2019.

Essa é uma imagem antiga de 2019, em que estávamos reunidas para falarmos sobre a identidade da mulher negra e quilombola, pelo Projeto Pró-Semiárido. Este é o espaço em que sempre nos reunimos e foi assim no dia da partilha de experiências, por meio da roda de conversa sobre os sonhos, anseios e desejos das mulheres quilombolas da Várzea Queimada. O fato de estarmos juntas, sem ser necessariamente para cumprir agenda de atividade, ou sem “compromisso”, espaço dedicado apenas às mulheres, com música, com ludicidade, fizeram com que as mulheres se sentissem mais “livres” e seguras para falar abertamente de seus sonhos e necessidades, e relatar questões de sua vida cotidiana que foram compartilhadas na roda de conversa.

Participaram desse momento, que elas próprias definiram como um espaço “seguro” de trocas e saberes, 07 (sete) mulheres do Quilombo da Várzea Queimada, integrantes do Grupo Produtivo de Beneficiamento e comercialização de Produtos Derivados da Mandioca.

O grupo foi constituído no início por 23 (vinte e três) mulheres, em 2018, na figura acima é possível perceber até mais que isso, é que algumas mulheres iriam por curiosidade para uma ou outra atividade sem manter a continuidade, com a Pandemia do COVID-19, o grupo sofreu uma diminuição para 15 (quinze) integrantes. O período pandêmico foi muito difícil para as mulheres quilombolas, da comunidade, pois além de todo o processo de tristeza pela perda de parentes, amigos e a situação do país, o isolamento social fez com que as mulheres se distanciassem das atividades produtivas que são fonte de renda e crescimento pessoal e coletivo. Além disso, algumas tiveram mesmo que ir trabalhar em atividades domésticas na cidade de Jacobina.

Outra questão que explica essa diminuição grupal, é uma desmotivação com as ações do Estado de forma geral, pelo processo burocrático para acessar os investimentos de forma concreta, como por exemplo, a demora na conclusão da construção da unidade de beneficiamento da mandioca, que terá um espaço específico para as mulheres trabalharem com os derivados da mandioca, produzidos pelo grupo.

Figura 5. Unidade de beneficiamento de Mandioca e Fábrica de Biscoitos



Fonte: acervo Projeto Pró-Semiárido/CAR, em novembro de 2022.

Atualmente, o grupo é composto por 08 (oito) mulheres atuantes e responsáveis pelas ações do grupo produtivo Tia Likinha.

Figura 6. Apresentação da produção dos biscoitos de goma, Grupo Tia Likinha



Fonte: acervo Projeto Pró-Semiárido, novembro de 2022.

Figura 7: Quadro de Participantes da Roda de Conversa sobre os Sonhos

Nº	Nome	Quant. Filhos	Idade	Estado Civil	Escolaridade
01	Roseane	01	22	Casada	Ensino médio completo
02	Analice	2	33	Casada	Ensino médio incompleto
03	Doralice	4	28	Casada	Ensino fundamental incompleto
04	Nalva	5	50	Casada	Ensino fundamental incompleto
05	Janaildes	04	42	Separada	Ensino fundamental incompleto
06	Josefa	06	48	Casada	Ensino fundamental incompleto
07	Josiane	Sem filhos	23	Solteira	Ensino médio completo

Fonte: Pesquisa, agosto de 2022.

Essas são as mulheres negras, quilombolas, agricultoras que vivem, fazem e desenvolvem atividades junto à comunidade, por intermédio da Associação local. São mães, filhas e mulheres do lar, da roça, da *lida* diária, que visam melhorias das suas condições de vida de forma digna e justa, com trabalho, amor e alegria. Acreditam no mundo melhor, e esse acreditar fazem delas referências na comunidade.

Desempenham uma tripla jornada de trabalho em seu cotidiano para dar conta das demandas das demandas no âmbito privado (lar) e no público (grupo, associação), podemos observar na fala de Jana:

“Muitas vezes temos que acordar às 4 da manhã para fazer a comida, adiantar as coisas de casa, vim para o grupo e produzir até a noite para não perder as oportunidades de vendas do grupo” (Janaildes, entrevista realizada em 04/08/2022)

Denominado “Tia Likinha” que homenageia a mulher mais velha e liderança da comunidade, o grupo foi criado a partir dos investimentos oriundos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (Pró-Semiárido). O objetivo do Grupo de Mulheres Tia Likinha, é produzir, beneficiar e comercializar produtos derivados da mandioca, tais como bolos, beijus, biscoitos, além dos produtos derivados dos *quintais produtivos*, temperos molhados e secos.

Quintais produtivos²² é uma tecnologia social de base agroecológica, que integram, subsistemas familiares no quintal das casas, com adubação orgânica os quintais atendem os princípios da agroecologia já que também são espaços de construção de conhecimentos, dialógicos, de socialização e do fortalecimento da autonomia social, econômica e política das mulheres, no contexto do sertão semiárido. Fazem parte da unidade familiar, baseada numa produção agroecológica, a partir da pequena propriedade, característico da agricultura familiar. Neles são cultivados hortaliças, vegetais, frutas, entre outras plantações que contribuem diretamente para a alimentação das famílias, sendo que o excedente é vendido ou trocado de forma solidária na própria comunidade, auxiliando no incremento da renda sob duas formas; com a venda de tudo que não é consumido e quando a família deixa de comprar aquilo que já está sendo produzido nos quintais.

²² Fonte: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos> acessado em 14/11/22

Figura 8. Quintal Produtivo, produção de hortaliças, Várzea Queimada



Fonte: acervo Pró-Semiárido/CAR.

Para o grupo de mulheres Tia Likinha, o espaço coletivo de produzir principalmente, se constitui como espaço de troca de experiências e vivências coletivas, como podemos ver na fala de Nalva, 50 anos, integrante do grupo: *“para produzir nos dividimos em dois grupos, quando aqui trabalhamos esquecemos os problemas, distraímos a mente contando os casos”*.

Ao falar dos seus sonhos e perspectivas de vida, as mulheres me fizeram refletir como estamos distantes de uma sociedade equânime, justa, com oportunidades que façam as pessoas sonharem com questões além do básico. Fica evidente os privilégios e oportunidades das mulheres brancas em detrimento das mulheres negras, que ainda sonham com elementos que compõem a sobrevivência digna e cidadã.

As mulheres me ensinam muito e me fizeram enxergar o abismo que existe inclusive entre nós, mulheres pretas. Ainda que sejamos mulheres pretas, vítimas de um sistema excludente,

escravocrata, misógino, classista e sexista, seja na zona urbana e rural, nossas diferenças de mundo são enormes.

Em minhas observações e registros, vejo que a partir do acesso a bens, informação, conhecimento e perspectivas de vida, estou bem à frente. Somos referências para essas mulheres, que em suas falas querem por exemplo, conhecer o mar, a capital do Estado em que moram, querem trabalhar e se manter sem depender de nada; querem estudar, proporcionar aos filhos melhores condições de vida e dignidade.

Sinto-me altamente privilegiada frente a essas mulheres, enquanto meus sonhos vão além da minha sobrevivência, elas querem o básico para viver, eu sonho com viagens internacionais, elas sequer conhecem a capital, Salvador. Sonho com o doutorado, enquanto a maioria delas, nem concluíram o ensino fundamental. Sonho com um trabalho melhor, em ter mais poder aquisitivo, elas querem ter algum trabalho. Não tem como não comparar a minha vida, ainda que tenha sido uma história de luta e resistência, conforme apresentei no primeiro capítulo deste trabalho, em que a educação formal foi a minha principal arma, com a dessas mulheres. Aos 43 anos, vivi e conheci coisas, lugares, tive experiências culturais, sociais, econômicas que elas nunca viveram e não sei se viverão, diante da realidade dura imposta pelas ausências históricas.

Os sonhos das mulheres, como veremos na seção a seguir, revelam a perversidade e a omissão do Estado, demonstram que, ainda que sejam implementadas algumas políticas de inclusão para as mulheres que visam acessar aquilo que já deveriam ser uma realidade na vida delas, a exemplo de autonomia financeira, estudar, educar seus filhos, oportunizando estudos e segurança alimentar e social, o acesso está muito distante.

3.3 Sonhos e Caminhos

“Eu não tenho só um sonho, primeiro quero me vê dentro daquela fábrica produzindo e trabalhando, ter minha renda suficiente de me manter e ajudar pessoas, meu outro sonho é formar meus filhos, mas eu não tenho essa condição, porque ajudando os filhos a gente fica melhor, e sabendo que quando se for eles vão se desenvolver”. (Janaildes, entrevista realizada em 04/08/2022).

Carl Jung, psicólogo Suíço e colaborador de Sigmund Freud, no início do século XX, criou a psicologia analítica. Para ele, o ser humano teria o inconsciente pessoal e coletivo. O inconsciente coletivo seria a camada mental relacionada com o universo e com a totalidade das

coisas. O autor mostrou que “o coletivo é a camada mais profunda da psique humana, composto por materiais comuns a todos os seres humanos”. (JUNG, 2007, p. 85).

Na fala de Janaildes, as mulheres demonstram as experiências comuns de vida, que ao serem compartilhadas por elas as fazem sonhar com desejos pessoais, mas que perpassam o caminho da coletividade, principalmente no contexto quilombola, em que as mesmas experienciam situações de desigualdades raciais, de gênero e classe, ainda que existam conquistas exitosas, a solidariedade, a sororidade e ancestralidade estão presentes nos anseios e desejos de melhores condições de vida pessoal e coletiva no âmbito do quilombo.

Os sonhos nos permitem criar no imaginário a vida ideal, longe de uma vida ideal, as mulheres sonham com uma vida real, mas que permita que possam ser felizes, a partir da melhoria das condições de suas vidas e da vida comunitária, pois as mudanças precisam acontecer nas duas dimensões, individual e coletiva, sobressaindo a máxima da coletividade feminina e da construção social da identidade quilombola.

Mariléia de Almeida (2022), ao tratar sobre os quilombos como *territórios de afeto*, nos remete a compreensão de experiências fundamentais que são o pilar das relações territoriais e fazem parte de sua epistemologia, que se utilizam dos saberes historicamente construídos, ressignificando a partir da relação com o mundo. Para Mariléia, não há separação entre o agir e o pensar dos quilombolas, segundo ela:

Percebendo as capturas racistas e sexistas, as lideranças quilombolas colocaram no centro da luta pela terra a transmissão de saberes como forma de construir subjetividades outras, fortalecidas pelos laços de solidariedade e pelas relações que estabelecem como o território. (ALMEIDA, 2022, p. 343)

Em consonância com o pensamento Junguiano, esses laços afetivos constituem-se no fazer, pensar e agir coletivo inconscientemente. Assim, ao serem questionadas sobre qual seu maior sonho? as mulheres responderam em duas grandes vertentes, pessoal e coletiva.

Na Perspectiva Comunitária / Coletiva

Com olhares voltados para o desenvolvimento comunitário, bem como para qualidade de vida dos seus pares, estes sonhos demonstram a relação afetiva e comprometida que os quilombolas possuem com seu lugar, seu território. Morada intrinsecamente relacionada com o histórico social, cultural, afetivo e político que cada uma possui na relação objetiva e subjetiva com a comunidade.

“Quero ver minha comunidade desenvolvida. Vê as pessoas passar o cartão e não ter o crédito é muito triste, queria que as pessoas não dependessem desse auxílio para sobreviver”. (Josiane, entrevista realizada em 04/08/22).

Além disso, os quilombolas, sobretudo as mulheres, se veem obrigadas a criar estratégias de enfrentamentos da ausência e negligência do Estado, fortalecendo a luta, a partir da organização comunitária, da coletividade para enfrentamento da desigualdade, como podemos observar com Maria Aparecida Mendes (2020):

As mulheres quilombolas assumem a postura de grandes protagonistas em defesa dos direitos coletivos constantemente violados, sendo aguerridas neste propósito. Em muitos casos estas mulheres têm de enfrentar graves violências interpessoais, sejam em espaços domésticos ou públicos. (MENDE, 2020, p., 60)

Coadunando com os pensamentos de Beatriz Nascimento (2021, p. 130), que demonstra de inúmeras dimensões que os quilombos eram um espaço *“vitorioso de reação ideológica, social, político – Militar”* de resistência, sobrevivência e que por isso alternativo ao sistema e a sociedade vigente, já que a liberdade era um ideal de vida, pautado no bem-estar coletivo. Ela afirma que *“o quilombo, embora transformado, perdura”*. (NASCIMENTO, 2021, p. 136).

Essa questão é observada nos relatos referentes aos sonhos das mulheres que não se veem dissociadas da luta coletiva, por liberdade de vida, esperança de mudança, e por isso permanecem na luta, enfrentando todas as mazelas do sistema repressor, *“permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade oficial que se instaura, embora não mais com os mesmos nomes, nem os mesmos tipos de repressão”*. (NASCIMENTO, 2021, p.136).

Ainda em diálogo com Nascimento (2021), o quilombo se traduz também como espaço de fortalecimento da identidade negra, étnica e política a que guarda *“estreita relação com modelos africano”*. (p.166). Na fala de Nalva, logo abaixo, observa-se que a identidade, cultura produtiva, social e comunitária prevalecem.

“Meu sonho é vê a comunidade mais digna, sem benefício de governo. A gente guarda o milho, feijão, farinha e aí quando o dinheiro não está no cartão, a gente tem o que comer”. (Nalva, entrevista realizada em 04/08/2022).

Dentro desta perspectiva da coletividade, algumas questões giraram em torno do Grupo de Mulheres Produtivo Tia Likinha:

“A inflação muito alta, tudo aumentando de um mês para o outro, aí a renda do grupo cai, não conseguimos manter a mesma renda”. (Analice, entrevista realizada em 04/08/22).

“Antes ninguém queria entrar no grupo e ainda dava conselhos para sair, agora querem entrar, até brigam. Foi aos poucos, não ganhávamos nada, agora com o PNAE²³, estamos ganhando até R\$600,00” (Nalva, entrevista realizada em 04/08/22).

*“Estamos perdendo mandioca, isso nunca aconteceu aqui na comunidade, porque não dá mais para trabalhar na **casa de farinha antiga**, ninguém aguenta. Nunca comprei farinha na minha vida e agora vamos ter que comprar porque está acabando o que temos e a fábrica não fica pronta, ficou parada por muito tempo.”* (Janaildes, entrevista realizada em 04/08/22).

Perspectiva Pessoal

A luta quilombola, sobretudo das mulheres pelo território, perfaz um papel indispensável na reivindicação dos direitos, pois dela deriva o acesso aos demais direitos fundamentais, a exemplo, do acesso à educação, produção, segurança alimentar, preservação socioambiental, direito à cultura, à cidadania quilombola etc. A coletividade é o pilar dos quilombos e o papel das mulheres, por sua vez, é central nesta luta.

Ao ouvir os relatos sobre os sonhos das mulheres, ainda que pareça atender apenas a dimensão pessoal, esses sonhos revelam as ausências de direitos que impactam individualmente e coletivamente a vida das mulheres quilombolas e suas famílias, a fim de desestabilizar e desequilibrar principalmente as lideranças femininas.

Considerando aqui a educação como um importante elemento de intervenção e emancipação social, como aponta Nilma Gomes (2017):

A educação não é um campo fixo e nem somente conservadora. Ao longo dos tempos é possível observar como o campo educacional se configura como um espaço-tempo inquieto, que é ao mesmo tempo indagador e indagado pelos coletivos sociais diversos. Enquanto espaço de formação humana e pelo qual

²³ PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar, gerido pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE)

passam as mais diferentes gerações, grupos étnicos raciais, pessoas de origens diferentes. (GOMES, 2017, p.25)

No relato das mulheres o acesso à educação é apresentado como um dos principais sonhos, para si e para seus filhos, sabendo da importância deste espaço para a emancipação quilombola, como podemos observar nos relatos abaixo:

“crescer a cada dia mais, sem precisar sair daqui e ser independente, trabalho, crescer na vida”. (Doralice, entrevista realizada em 04/08/2022).

“Se eu tivesse condição, gostaria de fazer faculdade de biologia”. (Roseane, entrevista realizada em 04/08/2022).

“pretendo continuar estudando, quero fazer uma faculdade de nutrição ou psicologia”. (Analice, entrevista realizada em 04/08/2022).

“Meu outro sonho é formar meus filhos, mas eu não tenho essa condição, porque ajudando os filhos a gente fica melhor, e sabendo que quando se for eles vão se desenvolver”. (Janaildes, entrevista realizada em 04/08/2022).

A educação é a condição basilar para sonhar, experimentar-se, criar e construir novos percursos através dos processos históricos e na interação de cada um/a com o outro e com o mundo.

Sendo um direito constitucional, a falta de acesso à educação, se traduz numa manifestação explícita da *colonialidade do saber*, reforçando as desigualdades raciais de classe e de gênero, já que as mulheres negras sofrem de forma mais elevada, o que é refletido nos índices de analfabetismo, inserção precária no mercado de trabalho, e desnível gritante salarial.

Por consequência do racismo estrutural no nosso país, os direitos quilombolas vêm sendo amparados a partir do processo de medidas de ações afirmativas, que avança na inserção de pessoas quilombolas na educação; porém, essa ainda é uma ação que precisa ser intensificada, principalmente nos níveis fundamental e médio do sistema educacional.

Outra questão bastante enfatizada pelas mulheres, é a questão da autonomia financeira, associada à inclusão produtiva e acesso à renda.

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos no Brasil, composta por pequenos produtores/as rurais, povos e comunidades quilombolas, ribeirinhos,

extrativistas, pescadores etc. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), a agricultura familiar é responsável por 70% da alimentação das/os brasileiros/as.

As comunidades rurais quilombolas estão inseridas neste contexto, na Bahia os investimentos e as políticas para agricultura familiar, são coordenados, executados e monitorados pela SDR, as principais são assistência técnica, capacitação, inclusão produtiva através do fomento, investimentos em infraestrutura para produção, a exemplo de recursos hídricos, apriscos e aviários, além de quintais produtivos.

Porém, o grande gargalo das políticas públicas para agricultura familiar é a burocracia que emperra o acesso a tais ações por parte do/a agricultor/a, obrigadas/os a estarem associadas/os a uma organização comunitária, com personalidade jurídica para com isso possibilite o acesso a recursos públicos.

Muitas comunidades já atuam de forma organizada numa estrutura de associação comunitária, que favorece o acesso a esses recursos; porém, a realidade mostra que ainda há muito por fazer. Nas narrativas das mulheres percebe-se como ainda é incipiente os investimentos que vêm ocorrendo no desenvolvimento rural e conseqüentemente na agricultura familiar.

“Passamos quatro meses sem ter o auxílio e, por isso, passamos muitas dificuldades”. (Analice, entrevista realizada em 04/08/2022)

“Ter um emprego fixo para depender de bolsa de governo, porque o que plantamos, não dá para sobreviver, não venho todos os dias, mas quando venho esse dinheiro do grupo ajuda muito”. (Analice, entrevista realizada em 04/08/2022).

O grupo foi criado com 23 mulheres, depois ficaram 15 e pós pandemia, ficaram 08. Às vezes não temos gente para dar conta das entregas do PNAE.

As mulheres do Quilombo da Várzea Queimada estão organizadas numa associação, inseridas no grupo produtivo para produção, beneficiamento e comercialização de produtos derivados da mandioca. Porém, tem dificuldades com acesso a mercados, principalmente o mercado formal, como mercadinhos, padarias, supermercados, porque mais uma vez o processo burocrático as impede, exigindo, por exemplo, selos e certificações que restringe o grupo de avançar.

Estão acessando o mercado institucional a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por intermédio da Associação Comunitária, porém, lutam para conseguir crescer, acessar outros mercados, gerar renda e poder sobreviver do seu trabalho. Na perspectiva de adquirir autonomia financeira e independência produtiva e social.

Nas falas das mulheres abaixo, fica registrado de forma evidente como a dominação masculina ainda é predominante na comunidade:

“Tem maridos que não aceita a mulher trabalhar, e quando vem tem que parar para voltar, já tem outros maridos que vem, acompanha, e esperam as mulheres (...) Abra a mente mulheres, venham conhecer a gente, melhor participar com a gente”. (...) Muitas são dominadas pelos maridos, vocês não sabem o que perdem”. (Doralice, entrevista realizada em 04/08/2022).

“A maior dificuldade das mulheres são os maridos, eles têm medo das mulheres criarem independência com o grupo”. (Roseane, entrevista realizada em 04/08/22).

Apesar de alguns avanços na luta das mulheres por igualdade de direitos, ainda há muito o que mudar, às mulheres ainda é reservado o espaço doméstico, no mercado de trabalho ganham pelo menos 30% menos que os homens que desempenham o mesmo papel, o feminicídio cresce em decorrência da violência contra as mulheres, ou seja, a mulher ainda é vista como um ser inferior que deve obediência ao homem. Sendo que na zona rural esses processos são mais acentuados.

Os relatos delas mostram a extrema necessidade de trabalhar e sobre as relações de gênero nestas localidades, a fim de suscitar, o desejo pela equidade, pelo respeito às diferenças e sobretudo para fortalecer a luta das mulheres negras por direitos igualitários rumo a construção de um novo marco regulatório que possibilite um mundo mais justo e solidário entre todos os gêneros.

O que parece é a urgência de desconstruir socialmente a ideia do patriarcado, da subordinação da mulher ao homem, e a lógica hegemônica da inferioridade da mulher ao homem. Todo esse engendramento gera uma violência que *atravessa raças, classe e gerações* (AKOTIRENE, 2018), neste sentido e de forma interseccional:

As mulheres quilombolas tem assumido a tarefa de estabelecer um intenso diálogo contra a violência nos quilombos do Brasil, pautando suas especificidades e a conjuntura atual, que torna essa violência mais frequente e

evidente. Nossa busca é apontar desafios focando sobretudo, nas mulheres quilombolas. (Coletivo de Mulheres CONAQ, 2020, p. 46).

Há ainda muito o que se discutir sobre as relações de gênero, violência e todo o processo histórico socialmente construído que deu origem a essa ideia de subordinação e inferiorização das mulheres, avançar nesta reflexão é imprescindível, em especial com grupos, pessoas e comunidades que ainda carecem desse processo, mesmo que sejam “beneficiadas” por ações públicas que visam o *empoderamento* das mulheres.

Portanto, a partir dessas vozes percebe-se que os sonhos ainda que pessoais são coletivos, considerando todas as ausências de direitos e possibilidades de avançar na melhoria das condições de vida da população quilombola, essas mulheres nos ensinam que não há construção de vida que não passe pela coletividade e o cuidado com o outro, o território e sua identidade.

3.4 Olhar sobre as políticas para as mulheres no desenvolvimento Rural na Bahia

Com o movimento feminista que ocorreu no Brasil a partir de 1970, e com fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras, afirmou-se pauta e grandes lutas em prol da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas e nos programas governamentais com o objetivo de estruturar pautas e ações de forma específicas direcionadas às mulheres.

De acordo com Matilde Ribeiro (1998), as temáticas de gênero, raça e etnia nas políticas públicas, *embora venham se tornando reconhecidas nas últimas décadas, são ainda um tabu*. São muitos os desafios que permeiam a consolidação de políticas públicas efetivas para as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

Vale lembrar que a relação de poder e a branquitude reafirmam a conjunção entre racismo e machismo que incidem diretamente sobre a vida da população preta, sobretudo das mulheres negras que tem seu cotidiano e desenvolvimento pleno afetados diretamente (Ribeiro,1998). Segundo continua a nos informar a autora:

A ideia de exercício de poder, ainda que descontínuo, perpetua-se de maneira a definir lugares ocupados por mulheres e homens brancos e negros, nas estruturas sociais, nos espaços de decisão política; e, acima de tudo na condição de serem ou não sujeitos de suas ações. Tudo isso remete-nos a questões apresentadas anteriormente como democracia e cidadania – de quem? Para quem? Quando? (RIBEIRO, 1998, p. 169)

Para tanto, é de extrema necessidade, estabelecer políticas públicas comprometidas com mudanças estruturais que contemplem a emancipação e autonomia das mulheres.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (hoje SPM), como órgão diretamente vinculado à Presidência da República, desencadeou um processo contínuo de inserção das ações na perspectiva de gênero na agenda política de Estados e Municípios. Com o objetivo de *promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente*²⁴.

A SPM é a responsável principal pela elaboração e monitoramento do Plano de Políticas para as Mulheres, na formulação e no desenvolvimento dessas políticas. Além de desenvolver campanhas educativas de caráter nacional, projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas. Em 2010 a titular da pasta da SPM foi alçada ao status de Ministra de Estado (Lei nº 12.314 de 2010).

Durante o governo de Dilma Rousseff, em outubro de 2015, foi realizada a reforma ministerial, três secretarias com *status* de ministério foram reunidas em uma só pasta. A saber a SPM, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos.

No atual governo federal esses ministérios deixaram de existir enquanto tal e órgão foi criado, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (MMIRDH). Ao acessar o *site* não foram encontrados dados referentes à atuação deste.

Em consonância com a SPM, e atendendo as reivindicações dos movimentos de mulheres, no dia 04 de maio de 2011, foi criada a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM-BA).

Com o objetivo de propor, articular e executar políticas públicas para as mulheres no Estado da Bahia, a SPM-BA, atua a partir dos 05 (cinco) eixos; 1. economia e inclusão produtiva, 2. empoderamento das mulheres, 3. enfrentamento da violência, 4. educação inclusiva e 5. não sexista, saúde e direitos reprodutivos.

De acordo com o Planejamento Plurianual do Estado da Bahia (PPA) 2020 – 2023, há um orçamento total de R\$103.594.541.712 - cento e três bilhões, quinhentos e noventa e quatro

²⁴ <http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>, acessado em 11 de setembro de 2022.

milhões, quinhentos e quarenta e um mil e setecentos e doze reais -, destes R\$67.833,945 - sessenta e sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e cinco reais, ou seja 0,07%, um valor demasiadamente baixo em relação às demais secretarias. A narrativa do governo para um orçamento baixo da SPM-BA é que de forma as ações relacionadas à perspectiva de gênero, são incorporadas de forma transversal por todas as demais secretarias do Estado ampliando esse orçamento e as ações.

Apesar de se traduzir numa ferramenta estratégica importante na consolidação das políticas públicas de forma efetiva, o que se constata junto a SPM é a incapacidade de atuar de forma mais efetiva no alcance dos direitos das mulheres, por ter um orçamento incipiente que não garante governabilidade, capacidade executiva para o atingimento dos objetivos da secretaria e anseios e necessidades das mulheres, principalmente as mulheres do campo. Vejo isso nas experiências e trajetórias das mulheres com as quais tenho compartilhado desde minha inserção na estrutura do estado com técnica, e como pesquisadora para esse trabalho.

Essa falta de capacidade executiva é observada nos registros sobre minha convivência e partilhas com elas, bem como nas falas das mulheres no item acima, em que evidencia ausências principalmente no campo da inclusão produtiva e autonomia financeira.

“Passamos quatro meses sem ter o auxílio e por isso passamos muitas dificuldades”. (...) Ter um emprego fixo, para depender de bolsa de governo, porque o que plantamos, não dá para sobreviver, não venho todos os dias, mas quando vem esse dinheiro do grupo ajuda muito”.
(Analice, entrevista realizada em 04/08/2022).

Um dos programas para inclusão produtiva de mulheres da SPM-BA, é a casa de farinha móvel, que consiste numa infraestrutura móvel para processamento da mandioca, produção de farinhas e derivados, sendo que este é interligado a micro infra estruturas regionalizadas. Visa atender grupos e empreendimentos liderados por mulheres agricultoras, quilombolas, assentadas da reforma agrária. Além do equipamento, o programa propicia cursos e oficinas de capacitação. Segundo o próprio *site* da SPM (2022), o programa já entregou 29 equipamentos entre os anos de 2015 e 2022. Porém, para as mulheres da comunidade quilombola de Várzea Queimada, esse programa não foi inserido em seu contexto.

Produtoras de mandioca, elas aguardam a conclusão da construção da unidade de beneficiamento de mandioca e derivados, que vem sendo construída a partir do Programa Pró-Semiárido, que na fala da agricultora abaixo, demonstra a expectativa de conclusão da unidade.

“O que eu quero é ver aquela unidade funcionando, a gente trabalhando e ganhando nosso dinheiro, nunca comprei farinha na vida, agora pela primeira vez estamos vendo a farinha acabar, estamos cheias de mandioca e não podemos trabalhar” (Janaildes, entrevista realizada em 04/08/2022).

As campanhas, programas e projetos para o enfrentamento da violência contra as mulheres, em todas as suas formas, por exemplo; da ação “respeita as mina” contra o assédio no carnaval, a “caravana respeita as mina” com o objetivo de chamar atenção da população sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres nos municípios baianos, a “campanha 21 dias pelo fim da violência contra as mulheres” uma campanha que se inicia no dia 20 de novembro dia da Consciência Negra, com término dia 10 de dezembro englobando duas outras datas importante; o dia 25 de novembro dia (internacional da não violência contra as mulheres), dia 10 de dezembro dia (internacional dos direitos humanos), e ocorre em 159 países.

Programa “mulher com a palavra” que tem o objetivo de discutir o empoderamento feminino através da arte; porém, ainda numa esfera urbana e pouco integra a realidade rural.

Todas essas ações de enfrentamento são avanços importantes na luta feminista que vem sendo pautada no âmbito das políticas públicas, porém ainda não atendem as especificidades das mulheres quilombolas que estão na zona rural, não acessam essas ações, algumas falas femininas negras, demonstram isso.

“Muitas são dominadas pelos maridos, vocês não sabem o que perdem”.(...)“A maior dificuldade das mulheres são os maridos, eles têm medo das mulheres criarem independência com o grupo”.(Rose, entrevista realizada em 04/08/2022)

Vale ressaltar que ainda que a SPM acompanhe ações, projetos e programas que são articulados e executados por outras secretarias, e que mesmo existindo dois grandes programas governamentais, sendo executados no contexto da comunidade quilombola da Várzea Queimada, algumas ações específicas no que tange às relações de gênero não chegam ao acesso das mesmas.

As questões de saúde da mulher, é trabalhada no âmbito da SPM, através da campanha “outubro rosa”. É considerada uma campanha muito importante no processo de conscientização e

da descoberta precoce do câncer de mama, que articula e mobiliza diversos órgãos em favor da promoção da campanha e, possibilita às mulheres o acesso ao exame de mamografia.

A partir deste olhar nas principais ações da SPM-BA, vimos que há um enorme engajamento, na articulação e execução de ações que promovam um processo de melhoria na qualidade de vida das mulheres, através de informação principalmente, além de visibilizar as demandas e necessidades das mulheres na pauta política do estado.

Mas ainda há muito por fazer para que de fato possa haver um processo de equidade, respeito e emancipação das mulheres na sociedade como um todo. Ações estruturais são urgentes e importantes que devem ser articuladas e contextualizadas às realidades de cada território e as mulheres negras e quilombolas, negras e marisqueiras, negras e agricultoras rurais, entre outras para que de fato tenhamos a tão sonhada sociedade mais equânime.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferente do que imaginei ao iniciar essa pesquisa, concluí-la depois de tanto tempo lidando com suas entranhas, me traz mais inquietações que respostas, porque o que apresento são conclusões inacabadas (FREIRE, 2003). Sei da responsabilidade que tenho, principalmente com as mulheres minhas companheiras nesta caminhada, e por isso continuarei nessa busca da completeza, sem, contudo, querer esgotar a infinidade de conhecimentos possíveis de serem acessados daqui para frente.

O campo das políticas públicas na perspectiva identitária, aponta avanços importantes na construção de uma sociedade menos desigual social e racialmente. Quando tratamos do âmbito rural na região Nordeste, além das desigualdades se acentuarem dado ao processo histórico de ausências de direitos que amplia as desigualdades, a complexidade e diversidade são elementos que devem ser considerados na formulação das políticas públicas.

Os desafios que se apresentam de forma necessária e urgente para o ciclo das políticas públicas e conseqüentemente para a gestão pública são: o do conhecimento e a compreensão dos processos históricos de subordinação, de gênero, raça e classe.

Das 53 comunidades quilombolas atendidas pelo Projeto Pró-Semiárido, mais da metade 75% tem dificuldades de acesso a direitos básicos, como infraestrutura, saúde, educação, sem contar nos conflitos de terra, em que as lideranças são submetidas a enfrentar uma luta armada e desleal na defesa de seu território.

O instrumento principal que traria segurança jurídica às comunidades quilombolas, a regularização fundiária, ou seja, título das terras quilombolas. Porém, nenhuma dessas 53 possui a titulação territorial, possuem a certificação junto à FCP, o que não impede a grilagem de terra na região.

Ao explorar as políticas públicas implementadas para mulheres negras e quilombolas, a pesquisa mostra a existência de iniciativas que visam equalizar as questões de gênero, raça, etnia e que possuem público direcionado, até porque todas elas partem de um processo de construção coletiva do movimento social negro, porém são pouco efetivas, pela forma, principalmente pelas abordagens teóricas e metodológicas não contextualizadas no âmbito das secretarias do Estado para uma atuação mais efetiva, além de pouca vontade de atuar na emancipação deste público, fato

que coaduna na análise orçamentária das secretarias SPM e SEPRMI pegando a experiência do Estado da Bahia.

A III Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, em Durban, na África do Sul, em 2001, foi um marco histórico na luta racial no Brasil, dada a importante participação do Brasil no evento, os desdobramentos apontaram para compromissos de enfrentamento do racismo e das desigualdades por parte do Estado Brasileiro, fazendo com que instituições governamentais assumissem ações de enfrentamento em suas pastas de governos através de Projetos e Programas com foco étnico-racial, relações de gênero e direitos humanos. Coadunando com as propostas dos movimentos sociais, feminista negro para o enfrentamento e superação das desigualdades de gênero e raça.

A partir daí as discussões de gênero e raça principalmente ganham notoriedade não só no âmbito governamental, mas em vários setores da sociedade, em âmbito internacional a Organização das Nações Unidas criada em 1945, fazendo com que a cooperação internacional, através de seus órgãos assumam princípios equitativos de raça, etnia e gênero no financiamento de programas e projetos no Brasil.

Porém, a ausência de um amplo diálogo do Estado com as a população negra, com teórico e cientistas que pensam o Brasil numa perspectiva de superação dessas desigualdades e mais ainda na emancipação da população negra brasileira, a fim de reparar a dívida histórica do Brasil com os/as negros/as neste país. Culmina com a implementação de políticas que pouco representam as pessoas, que reforçam muitas vezes as desigualdades e que infelizmente avançam quase nada no combate ao racismo e ao sexismo.

É neste campo que a intenção crescente de governos e agências de fomento em atuar junto as comunidades quilombolas, sem, contudo, compreenderem por exemplo, uma questão principal que há décadas o Movimento Negro de Mulheres aponta que para nós mulheres negras, a categoria mulher não dá conta de evidenciar a realidade da mulher negra, quilombola e agricultora, precisa ser revista e buscar atuar de forma conjunta com o movimento feminista negro, em plena interação com as demais instituições da sociedade civil.

No capítulo 3 deste documento, abordo os sonhos, perspectiva das mulheres a partir de suas próprias narrativas, e estarrecedor como o que elas sonham já deveriam fazer parte de suas realidades, o que os sonhos dessas mulheres revelam são uma total ausência de direitos no campo da educação principalmente.

Não é à toa que abordo a educação como elemento principal de transformação e mudança, pois esse caráter libertador do conhecimento que revela as mazelas em que nossos/as irmãos/as estão submetidos.

A pesquisa reafirma que as mulheres quilombolas continuam a desempenhar papéis fundamentais e decisivos nos processos de luta, resistência e manutenção das práticas históricas, na alimentação, na relação com o território, na preservação do meio ambiente e na religião, como por exemplo, as guardiãs das sementes crioulas na comunidade, a manutenção das práticas culturais na culinária, na dança, na religião, na associação comunitária.

Um processo permanente de afirmação da identidade histórica, pois elas ainda têm enfrentamentos importantes na implementação de políticas públicas, uma vez que a maioria das políticas implementadas não dialoga com os seus anseios e sonhos.

No capítulo 2, foi possível entender algumas políticas importantes construídas com a participação, principalmente do movimento de mulheres e movimento negro. Porém, na maioria dos casos, a própria ação de execução, desconsideram que as realidades diferem de acordo com diversas questões nos âmbitos: comunitário, social, econômico, geográfico e cultural, como por exemplo; a educação implementada na comunidade que não seguem os princípios e diretrizes da educação quilombola, ou até mesmo a assistência técnica que é implementada para melhoria das práticas agrícolas, não visam um resgate cultural histórico do povo negro na localidade quilombolas.

Apresentei de forma exploratória, porém contextualizada na comunidade da Várzea Queimada a que a construção de novas utopias, sobretudo numa perspectiva de gênero, raça e etnia, depende da construção de políticas públicas alicerçadas, na desconstrução da prática dominante e das ideias colonialistas. As mulheres de forma coletiva estão buscando isso, quando elas produzem juntas, geram renda e mais ainda trocam suas experiências de vida e nesta troca fortalecem suas bases pessoais e comunitárias.

As demandas, inquietações nos coloca sempre à procura de respostas, mas como são as perguntas que movem o mundo e não as respostas de acordo com Mario Quintana. Continuarei a fazer minhas perguntas na tentativa de encontrar algo que nos dê um sentido universal no tange o acesso aos direitos, sem, contudo, nos homogeneizar e nos apagar.

5.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado:** nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE) / tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte – MG: Letramento: Justificando, 2018.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas:** tradições e cultura da resistência. São Paulo. AORI. Comunicação, 2006.

ANDRADE, Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico:** Elaboração de Trabalhos na Graduação. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez Afro-Ásia**, n.23. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, 2000. Pp. 347-368 / In: Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White (orgs.) *O Livro da Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas / Criola, 2002. Pp. 42-61.

_____. **A mulher negra e o feminismo.** COSTA, Ana Alice Alcantara e SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs). *Relatório do Seminário Nacional: O feminismo no Brasil – reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM / UFBA, 1990. *O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. 2ª ed. Salvador, NEIM / UFBA, 2008, pp. 139-45.

BETO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base** - Coleção Primeiros Passos 19. Brasiliense, 6ª.ed. 1986

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.912 de 10 de setembro de 2001.

BRASIL. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas** – Programa Brasil Quilombola (PBQ). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. 12 de março de 2004.

CANTO, Adéli Casagrande do. **Quilombos e a materialização de direitos através das políticas públicas:** um estudo sobre o Recanto dos Evangélicos. Dissertação de Mestrado. 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil.** *Consciência em Debate*. São Paulo: Selo Negro. 2011.

_____. **Estudos Avançados. Mulheres em movimento.** São Paulo. Sept/Dec, vol. 17, nº 49, nº 03, 15 de novembro de 2003.

_____. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas:** E outros Ensaio. São Paulo: Cosac&Naify, 2009.

CRUZ NETO, Otávio. **“O Trabalho de Campo como descoberta e criação”.** In: Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 12 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico / organizadores Joaze Bernadino Costa, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (coleção cultura negra e identidade).

Estatuto Racial da Igualdade. **Igualdade Racial é pra Valer – Ação Pelo Fim do Racismo.** SEPPPIR. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

FRASER, N. **Da Redistribuição ao Reconhecimento?** Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista. In: SOUZA, J. (ORG.). *Democracia hoje:* novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, UnB, 2001, p. 245-282.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança.** São Paulo. Paz e Terra. 2000.

_____. **Pedagogia da esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro. 28ª. Ed. Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro. 36ª. Ed. Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã** - uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Cortez, 1992

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro.** GeoTextos. v. 2, n. 2, 2006. 115-147

GERTLER, Paul J., Sebastián Martínez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings e Christel M. J. Vermeersch. 2018. **Avaliação de Impacto na Prática,** segunda edição. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8ª Ed. São Paulo. Ed. Loyola, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. (coleção agenda brasileira).

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. GPP- GeR: Módulos I, II, III, IV, V, VI. Org. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. Rio de Janeiro: CEPSC: Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10ª Ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2005.

Haraway, D. (2009). **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo/**: tradução Bhuvi Libanio. 1ªed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019.

Horton. M; FREIRE, P. **O caminho se faz Caminhando**: conversas sobre educação e mudança social / Myles Horton, Paulo Freire: organizado por Brenda Bell, John Gaverna e John Peters: Tradução de Vera Lucia Mello Joseline; notas de Ana Maria Araújo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

JUNG, C. G. **Psicologia do inconsciente**. Tradução de Maria Luiza Appy. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

_____ **O homem e seus símbolos**. Trad. Maria Lúcia Pinto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

KIMBERLÉ, Crenshaw. **Documento para Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**: Caderno Estudos Feministas, Los Angeles. 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **"Introdução à Obra de Marcel Mauss"**. In: Sociologia e Antropologia. SP, EPU/EDUSP, 1974, p.1-36.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo, 8ª. Ed. Cortez. 2005.

MARCUSSI, Alexandre. **“cativeiro e cura**: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, século XVII e XVIII. São Paulo: Tese de doutorado, USP, 2015.

MARTINS, José de Souza. 2004. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo, Boitempo. 2005.

MIGNOLO, Walter. “**A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade**” (p.p 33-50). In A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspetivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Coleccion Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro de 2005

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF, n. 34, pp. 287-324, 2008.

Monitoramento e Avaliação de Projetos de Conservação e Desenvolvimento Sustentável: Sistematização de uma Experiência. Programa Piloto de Monitoramento de Avaliação – PPMA. Coordenação: Djanira Fialho. São Paulo: WWF do Brasil, c2000.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2020.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2011.

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**”. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

RATTS, Alex. Nascimento, Beatriz. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. Impressão oficial, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais. Belo Horizonte. Letramento: Justificando. 2017.

RIBEIRO, Matilde. **Antigas personagens, novas cenas**: mulheres negras e participação política. In: BORBA, A., FARIA, N., GODINHO, T.(orgs). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O feminismo em novas rotas e visões**. Estudos Feministas. Florianópolis, 14(3): 801-811, setembro-dezembro/2006.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. **O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica**. Rio de Janeiro: Pallas/ Universidade Cândido Mendes, 2003, Caps. 1-6, PP.25-86.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006. P. 20-45.

STÉDILE, João Pedro (Org.) ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária do Brasil**: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. vol. 8, 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SENADO. Portal SIGA Brasil <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>, acesso em 22/03/2322

SANTANA FILHO, Diosmar Marcelino. **A Geopolítica do Estado e o Território Quilombola no Século XXI**. 1º ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SANTOS, Tiago Rodrigues. “**CETA: nossa luta é justa e certa!**”: formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009). 120 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

SOUZA, Cristiane Santos. **Trajatória de migrantes e seus descendentes**: transformações urbanas, memória e inserção na metrópole baiana/ Cristiane Santos Souza – Campinas, SP; 2013

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**- Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro. 6ª. Ed. UFRJ, 1994.

THEODORO, M. (org) **As Políticas Públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos de pós a abolição. Luciana Jaccoud, Rafael Osório, Sergei Soares. Brasília: Ipea, 2008.

Terras e Territórios Negros no Brasil. Textos e Debates. Núcleo de Estudos sobre Identidade e relações Interétnicas, Ano I, nº 2, 1991, UFSC.

6.0 ANEXOS

Questionário.

Roteiros das Rodas de Conversas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS – PÓS-AFRO

APRESENTAÇÃO

Olá. Este instrumento tem o objetivo de levantar dados para subsidiar a pesquisa que está sendo realizada sobre mulheres negras quilombolas e políticas públicas, no contexto da comunidade Quilombola de Várzea Queimada, no município de Caém-Ba, região Norte, Território Piemonte da Diamantina, sob a coordenação da pesquisadora Carla Ferreira, mestranda do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos – Pós-Afro/UFBA, e supervisão/ orientação da professora Dra. Cristiane Souza.

O Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos para Mestrado e Doutorado, tem o objetivo de contribuir com a reflexão acadêmica para a produção científica que contribua para ampliar os estudos étnicos e africanos no Brasil.

Espera-se que as produções oriundas das reflexões do mestrado e doutorado através das pesquisas, sirvam de referência para a sociedade brasileira, no que tange aos temas relacionados, principalmente no combate ao racismo e todas as formas de preconceitos.

São 33 perguntas. Desde já agradecemos a disponibilidade e apoio.

PESQUISA ACADÊMICA
Questionário Socioeconômico

DADOS DA ENTREVISTA

Responsável pela Entrevista

Data da Entrevista

IDENTIFICAÇÃO DO/A RESPONSÁVEL PELA FAMÍLIA

- 1 - Quem é o responsável por essa família? (*nome completo*)
 - 2 - Qual o sexo dessa pessoa? Masculino () Feminino ()
 - 3 – Essa pessoa é conhecida por um apelido? Se sim, qual? _____
 - 4- Qual a data de nascimento dessa pessoa? ____/____/_____
 - 5 – Quantas pessoas vivem nesta casa? _____
 - 6 -Qual a idade da pessoa mais nova desta casa? _____
 - 7 – Qual a idade da pessoa mais velha que mora aqui? _____
 - 8 – Tem estudantes? Se sim (), quantos () e qual a série? _____
-

09 –Alguém da sua família ficou doente nos últimos 12 meses?

() sim, que doença? _____

() não



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS – PÓS-AFRO

- não sabe
- não respondeu

11– Quais as formas de tratamento adotadas pela família quando alguém adoece? (*assinalar todas as respostas possíveis*)

- remédios comprados
- remédios caseiros naturais
- posto de saúde rural
- posto de saúde na sede ou hospital
- Rezas, curas, bênçãos
- Não sabe.

12– Quais são as duas principais origens dos alimentos consumidos pela família?

- Doação de vizinhos e parentes
- Trocados entre os vizinhos
- Da roça
- De doação dos governos ou outras instituições
- Comprados em feiras e mercados, etc

13 – Qual é o ganho médio mensal da família?

- Não tem renda
- 1 salário mínimo
- ½ salário mínimo
- Até 2 salários mínimos
- Até 3 salários mínimos
- Acima de 3 salários mínimos

14 – De onde vem este ganho?

- Da venda dos produtos da roça
- Do trabalho assalariado ou diarista
- Trabalho temporário em outros lugares
- Emprego fixo
- Dinheiro enviados de membros da família que moram fora
- Outra, qual _____

15 – Alguém da sua família recebe algum benefício abaixo?

- Bolsa família
- Pensão alimentícia
- Aposentadoria
- Auxílio doença
- Outra, qual _____
- Não recebe nenhum benefício.

16 – Qual a situação de ocupação dessa casa?

- Própria



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS – PÓS-AFRO

- Alugada
- Cedida
- Ocupada

17 – Essa casa possui instalação sanitária?

Sim interna a casa externa a casa com fossa séptica sem fossa séptica
Não

18 – Essa casa possui energia?

- Elétrica
- Solar
- A motor
- Não possui

19 – De onde vem a água que vocês usam?

- Cisterna
- Rede Pública
- Rio
- Barragem
- Cacimba
- Açude
- Carro pipa
- Outra, qual _____

20 – Qual material é feita essa casa?

- Taipa
- Tijolo ou bloco
- Madeira
- Terra batida
- Outro, qual _____

21 – Quais os equipamentos e máquinas abaixo existem na casa?

- Radio
- TV
- Geladeira
- Fogão a gás
- Geladeira
- Tanquinho ou máquina de lavar

22 – Quais os meios de transporte mais utilizados pelas pessoas nesta casa

- Carroça
- Bicicleta
- Motocicleta
- Caminhonete



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS – PÓS-AFRO

- () Caminhão
- () carro
- () Ônibus escolar

23- O que se faz com o lixo desta casa?

Assinale a principal

- () Enterra
- () Poe fogo
- () Prefeitura coleta
- () Faz compostagem
- () Joga em algum terreno próximo
- () Joga no lixão
- () Recicla em casa

CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DA VIDA NA COMUNIDADE

24 – Há quanto tempo sua família mora nesta comunidade?

De 1 a 5 anos ()

Mais de 5 anos a 10 anos ()

Mais de 10 anos ()

Nasceu aqui ()

25 – Em sua opinião, quais das afirmações abaixo mais se aproximam do perfil das mulheres da comunidade? (*assinalar duas alternativas que mais sejam características*)

- () As mulheres aqui só cuidam da casa, e da família;
- () As mulheres aqui se interessam por qualquer assunto da comunidade e participam da Associação comunitária;
- () Só são sócias da Associação, mas não participam muito.
- () São unidas, sempre fazem atividades culturais, produtivas sociais juntas.
- () Muitas querem trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro.

26 – Em sua opinião, os homens interferem, impedem ou acham que as mulheres não podem ou não tem condições e capacidade em atuar em benefício da comunidade?

28- Em sua opinião, existe machismo na comunidade? Indique e descreva alguns exemplos.

30 – Nesta comunidade os moradores/as produzem artesanatos? Se sim, de que tipo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ORIENTAIS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS – PÓS-AFRO

31 – Existe aqui nesta comunidade alguma festa ou tradição? Se sim, Qual?

32 - Quais os serviços públicos e equipamentos de uso coletivo que existem aqui nesta comunidade? (*assinalar as alternativas existentes*)

- () escola da educação Infantil () Creches
() escola do ensino fundamental () posto de saúde
() centro comunitário () igrejas () terreiro de Candomblé ou Umbanda
() campo de futebol () Rede de energia elétrica () rede de água
() outro _____

33 – Existem hoje na comunidade, Projetos e políticas públicas sendo desenvolvidas por algum órgão do Governo? Quais?



FICHA DE OBSERVAÇÃO

Está atividade faz parte do Projeto de Pesquisa, intitulado: “Mulheres Quilombolas e Políticas Públicas: Análise da prática de implementação da Política de Desenvolvimento Rural, no que tange as relações de Gênero e Raça na comunidade quilombola de Várzea Queimada, em Caém, no Estado da Bahia”.

Trata-se de uma ficha de observação, que complementar os dados de campo, coletados de forma direta junto as famílias da comunidade, e auxiliará as análises da pesquisa.

Pesquisadora Responsável: Carla Silva Ferreira

Orientadora: Cristiane Souza.

1.0– Questões observáveis.

- Como estão as atividades produtivas que envolvem as mulheres na comunidade;
- As mulheres possuem autonomia financeira;
- Que tipo de poder as mulheres possuem na luta comunitária;
- Qual tem sido a contribuição da política de desenvolvimento rural, junto as mulheres quilombolas, nesta localidade;
- Com estão enfrentando as dificuldades durante a pandemia;
- Observar os movimentos que estão mobilizando a comunidade (tipos de ações tem sido foco da comunidade);
- Quais estratégias estão adotando para manter as atividades durante a pandemia;
- Quais desafios as mulheres tem enfrentado para manter o trabalho produtivo;
- As relações dos desafios produtivos, econômicos e políticos frente a política de desenvolvimento rural;



GRUPO FOCAL

Roda de Conversa com as Mulheres Quilombolas da Várzea Queimada.
(Grupo Focal, Caém – BA, novembro de 2021)

Está atividade faz parte do Projeto de Pesquisa, intitulado: “Mulheres Quilombolas e Políticas Públicas: Análise da prática de implementação da Política de Desenvolvimento Rural, no que tange as relações de Gênero e Raça na comunidade quilombola de Várzea Queimada, em Caém, no Estado da Bahia”.

Trata-se de um processo metodológico, que será aplicado junto ao grupo de mulheres interlocutoras desta pesquisa, e que contribuirá com as análises da pesquisa, mas seu principal objetivo é promover um processo de escuta dessas mulheres em relação aos seus processos de desenvolvimento nas dimensões, pessoal, social, econômica, produtiva e política.

Pesquisadora Responsável: Carla Silva Ferreira

Orientadora: Cristiane Souza.

2.0 – Perguntas Orientadoras para Roda de Conversa com as Mulheres.

- Como é ser uma mulher negra no contexto rural?
- Como as mulheres se percebem/ sentem? Se autoafirmam como mulheres negras e quilombolas?
- Como se deu a participação das mulheres no processo de certificação junto a Fundação Cultural Palmares?
- Quais programas e projetos as mulheres estavam envolvidas no período de 2015 a 2019?
- O que aconteceu com essas ações durante a Pandemia;
- As mulheres têm seus direitos representados nos programas e projetos que estão em andamento na comunidade? Como? De que forma?



- Quais as instituições de apoio as mulheres e a comunidade têm acesso? (câmara técnica, etc.)
- Houve mudança na comunidade em relação a participação das mulheres no desenvolvimento comunitário? Se sim, que tipo de mudança?
- Como é ser mulher quilombola no município de Caém? Tem diferenças? Quais?
- O que as mulheres observam de situações e /ou questões que acontecem que atribuem ao fato de ser quilombola e mulher negra?
- O que deveria ter e/ou acontecer na comunidade para se sentirem representadas?
- Quais atividades são a principal fonte geradora de renda para as mulheres?
- O que significa para você ser dessa comunidade quilombola?
- Já pensou em sair da comunidade? Se sim, por quê?
- O que falta ter na comunidade para que as pessoas tenham mais qualidade de vida?
- Me fale um pouco sobre sua família.
- As mulheres são maioria na chefia das famílias, me fale um pouco sobre isso.